



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**AS POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA (2003 – 2010):
ANÁLISE DOS PESQUISADORES**

SUZANETE APARECIDA DE FREITAS VAZ

CASCADEL - PR
2017



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**AS POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA (2003 – 2010):
ANÁLISE DOS PESQUISADORES**

SUZANETE APARECIDA DE FREITAS VAZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Área de concentração Sociedade, Estado e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, pela mestranda Suzanete Aparecida de Freitas Vaz, como parte do requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Isaura Monica Souza Zanardini.

CASCADEL - PR
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas – UNIOESTE)

Vaz, Suzanete Aparecida de Freitas.

V495p As políticas para o ensino superior no governo Lula (2003 – 2010):
análise dos pesquisadores / Suzanete Aparecida de Freitas Vaz . ---
Cascavel (PR), 2017.

125 f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Isaura Monica Souza Zanardini.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2017. Centro de Educação,
Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui Bibliografia

1. Ensino superior. 2. Brasil – Política e governo Lula -2003-2010. I.
Zanardini, Isaura Monica Souza. II. Universidade Estadual do Oeste do
Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 378



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SUZANETE APARECIDA DE FREITAS VAZ

AS POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA (2003 - 2010) :
ANÁLISE DOS PESQUISADORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Educação, Políticas Sociais e Estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Isaura Monica Souza Zanardini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

VIA SKYPE

Angela Mara de Barros Lara

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Luiz Fernando Reis

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 4 de dezembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é a realização de um sonho, mas no caminho de tornar esse sonho realidade fui contemplada em ter como orientadora à professora Dra. Isaura Monica Souza Zanardini, orgulho e admiração são palavras que nesse momento traduzem um pouco do meu agradecimento, seu comprometimento, dedicação e companheirismo com certeza fizeram desse caminho algo valioso para todo o sempre.

Meu agradecimento à Professora Dra. Ângela Mara de Barros Lara e ao Professor Dr. Luiz Fernando Reis, que compuseram a brilhante banca de qualificação e defesa e deram contribuições fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos professores Dr. Adrian Alvarez Estrada, Dr. Alexandre Felipe Fiuza, Dra. Aparecida Favoreto, Dra. Irene Marilene Zago, Dra. Isaura Monica Souza Zanardini, Dra. Marcia Borin da Cunha, Dra. Maria Lidia Sica Szymanski, Dr. Paulino José Orso, Dr. Roberto Antonio Deitos, pelas disciplinas ministradas que trouxeram ensinamentos imprescindíveis para a realização deste trabalho e para minha formação enquanto pesquisadora.

Ao grupo de pesquisa GEPPE, por me oportunizar momentos de conhecimento e aprendizagem, que renovam minhas convicções de que a luta da classe trabalhadora é justa e necessária.

À Sandra Maria Gausmann Köerich, da secretaria do Programa do Mestrado, pelo trabalho e dedicação que nos acolhe nessa caminhada.

Agradeço imensamente ao meu pai Miguel Godoi Vaz, por sempre estar perto de mim, à minha irmã Susana de Freitas Vaz e aos meus sobrinhos, em especial a Izabeli Caroline Batistus por terem sempre se orgulhado de minhas conquistas e pelo apoio em cada momento difícil.

À minha família, que realmente é meu alicerce, minha base e também meu ponto de equilíbrio. Agradeço meus amores (Maria Eduarda, Anna Luiza, Matheus, Gabriel e Felipe) realmente amo vocês além da eternidade, ou para além da eternidade. Portanto, fazer esse mundo melhor tem para mim 5 bons motivos.

À Herculano Kailer Machado, meu amigo e companheiro, pelo apoio, incentivo, compreensão e dedicação comigo e com as crianças nesses anos de nossa convivência. E realmente você é o melhor basqueteiro do mundo.

À Gersina dos Santos Florenço, por se tornar amiga e companheira nessa minha jornada, agradeço imensamente todos os momentos de dedicação comigo e principalmente com meus filhos. “Nossa Preta” nosso amor por ti é incondicional.

À Ana Maria Rodrigues, Anatalia Tatim Borges, Angela Lima, Fernanda Veronez, Getânia Zóia, Armenha Muller e Ademir Kailer, Ieda Prado, Irene Laura Vargas, Kelly Kailer Machado, Rosely Estevão, Roseli Rodrigues, Sônia Roani, Terezinha França, por fazerem parte de todos os momentos da minha vida.

Às amigas, que tive a chance de conhecer nesses dois anos, Gislaine buraki, Gabrieli Boenki, Luana Sossemeyer, Karen de Padua e Zilda Vital, e ao meu amigo companheiro Ivã de Padua, que fizeram dessa caminhada algo inesquecível.

Aos colegas de turma do Mestrado, pelos momentos de aprendizagem e descontração.

*Vejo diferente, penso diferente, isso
me torna diferente? Não...apenas
um mero pensador.*

Gabriel Pensador

DEDICATÓRIA

Ela mal sabia ler e escrever, mas sonhou e buscou algo diferente para seus filhos. Guerreira largou a enxada, as bacias nos riachos e arrumou as malas. A roça amanheceu mais triste, pois sua cantoria já não ecoava mais entre as plantações.

Guiada pelo sonho de ver seus filhos com lápis e caderno na mão, deixou seu coração gritar mais alto e mudou o destino de sua família.

Entre prédios, carros e pessoas, ela descobriu a grandeza do mundo, e se sentiu pequenina demais!!! Mal sabia ela que a grandeza de suas atitudes fariam a diferença na vida dos seus filhos, como ela tanto sonhava.

Hoje, eu acordo sem ouvir Clara Nunes com sua Morena de Angola, e sem Gilberto Gil com sua Madalena chorando. Hoje a Madalena que chora sou eu, já que não tenho mais você pra me consolar.

Saudades de alguém que me mostrou desde pequena que a vida para nós trabalhadores não é fácil, mas que isso não seja justificativa para desistirmos da luta, da vida. Portanto, hoje e em todos os dias da minha vida, quero que saiba mãe, que não importa o que eu faço ou o que aconteça, minha luta é justa e eterna.

A Minha eterna amiga, companheira, amor da minha vida, minha mãe Luzia Vieira de Freitas (in memoriam), que nosso amor seja além da eternidade!!!

VAZ, Suzanete Aparecida de Freitas. **As políticas para o Ensino Superior no governo Lula (2003 – 2010): análise dos pesquisadores**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2017.

RESUMO

A pesquisa em questão tem como foco de investigação as políticas educacionais no Ensino Superior elaboradas no período do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). Temos como objetivos analisar como foram implantadas as políticas educacionais no Ensino Superior na gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, quais foram os principais avanços, dificuldades e desafios deste governo na educação superior, de modo particular no que diz respeito ao FIES e PROUNI. Para alcançar nosso objetivo durante a pesquisa, realizamos o seguinte percurso: na introdução tratamos do nosso objeto de pesquisa, apresentamos a metodologia tipo Estado da Arte, conforme Romanowski (2006) e como organizamos nosso trabalho. No primeiro capítulo iniciamos a discussão sobre a Reforma da Administração do Estado na década de 1990 e a implementação das políticas neoliberais no país; a partir desses pressupostos analisamos como as políticas sociais (econômicas, educacionais, saúde, etc) foram ajustadas pelos governos desde a década de 1990, conseqüentemente quais as implicações dessas políticas para o Ensino Superior. No segundo capítulo, evidenciamos as políticas que marcaram a gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) para o Ensino Superior, enfatizando os programas FIES e PROUNI, visando compreender qual a influência dos organismos multilaterais na elaboração da reforma do Ensino Superior nesse período. No terceiro capítulo realizamos análise das pesquisas produzidas a respeito da implementação de programas para o Ensino Superior durante o governo Lula, processo esse que nos possibilitou elencar as seguintes categorias: Expansão, privatização e democratização, as quais permitiram analisar quais foram os avanços, dificuldades e desafios da gestão do governo Lula durante os anos de 2003-2010 segundo os autores analisados. Concluimos que a gestão do governo Lula para o Ensino Superior não rompeu com as exigências das políticas neoliberais desenvolvidas no país desde a década de 1990.

Palavras-chave: Estado da Arte, Governo Lula, Ensino Superior.

VAZ, Suzanete Aparecida de Freitas. **The policies for higher education in Lula government (2003 – 2010): analysis of the researchers.** 2017. 125 f. Dissertation (Master in Education). Postgraduate Program in Education. Area of concentration: Society, State and Education, Research Line: Education, Social Policies and State, State University of Western Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2017.

ABSTRACT

The research in question has as its focus the investigation the educational policies in Higher Education elaborated during the period of the government Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). We aim to analyze how educational policies were implemented in Higher Education in the administration of government Luiz Inácio Lula da Silva, what were the main advances, difficulties and challenges of this government in higher education, particularly with regard to FIES and PROUNI. To achieve our goal during the research, we carry out the following course: in the introduction we deal with our research object, we present the State of Art methodology, according to Romanowski (2006) and how we organize our work. In the first chapter we began the discussion on State Reform in the 1990s and the implementation of neoliberal policies in the country; from these assumptions we analyze how social policies (economic, educational, health, etc.) have been adjusted by the governments since the 1990s, consequently what the implications of these policies for Higher Education. In the second chapter, we highlight the policies that marked the administration of the Luiz Inácio Lula da Silva government (2003 – 2010) for Higher Education, emphasizing the FIES and PROUNI programs, in order to understand the influence of the multilateral organizations in the elaboration of the reform of Higher Education in this period. In the third chapter we analyze the researches about the implementation of programs for Higher Education during the Lula administration, which enabled us to list the following categories: Expansion, privatization and democratization, which allowed us to analyze the progress, difficulties and challenges of the Lula administration during the years 2003-2010 according to the authors analyzed. We conclude that the management of the Lula government for Higher Education did not break with the demand of the neoliberal policies developed in the country since the 1990s.

Keywords: State of the Art; Lula Government; Higher Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

BID – Banco Interamericano Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CEA - Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COFINS - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

DIPES - Diretoria de Pesquisas Sociais

EaD - Educação à Distância

EU – União Europeia

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

IES – Institutos de Ensino Superior

IFES - Instituições Federais de Educação Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IRPJ - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LULA – Luiz Inácio Lula da Silva

MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação

NAFTA - North American Free Trade Agreement

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organização Não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PIS - Programa de Integração Social

PL – Projeto de Lei

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PPP - Parceria Público-Privada

PROUNI – Programa Universidade para todos

PT – Partido dos Trabalhadores

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras

SEMESP - Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo

SESU - Secretaria de Educação Superior

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Objeto de pesquisa.....	12
1.2	A Metodologia Estado da Arte nas pesquisas científicas.....	13
1.3	Organização do trabalho.....	17
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS	18
2.1	A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO PERANTE AS NOVAS EXIGÊNCIAS DO SISTEMA CAPITALISTA.....	19
2.2	A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NOS ANOS 1990.....	23
2.3	AS POLÍTICAS SOCIAIS APÓS A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO.....	29
2.4	AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO SUPERIOR.....	38
3	AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO SUPERIOR NA GESTÃO DO GOVERNO LULA (2003 – 2011)	42
3.1	OS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO – PROUNI E FIES.....	43
3.2	PROUNI - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS.....	45
3.3	FIES – FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL.....	50
3.4	A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR DO GOVERNO LULA.....	55
3.5	A IMPLEMENTAÇÃO DO GOVERNO LULA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS ELABORADAS PELO BM E OS ORGANISMOS MULTILATERAIS PARA O ENSINO SUPERIOR.....	64

4	ANÁLISE DOS PESQUISADORES EM RELAÇÃO AS POLITICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO SUPERIOR ELABORADAS NA GESTÃO DO GOVERNO LULA (2003-2010)	75
4.1	APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS SELECIONADAS PARA REALIZAÇÃO DO ESTADO DA ARTE.....	75
4.2	EXPANSÃO, PRIVATIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA GESTÃO DO GOVERNO LULA.....	79
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERENCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

1.1 Objeto de pesquisa

A pesquisa em questão tem como objeto de investigação as políticas educacionais no Ensino Superior implementadas no período do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). Minha intenção em pesquisar e estudar as políticas educacionais do Ensino Superior, surgiu durante a minha trajetória acadêmica no Curso de Pedagogia da UNIOESTE – Campus de Cascavel, e se intensificou por meio da participação em seminários, palestras, congressos, etc.

Desta maneira, elaborei um projeto que me desse a oportunidade de realizar uma pesquisa em relação as políticas educacionais do Ensino Superior. Com o projeto elaborado, meu próximo passo foi pleitear uma vaga no Programa de Pós-Graduação strictu sensu em Educação – Nível de Mestrado, sendo aprovada no ano de 2016.

Ao ingressar no Mestrado em Educação, o projeto apresentado tinha como objeto de investigação as políticas educacionais do Programa PROUNI, gestão do governo Lula, esse projeto inicial foi redefinido juntamente com a orientadora. Delimitamos o projeto em torno da elaboração de uma pesquisa do tipo Estado da Arte sobre as políticas educacionais para o Ensino Superior elaboradas no período do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). Temos como objetivos analisar sob a perspectiva dos pesquisadores da temática como foram implantadas as políticas educacionais no Ensino Superior na gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, quais foram os principais avanços, dificuldades e desafios do governo Lula na educação superior, de modo particular no que diz respeito ao FIES e PROUNI. Para realizar nossa pesquisa, manteremos as categorias de análise privatização, expansão e democratização, categorias que direcionaram as pesquisas dos autores selecionados para nossa análise. Nossa hipótese inicial, em relação ao nosso objeto de pesquisa, é que durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu governo desenvolveu projetos e implementou políticas democráticas para o Ensino Superior, possibilitando o acesso da classe trabalhadora a esse nível de ensino. Porém nossa hipótese não se confirmou plenamente, pois a expansão da educação superior nesse período ocorreu principalmente pelo setor privado, financiada por recursos públicos que potencializou a lucratividade dos grandes grupos financeiros

educacionais. Essa análise será realizada por meio da metodologia do tipo Estado da Arte¹, a qual será descrita na seção que segue.

Particularmente, essa pesquisa de mestrado nos é importante no sentido de compreender como a classe trabalhadora tem acesso ao Ensino Superior em uma sociedade dividida em classes, e quais as políticas norteadoras da ação do governo ao expandir as vagas do Ensino Superior por meio das instituições privadas.

1.2 A Metodologia Estado da Arte nas pesquisas científicas

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio da metodologia de pesquisa tipo Estado da Arte, tendo em vista identificar a partir dos pesquisadores estudados, a compreensão das políticas educacionais no Ensino Superior elaboradas no período do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010).

Tem crescido no Brasil pesquisas do tipo Estado da Arte. Compreendemos que o Estado da Arte nas pesquisas científicas tem como objetivo mostrar o que vem sendo produzido ou não a respeito de um determinado assunto dentro de uma área específica.

Os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada “Estado da Arte”, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções. Por exemplo: para realizar um “Estado da Arte” sobre “Formação de Professores no Brasil” não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de “estado do conhecimento” (ROMANOWSKI, ENS, 2006, p. 39-40).

Para Romanowski (2006), pode-se dizer que faltam estudos que realizem um balanço e encaminhem para a necessidade de um mapeamento que desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes. Desta maneira, o Estado da Arte possibilitaria ao pesquisador compreender o que já tem produzido sobre determinada temática e analisar se existe alguns pontos que ainda não foram analisados e que mereçam atenção na área das pesquisas.

¹ Para realizar essa pesquisa, nos orientamos por meio da metodologia tipo Estado da Arte conforme a teoria da autora Romanowski.

Para Dayrell e Carrano (2009, p. 7), a produção de conhecimento, qualquer que seja o campo do saber, não pode prescindir do esforço sistemático de inventariar e fazer balanço sobre aquilo que foi produzido em determinado período de tempo e área de abrangência. Isso é o que se convencionou denominar de “estado do conhecimento” ou “Estado da Arte”.

Segundo as afirmações de Romanowski e Ens (2006), o Estado da Arte abrange toda uma área do conhecimento” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39), já o “estado do conhecimento”, segundo as autoras, é o estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado. Portanto, as autoras nos fornecem elementos que vão possibilitar ao pesquisador diferenciar Estado da Arte das pesquisas Estado do conhecimento.

Para Brandão (1986, p. 7) as pesquisas do tipo Estado da Arte são usuais na literatura científica americana, mas é pouco conhecida entre os pesquisadores no Brasil. O termo Estado da Arte resulta de uma tradução literal do inglês, e, conforme a autora, tem por objetivo realizar levantamento do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área.

Para Messina (1998, p. 01, apud Romanowski e Ens, 2006), “um Estado da Arte é um mapa que nos permite continuar caminhando; um Estado da Arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em um primeiro exame se apresentam como descontínuos ou contraditórios. Em um Estado da Arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática” de uma área do conhecimento.

Pesquisas do tipo Estado da Arte tem possibilitado aos pesquisadores realizar trabalhos que contemplem determinada temática de uma maneira mais ampla. Desta forma, o pesquisador partirá sua investigação em relação a temática, por meio do que já se tem produzido a respeito, buscando trazer novas contribuições, sanar lacunas e possibilitar avanços e questionamentos para a área.

Nosso objetivo ao utilizar essa metodologia no desenvolvimento da pesquisa é fazer um levantamento, mapeamento e análise do que se produz considerando áreas de conhecimento, períodos cronológicos, espaços, formas e condições de produção (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI e ENS, 2006).

A confiabilidade de um levantamento que pretende caracterizar-se como Estado da Arte depende, em grande parte, do claro recorte do universo a ser

investigado, das fontes disponíveis e do seu tratamento (DAVIES, 2000). Portanto, procuramos ser criteriosos em relação ao levantamento das fontes, elencando como principal na seleção o período estudado e a temática em questão.

Ferreira (2002) defende que as pesquisas nos moldes do Estado da Arte, não podem ser realizadas somente a partir de resumos. Diante disso, não utilizamos resumos na realização da pesquisa, mas somente como leitura prévia do material selecionado, o que nos possibilitou em um primeiro momento selecionar os trabalhos de pesquisas para análise ou não.

Como afirma Sirota (2001), os balanços da produção científica são importantes porque, em geral, assumem uma dupla feição: contribuem para a emergência do campo de estudos e auxiliam na sua estruturação.

Para Romanowski (2002, p. 15-16), a realização de uma pesquisa do tipo Estado da Arte, são necessários os seguintes procedimentos: definição dos descritores; localização de onde foram retirados os textos, como biblioteca, dissertações, catálogos, bibliotecas eletrônicas, artigos, coleta do material de pesquisa. Após, essa coleta o pesquisador deverá realizar uma leitura prévia, fazendo uma síntese preliminar do material, observando se realmente condiz com o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, mantendo relação entre o pesquisador e a área a ser pesquisada; organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, análise e elaboração das conclusões preliminares.

Diante dos pontos levantados por Romanowski, nossa pesquisa em busca do Estado da Arte nas políticas educacionais do governo Lula (2003 – 2010), realizou primeiramente um levantamento bibliográfico sobre a produção científica das pesquisas no campo da educação superior que tratem das políticas educacionais implementadas durante a gestão do governo Lula para o Ensino Superior, por meio de sites, bibliotecas eletrônicas, bancos de teses e dissertações de diversas universidades e periódicos. A partir da seleção desse material bibliográfico realizamos leitura e uma prévia análise do material em relação ao nosso objeto de pesquisa, onde verificamos se cada texto selecionado realmente contemplava os interesses da nossa temática, para isso elaboramos uma planilha que nos possibilitou elencar as categorias de análise que surgiram durante a leitura dos

trabalhos. As principais categorias destacadas segundo análise dos trabalhos são: privatização, expansão e democratização.

No presente estudo, para desenvolver os procedimentos metodológicos foram considerados os apontamentos de André e Ens (2005), Romanowski (2002).

A revisão realizada por meio do Estado da Arte busca identificar que teorias estão sendo construídas, quais procedimentos de pesquisa são empregados para essa construção, o que não está em discussão e precisa ser trabalhado, que referenciais teóricos se utilizam para embasar as pesquisas e qual sua contribuição científica e social.

Para Ferreira (2002), os pesquisadores que realizam o Estado da Arte, são movidos pelo desafio de conhecer o que já foi construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre um determinado tema.

Um dos cuidados que o pesquisador precisa ter ao realizar uma pesquisa por meio do Estado da Arte, é compreender e refletir sobre a temática de pesquisa, para assim, apresentar um trabalho que traga reflexões argumentativas e conclusões que confirmem ou neguem os seus objetivos referente a temática, embasando seus argumentos a partir das pesquisas já produzidas por outros autores. Segundo Soares (2000), num Estado da Arte é necessário considerar “categorias que identifiquem, em cada texto, e no conjunto deles as facetas sobre as quais o fenômeno vem sendo analisado”.

O fato de não envolver sujeitos (a serem pesquisados) não retira a necessidade de uma postura de respeito do/a pesquisador/a, pois, ao analisar as referências é preciso ser fiel ao que foi encontrado, não distorcer informações para atender a um interesse particular e tratar com seriedade e rigorosidade as análises, garantindo confiabilidade aos/às leitores/as (SILVA e CARVALHO, 2014).

Deste modo, para realizar o Estado da Arte em pesquisas científicas, o pesquisador utilizará todos os meios possíveis sobre o tema em questão (periódicos, artigos, dissertações, teses, pôster, e outros), realizar um balanço desse material

para garantir que todos tratem da mesma temática, após sinalizar os apontamentos feito em relação ao tema por cada pesquisador, contribuindo para elencar pontos e lacunas existentes em relação a temática que ainda não foram investigadas.

1.3 Organização do trabalho

Nossa pesquisa foi organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo apresentamos considerações a respeito da Reforma do Estado e das políticas sociais pois compreendemos que para chegar ao objetivo geral da pesquisa, primeiro teremos que traçar um percurso histórico do contexto político social econômico, relacionando nossa pesquisa com as transformações ocorridas nas últimas décadas.

O segundo capítulo intitulado “As políticas Educacionais para o Ensino Superior na gestão do governo Lula (2003-2010)”, contempla três seções que tem como foco compreender as políticas educacionais do Ensino Superior e os ajustes estruturais do sistema capitalista. Na primeira seção apresentamos o PROUNI e o FIES, programas elaborados no governo Lula. Na segunda seção pretendemos discutir a influência dos organismos Multilaterais nas políticas educacionais da reforma do Ensino Superior no governo Lula. Na terceira seção analisamos como o governo Lula implementou as políticas educacionais elaboradas pelo BM e os organismos Multilaterais para o Ensino Superior.

Nosso terceiro capítulo está organizado em apenas uma seção, que pretende realizar a análise dos pesquisadores em relação as políticas educacionais no Ensino Superior elaboradas na gestão do governo Lula (2003-2010). Nesse capítulo analisamos por meio das pesquisas selecionadas, as categorias expansão, privatização e democratização, em relação ao Ensino Superior, buscando compreender por meio das categorias elencadas quais foram os avanços, dificuldades e desafios do governo Lula no que diz respeito à política para o Ensino Superior.

Finalizamos o trabalho com nossas considerações finais em relação ao objeto de pesquisa.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS

O sistema capitalista a partir dos anos 1960 passou por uma reestruturação visando responder positivamente suas novas exigências em relação ao modo de produção e acúmulo do capital. Para que isso fosse possível o sistema capitalista gerenciou uma série de ajustes estruturais em escala mundial, entre os ajustes principais está a reforma da administração do Estados nos países.

Essas mudanças exigiram modificações nas relações de produção para assegurar a manutenção e ampliação do sistema capitalista. O Estado tem um papel indispensável nesse processo, uma vez que mantém a hegemonia entre as classes, preservando os interesses do capital e assegurando um “adequado” relacionamento entre as classes.

Partindo desse pressuposto, compreendemos que a reforma da administração do Estado Brasileiro na década de 90, seguiu os interesses da reestruturação do sistema capitalista e implementou no país uma série de ajustes políticos, sociais e econômicos. Tais ajustes seguiram a ideologia neoliberal.

Para ampliar nosso debate em relação a Reforma da administração do Estado Brasileiro conforme as novas exigências do sistema capitalista e de como foram implementadas as políticas sociais após a reforma estatal no Brasil nos anos 90, estruturamos este capítulo em quatro seções. Na primeira seção, falamos sobre a reforma da administração do Estado brasileiro perante as novas exigências do sistema capitalista, visando a compreensão da fase de desenvolvimento do sistema capitalista e os ajustes estruturais desencadeados para garantir a reprodução, expansão e lucro do capital em escala global.

Na segunda seção, buscamos evidenciar que uma das exigências dessa nova fase do sistema capitalista era a reforma estatal no Brasil, por conseguinte o governo FHC cumpriu essa exigência do sistema e iniciou a Reforma da administração do Estado brasileiro nos anos de 1990. A reforma estatal é uma das exigências do sistema capitalista para renegociar a dívida pública do país, além de garantir que outros projetos neoliberais sejam implantados após a reforma estatal.

Na terceira seção, tratamos de como as políticas sociais após a reforma da administração do Estado foram implantadas e implementadas, qual a intencionalidade dessas políticas desenvolvidas pelo Estado que visa nesse momento restringir direitos, modificar e reorganizar o modo de produção, visando focalizar o atendimento as necessidades da classe trabalhadora e aumentar o lucro da classe burguesa.

Já na quarta seção, nosso objetivo é compreender como as políticas educacionais do Ensino Superior vem sendo direcionadas desde a década de 1990 no Brasil, quais os encaminhamentos adotados pelos governos FHC e Lula em relação ao Ensino Superior para garantir o acesso, permanência e ampliação desse nível de ensino no país.

2.1 A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO PERANTE AS NOVAS EXIGÊNCIAS DO SISTEMA CAPITALISTA

A reforma da administração do Estado Brasileiro na década de 1990 foi guiada pelas políticas neoliberais. A reforma da administração do Estado Brasileiro justificou-se como necessária aos ajustes estruturais do sistema capitalista, no sentido de garantir ao país um Estado que fosse eficiente e forte para implementar a ideologia neoliberal. Desta forma, a reforma da administração do Estado teve em vista modernizar o país para atender as exigências do mercado nacional e internacional em prol da globalização.

Como afirma Mézáros (2009) crescimento e expansão são necessidades emergentes ao sistema capitalista, e que se atingido seus limites locais, não resta outra alternativa para o capitalismo a não ser implementar ajustes estruturais que venham a superar e avançar esses limites. Os ajustes estruturais implementados pelo sistema capitalista nas últimas décadas, visa novas formas de garantir a reprodução do sistema em concordância com os interesses dominantes e de expandir de forma satisfatória o lucro para o capital.

Assim, o sistema capitalista no final dos anos 1960, estabeleceu uma nova fase de desenvolvimento, portanto vivemos a terceira fase do Imperialismo², o

² Conforme leitura em Lênin (1985) e Netto (2008), compreendemos que o Imperialismo é o estágio superior do capitalismo, onde há a junção do capitalismo monopolista (capital dos monopólios) e do capitalismo financeiro (capitalismo bancário). O estágio Imperialista vive atualmente sua terceira fase

capitalismo contemporâneo, capaz de recuperar a competitividade do mercado mundial, sob o comando do capital financeiro. Chamamos a atenção aqui, que independente da fase em que se encontra o sistema capitalista, o Estado sempre esteve presente e se fez necessário, pois é uma organização política que se coloca acima da sociedade civil, a fim de proteger e garantir os interesses do capital, descaracterizando o suposto discurso de um Estado neutro.

“O Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, F. 2000, p. 220)³.

Diante dos ajustes estruturais necessários do sistema capitalista, a reforma da administração do Estado brasileiro na década de 1990 teve como mediadora a ideologia liberal. Fundamentado nessa ideologia, o sistema capitalista vai desenvolver e implementar projetos de ajustes mundialmente, principalmente em países periféricos como o Brasil, que tem sua política nacional orientada e conduzida conforme os projetos do capitalismo.

A reforma da administração do Estado brasileiro ocorreu tardia se comparada com a Europa e os EUA (1979/1980), pois a reforma administrativa do Estado ocorre no Brasil no ano de 1994 por meio do governo FHC, que coloca em prática de forma mais orgânica a reforma da administração do Estado e a incorporação do Brasil na dinâmica mundial do processo de acumulação financeira (renegociação da dívida pública, titularização da dívida pública (emissão de títulos e indiferenciação entre dívida pública externa e interna, orçamento da União instrumento do processo de acumulação do capital financeiro/especulativo).

A intencionalidade dessa reforma administrativa estatal no país foi direcionada para restringir direitos sociais; reorganizar o modo de produção; e

que é o capitalismo contemporâneo, as fases que o antecederam foram: fase Clássica (1890-1940), fase Anos Dourados (1950-1970).

³ O Estado do qual se refere Engels (1981) na citação acima, é o Estado que surge da luta entre as classes dentro de um sistema capitalista, mas que não é neutro nessa luta. Podemos compreender que a gênese do Estado de classes ao qual Engels se refere em sua época é o mesmo dos dias atuais e que a reforma desse Estado perante as necessidades de cada fase do capitalismo tem como intuito torna-lo ainda mais representativo para o sistema capitalista, e que sua função sempre permanecerá a mesma diante da sociedade de classes: defender, em última instância os interesses da classe dominante.

descentralizar o Estado de suas obrigações diante da classe trabalhadora, tornar o mercado nacional atrativo e flexível para viver a era da globalização. Como enfatiza Behring (2008), a reforma do Estado foi na verdade uma contra reforma, pois trouxe sérias consequências para a classe trabalhadora, uma delas foi a retração do Estado em relação aos gastos públicos, principalmente em relação a gastos em educação e saúde. O Estado centralizou suas ações por meio de privatizações e parcerias público-privado para atender a população. Todos os ajustes realizados no país por meio da Reforma do Estado seguiram fielmente as necessidades do Sistema capitalista, que visava superar mais uma de suas crises estruturais⁴.

Conforme Moreira e Lara (2012), em um dos documentos elaborados pelo Banco Mundial, fica nítido a orientação do sistema capitalista para a reforma dos Estados nos países, pois para o sistema capitalista a justificativa central da crise fiscal e decomposição econômica, seria a ineficiência do Estado, e que a solução dessa ineficiência seria a reformulação do Estado.

No Relatório sobre o desenvolvimento Mundial (Banco Mundial, 1997) encontra-se em destaque que o fator determinante da desintegração econômica e da crise fiscal no mundo seria a ineficiência do Estado em suas funções. Nesse contexto, uma das orientações políticas neoliberais recomendadas é a reforma do Estado em todo o mundo (MOREIRA; LARA, 2012, p. 65).

O Brasil, diante dessas novas exigências do sistema capitalista, respondeu de forma positiva realizando a reforma do Estado. Um dos fatores que levou o país a realizar tal reforma, foi que para renegociar sua dívida pública, o país teve que aderir as políticas neoliberais conforme orientação do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). A reforma da administração do Estado seguiu a ideologia neoliberal e buscou beneficiar o setor econômico.

Para Maroneze e Lara (2009), para legitimar as políticas neoliberais no país, fez-se necessária a reconfiguração do papel estatal, a partir da incorporação das premissas básicas do ideário neoliberal. Lançou-se a crítica ao Estado de bem-estar-social⁵ como ineficiente, ineficaz e pouco produtivo, para apregoar o Estado

⁴ Segundo Mészáros a crise estrutural do sistema capitalista afeta a totalidade social, colocando em cheque a própria existência do Capitalismo. Para o autor a característica da crise estrutural é por essa ter um caráter universal, de abrangência global. Portanto, “uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 797).

⁵ O ideário do Estado de Bem-Estar Social é proposto pela teoria keynesiana em países da Europa e nos Estados Unidos da América que tinha como princípio de ação o pleno emprego e a menor

neoliberal as estratégias de ajustes estruturais que legitimavam o consenso em torno dos padrões de relações sociais vigentes.

A estrutura e o Estado provêm constantemente do processo de vida dos indivíduos determinados, mas desses indivíduos não tais como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim como realmente são, quer dizer, tal como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio (MARX & ENGELS, 2007, p. 93)⁶.

Para Netto (1996) a desqualificação do Estado no discurso neoliberal vem sendo como se sabe, a pedra-de-toque do privatismo⁷, pois é por meio desse discurso que o Estado se ampara e legitima a defesa do Estado Mínimo, propaga a reforma do Estado como alternativa para o país e para a retomada do crescimento no Brasil.

Contribuindo para entender como o sistema capitalista justifica as suas orientações para a reforma do Estado, Zanardini (2007) afirma que:

A ineficiência do Estado apontada pela proposta liberal seria resultado de um determinado “erro de racionalidade”, e, portanto, sua superação representaria uma das condições para a retomada do desenvolvimento e consequente inserção do País no processo de globalização. Não seria, sob essa ótica, possível pensar em desenvolvimento enquanto persistisse a incapacidade de governar e a dificuldade do controle público sobre a máquina estatal (ZANARDINI, 2007, p. 247).

Na conjuntura atual do sistema capitalista monopolista, a ideologia neoliberal trouxe para o Estado a função de gerenciar as reformas conforme os anseios do capitalismo globalizado, tornando o Estado ausente no campo financeiro, porém muito presente, atuante e forte para impor a desregulamentação da economia, do mercado financeiro, “reformas sociais” com o objetivo de retirar direitos da classe trabalhadora para facilitar o processo de acumulação. Pois, conforme a autora Zóia

desigualdade social entre os cidadãos. É erigido pela concepção de que os governos são responsáveis pela garantia de um mínimo padrão de vida para todos os cidadãos, como direito social (PIANA, 2009, p. 30).

⁶ Para Marx e Engels (1964), o sistema capitalista e o Estado sobrevivem por meio da relação dos indivíduos determinados, pela relação do trabalho, da produção da existência material. Diante desse pressuposto, compreendemos que durante essas décadas o sistema capitalista tem conseguido por meio do Estado manter a hegemonia entre as classes e aumentar seu lucro. E que, diante dessa nova reestruturação do sistema capitalista o Estado novamente tem seu papel fundamental em reorganizar a sociedade e o modo de produção capitalista.

⁷ Para Boito Júnior (1999), no Brasil, “A política de privatização favorece o imperialismo e uma fração da burguesia brasileira, o capital monopolista, e marginaliza o pequeno e o médio capital (p. 51)”.

(2014, p 81), reconfigurada a sua função, ao Estado compete regular, prover ou promover políticas sociais, com destaque especial aos serviços sociais.

2.2 A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NOS ANOS 1990

Segundo Tavares e Fiori (1993), as políticas de ajuste econômico ocorridas no Brasil desde a década de 80, fazem parte de um movimento de ajuste mundial da economia, ajustes esses que fazem parte do contexto da globalização financeira e produtiva para superar a crise do sistema capitalista. O ajuste global na economia caracteriza-se por um rearranjo da hierarquia das relações econômicas e políticas internacionais, embasados pela doutrina neoliberal. Assim, o Brasil e os demais países periféricos adotaram as políticas neoliberais ditadas pelos organismos multilaterais como necessárias ao desenvolvimento do país diante do novo cenário do sistema capitalista.

Portanto, o Estado brasileiro, para atender as novas exigências mundiais, investiu na abertura da economia do país, reestruturação do modo de produção e flexibilização do trabalho. Se antes, o objetivo dos Estados era proteger suas economias da competição internacional, com a globalização, “seu novo papel é o de facilitar para que a economia nacional se torne internacionalmente competitiva” (PEREIRA, 1996, p. 01).

Com a reforma da administração do Estado brasileiro, o país se insere de vez na era da globalização. O Estado passa a ser o responsável por gerenciar as políticas neoliberais da globalização, tendo como função: vigiar, manter e reformar a sociedade conforme a ideologia neoliberal implementada pelo sistema capitalista a partir da década de 70.

Nos anos de 1990 por meio do governo Fernando Henrique Cardoso foi intensificada a implementação das políticas neoliberais no país. O governo FHC, promoveu uma ampla reforma administrativa do Estado como medida necessária para reverter os efeitos da crise financeira e fortalecer a economia do país. Ideologicamente o discurso do governo segue o viés de tornar o país mais competitivo no mercado nacional e internacional.

Para que o governo cumprisse com esse discurso, o presidente FHC dispôs-

se a empreender uma luta ideológica contra os direitos sociais, apresentando-os como privilégios e entraves ao desenvolvimento econômico, portanto, esses direitos teriam que ser reduzidos, flexibilizados. Deste modo, implementou várias medidas com intuito de desregulamentar a economia, flexibilizar a legislação do trabalho, privatizar empresas estatais, reduzir os gastos públicos e promover a abertura do mercado para a entrada de investimentos transnacionais (SILVA, 2003).

Conforme Marozene e Lara (2009), o governo FHC para implementar as reformas do Estado cria o MARE⁸, que no ano de 1995 apresenta O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que foi implantado para ampliar a reforma do Estado e, conseqüentemente, agilizar a implementação das políticas públicas de cunho neoliberal no país.

Com a finalidade de colaborar com esse amplo trabalho que a sociedade e o Governo estão fazendo para mudar o Brasil, determinei a elaboração do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, que define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira (CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE, 1995, p. 6).

O Plano Diretor da Reforma do Estado foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado e, tem como membros na sua aprovação Clóvis Carvalho - Ministro Chefe da Casa Civil, Luiz Carlos Bresser Pereira - Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Paulo Paiva - Ministro do Trabalho, Pedro Malan - Ministro da Fazenda, José Serra - Ministro do Planejamento e Orçamento, Gen. Benedito Onofre Bezerra Leonel - Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, (BRASIL, 1995).

A reforma do aparelho do Estado, na dimensão-gestão⁹, será realizada

⁸ MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado, elaborou O Plano Diretor da Reforma do Estado, de acordo com Bresser-Pereira (2003) depois de ampla discussão, aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em sua reunião de 21 de setembro de 1995, em 1999, o MARE integrou-se ao Ministério do Planejamento, a partir de então, nomeado de Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão, mantendo como objetivo o processo de implementação da reforma do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2003).

⁹ De acordo com Bresser-Pereira (2003) no Brasil três modelos de gestão já foram adotadas pelo Estado. A gestão patrimonialista - seus princípios administrativos era apenas garantir os interesse do administrador, não há interesse em responder os interesses públicos, sociais, em contraposição, à corrupção, dilapidação do patrimônio público e nepotismo, são reflexos dessa administração, causando grandes prejuízo a classe dominada. Na gestão burocrática a administração. Conforme Leonardo Secchi (2009, p.350-354), o modelo burocrático weberiano é um modelo organizacional que desfrutou notável disseminação nas administrações públicas durante o século XX em todo o mundo. No modelo burocrático o poder emana das normas, das instituições formais, e não do perfil carismático ou da tradição, sendo assim três características são fundamentais nesse modelo: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo. No modelo gerencial, a prioridade da administração pública não é um Estado produtor de bens e serviços, mas um Estado regulador da

através de uma série de projetos conduzidos pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. O papel do MARE, entretanto, apoiado pelo Comitê Executivo da Reforma do Estado, sob a orientação da Câmara da Reforma do Estado, é estimular os projetos neoliberais no país. O trabalho efetivo da reforma deverá ser feito no nível dos ministérios, que desenvolverão seus próprios projetos, sempre assessorados pelo MARE. (BRASIL, 1995, p. 58). Para o governo FHC, o êxito na implementação deste Plano Diretor esteve diretamente relacionado ao comprometimento de todos os ministérios neste grande desafio que é reformar o aparelho do Estado. (BRASIL, 1995, p.67). Essa foi a grande meta do governo FHC, fazer a reforma estatal e manter os compromissos assumidos com os organismos multilaterais.

A modernização do aparelho do Estado exige, também, a criação de mecanismos que viabilizem a integração dos cidadãos no processo de definição, implementação e avaliação da ação pública. Através do controle social crescente seria possível garantir serviços de qualidade (BRASIL, 1995, p. 40). O discurso adotado pelo Estado para garantir que os cidadãos vissem a reforma estatal com bons olhos, foi utilizar a ideologia de que todas as ações dessa reforma visavam apenas garantir serviços sociais de qualidade para a classe trabalhadora.

O Plano Diretor trouxe apontamentos sobre a crise do Estado, além de emergir alguns pontos da administração pública que precisam ser alterados para a superação da crise no país, possibilitando a retomada da economia brasileira conforme a nova ordem mundial econômica (BRASIL, 1995). Ou seja, o discurso contido no Plano Diretor baseado na ideologia neoliberal, justificava a reforma administrativa do Estado como necessidade de tornar o Estado fraco e ineficiente, em um Estado forte e eficiente para administrar o país e viabilizar a implementação do projeto neoliberal no país.

O “Plano Diretor da Reforma do Estado” considera a conquista da Constituição de 1988 como um retrocesso burocrático, pois segundo o documento, “o Congresso Constituinte promoveu um surpreendente engessamento do aparelho estatal” (BRASIL, 1995, p. 21). Assim, a Constituição federal de 1988 é vista como

economia e da sociedade, onde a eficiência, a eficácia e a competitividade, são os pontos essenciais dessa gestão. O modelo de gestão gerencial não abandonou a gestão burocrática, apenas reformou alguns pontos que julgava necessário para liberar o Estado das suas obrigações sociais.

algo que precisa ser revista, para que o Estado pudesse gerenciar as reformas necessárias para o Brasil.

Para Bresser-Pereira (1997), a justificativa central da crise econômica vivida nos anos 80, tem sido consequência de um Estado que funciona de forma irregular, que não gerencia de forma qualitativa suas políticas, de um Estado que não consegue se inserir no processo de Globalização, conseqüentemente tem um crescimento distorcido que só contribui para aumentar o endividamento público do país, sendo incapaz de gerenciar suas políticas econômicas e sociais.

Para Silva (2003, p.66) [...] a reforma do Estado surgiu como alternativa capaz de liberar a economia para uma nova etapa do crescimento [...], um Estado que buscasse inserir de vez o país na era da globalização, e contribuir efetivamente para a superação da crise do sistema capitalista, tornando o país produtivo e lucrativo perante a nova ordem econômica.

É claro que o Estado, conforme Netto (2012), buscou cumprir esse papel no que toca às exigências imediatas do grande capital, tornando o país mais flexível em relação ao modo de produção e das relações de trabalho; privatizando patrimônio estatal e desregulamentando as relações comerciais e financeiras. Contraditoriamente, a política de focalização adotada pelo Estado desencadeou no país um aumento significativo do número de miseráveis.

Desta maneira, a reforma administrativa do Estado Brasileiro deve ser compreendida como a redefinição do papel do Estado no país, onde este Estado deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, e assume sua nova função, a de promotor e regulador dessa nova fase do desenvolvimento no país (BRASIL, 1995, p.12).

Conforme Mézáros (2009, p.65) a crise não se reduz a uma questão política, pois ela envolve a totalidade das instituições capitalistas de controle social. Por isso a reformulação do Estado é necessária para o bom andamento do sistema capitalista mundial, e essa reforma Estatal deveria ser seguida por todos os países. Pois, a prioridade do sistema capitalista é manter a hegemonia do sistema e aumentar seus lucros, mesmo que isso signifique sérios sacrifícios em relação a classe trabalhadora, até certo ponto, pois o sistema capitalista precisa estar atento a organização da classe dominada, e é justamente nesse ponto que a reforma da administração do Estado e a implementação das políticas neoliberais se tornam

ainda mais contundentes com os interesses do sistema capitalista, “tornando o Brasil mais seguro para o capital” (EFFEGEN; VIRIATO, 2008, p. 164).

Para Frigotto e Ciavatta (2003), Fernando Henrique Cardoso construiu um governo sob a ortodoxia monetarista e do ajuste fiscal, seguindo os preceitos dos organismos internacionais e do Consenso de Washington¹⁰. A partir do governo FHC é que as medidas e mudanças pretendidas pelos ajustes neoliberais se intensifica e avança no país, há uma mudança profunda na estrutura do Estado brasileiro que só foi possível por meio da reforma do Estado.

Para Reis (2015, p. 59), dentre as políticas nocivas ao país, que vêm sendo implementadas continuamente desde o governo Fernando Henrique, destaca-se a prática de juros altos que penaliza a população e beneficia os detentores dos títulos da dívida pública. Ao realizar a reforma estatal no país, o governo FHC priorizou o pagamento de juros abusivos ao sistema capitalista e condenou de vez as políticas de Bem Estar social¹¹, políticas essas que, apesar de formalmente previstas na constituição Federal de 1988, nunca foram implementadas plenamente no País. As políticas de atendimento aos direitos sociais previstas na Constituição Federal de 1988 eram vistas pelo Estado neoliberal como um retrocesso para o sistema capitalista, pois conforme o Estado, as conquistas garantidas pela constituição ao trabalhador impediam o sistema de avançar sua economia e concomitantemente seu lucro. Desse modo, a reforma da administração do Estado no Brasil teve em vista o desmonte dos direitos e das políticas sociais previstas em lei, fato esse que se intensifica por meio do governo Temer ao aprovar a reforma trabalhista no ano de 2017, avançando para uma reforma da Previdência que visa sacrificar ainda mais a classe trabalhadora.

Contribuindo para o debate, Fattorelli (2013) indica que, além dos privilégios

¹⁰ Conforme Soares (2003) reuniram-se em Washington, representantes do FMI, Banco Mundial e do BID, juntamente com outras autoridades do governo norte-americano, o objetivo da reunião era definir as políticas que os países da América Latina deveriam implementar para a obtenção de empréstimos. As propostas elaboradas nessa reunião ficaram conhecidas como Consenso de Washigton, essas políticas de corte neoliberal foram pensadas em 1990 pelo economista norte-americano John Williamson.

¹¹ A definição de welfare state pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente (GOMES, 2006, p. 203).

concedidos ao Sistema da Dívida por meio da política econômica em vigor, desde o governo FHC, o Estado criou mecanismos legais que vieram a favorecer e priorizar o sistema financeiro. Por exemplo: ajuste monetário, abertura comercial, controle nos gastos públicos, liberalização e desregulamentação da economia e privatização do patrimônio público.

Analisando-se as ideias propostas pelo sistema capitalista mundial, a Reforma da administração do Estado nos anos 1990 no Brasil torna-se clara, pois a reforma estatal é necessária para garantir uma administração pública eficiente e forte, um Estado que centre sua gerencia em atender os interesses do sistema capitalista e executar seus projetos no país, buscando tornar esse país competitivo, moderno e globalizado.

Outro documento que nos chama a atenção em relação as propostas do Banco Mundial e de outros organismos em relação a educação superior é o Consenso de Washington¹², esse documento também auxilia na compreensão das intencionalidades do governo brasileiro em relação ao Ensino Superior. O Consenso de Washington, trouxe, conforme as orientações do FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) receitas de como o Estado deveria agir para entrar de vez na era da globalização. Esse documento se tornou um dos principais no sentido de disseminar a ideologia neoliberal nos países da América Latina. O BM ao elaborar propostas para o Ensino Superior, centrou-se na privatização, pois com a privatização do Ensino Superior otimizaria os custos dos Estados. Diante disso, o BM receita aos Estados que seus investimentos sejam direcionados apenas para o ensino básico, delegando ao indivíduo a possibilidade de cursar ou não o Ensino Superior (AGUIAR, 2013, p. 37). Assim, as medidas de ajustes econômicos do Consenso de Washington foram adotadas pelo Estado brasileiro nas formulações das políticas educacionais.

Assim, a disseminação da ideologia neoliberal pelo Estado brasileiro desde a década de 1990, é o resultado do compromisso assumido pelo país com o sistema

¹² Conforme Kássia Tavares (2011), o termo Consenso de Washington ficou conhecido como um conjunto de medidas de ajuste macroeconômico formulado por economistas de instituições financeiras como FMI e o Banco Mundial, elaborado em 1989. Entre essas “regras” que deveriam ser adotadas pelos países para promover o desenvolvimento econômico e social estavam: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação e desburocratização, direito à propriedade intelectual. Site acessado <http://www.politicaeconomia.com/2011/10/os-efeitos-do-consenso-de-washington-na.html>.

econômico mundial, que visa liberar o mercado para realizar suas transações econômicas sem interferências do Estado, e ao mesmo tempo contribuir para a manutenção do modo de produção, focalizando suas políticas sociais, e privatizando setores públicos.

Na próxima seção buscaremos compreender melhor como vem sendo a implementação das políticas sociais de caráter neoliberal no país desde a década de 1990, principalmente compreender como essas políticas tem afetado a classe trabalhadora.

2.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS APÓS A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

A partir da leitura de Lênin (2007, p.25), compreendemos que “O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados”. Assim, o Estado surge perante a necessidade da sociedade civil para manter e organizar a sociedade em um sistema que tem divisão de classes. Deste modo, o Estado irá intervir por meio de ações afirmativas fornecer e direcionar as políticas necessárias para atender as exigências da classe dominante e do sistema capitalista.

Faleiros (1991, p.57) define o Estado como uma “relação social”, onde o Estado não se encontra fora ou acima da sociedade, mas é atravessado pelas forças e lutas sociais, e é justamente isso que vai condicionar o papel do Estado na articulação das exigências dos processos políticos, econômicos e sociais em cada conjuntura histórica do sistema capitalista.

As políticas sociais e econômicas neoliberais objetivam reduzir o âmbito de ação das instituições públicas e ampliar os campos de investimento privado em áreas rentáveis, sob o argumento de liberar o Estado para o cumprimento de suas funções sociais. Desta forma, implanta-se um processo de “privatização seletiva” (Laurell, 2002). Portanto, as áreas sociais rentáveis são entregues à burguesia de serviços que, por sua vez, recebe vários benefícios do governo. Esses benefícios vão permitir que a classe burguesa de negócios implante e expanda suas empresas. Boito Jr. (1999) utiliza o termo burguesia de serviços para caracterizar a fração da burguesia ligada, principalmente, à exploração dos serviços de saúde, educação e previdência privada, nicho crescente dos serviços públicos que vêm sendo transformados em mercadoria.

Conforme Boito Jr (1999), as políticas sociais foram permeadas pela ideologia neoliberal em relação a descentralização, racionalização e focalização dos serviços públicos. Também ressaltamos que as políticas sociais tomaram rumo a terceirização¹³, onde os serviços públicos são ofertados por empresas privadas, que por sua vez recebe recursos públicos para desenvolver tais atividades.

Portanto, o Brasil, ao intensificar a abertura do mercado para investimentos mundiais, promove a liberalização das importações, desencadeando a destruição de segmentos inteiros na nossa economia (taxa de aumento do desemprego, aumento da necessidade por serviços públicos de assistência social, previdência, saúde e educação). Esse aumento de demanda agravou ainda mais a situação das políticas sociais, cuja alocação de recursos já era insuficiente (NASCIMENTO, 2002, p.14).

Conforme Piana (2009) um dos fatores que marca a evolução do capitalismo, é a relação intrínseca entre política econômica e política social, uma vez que nada mais econômico nesse sistema do que fornecer políticas sociais. O modelo das Organizações Sociais (sejam empresas privadas ou ONGs (Organizações Não Governamentais), surgiu por meio do governo FHC, cuja necessidade institucional e política foi anunciada como consequência da globalização. Esse modelo tem elementos que colocam em questão o caráter universalista das políticas sociais dos campos da saúde e da educação. Na verdade, individualizam os direitos sociais e intensifica-se a mercantilização dos serviços, transferindo para o mercado a realização dessas necessidades. Ao se implementar tal modelo, o cidadão deixa de compartilhar direitos iguais e universais, enquanto isso, a disponibilidade financeira de cada sujeito vai determinar o direito de ter acesso ou não aos serviços públicos (FALEIROS, 2004; SILVA, 2003).

Os problemas da classe trabalhadora – educação, emprego, saúde – não podem ser enfrentados por programas locais de caridade encabeçadas por ONGs. Esses problemas são políticos é necessário lutar para mudar a natureza da intervenção do Estado, o destino dos incentivos e dos gastos estatais. É preciso reverter o “estatismo” do neoliberalismo. Finalmente, a pobreza e o subemprego são problemas sociais de grande dimensão e alcance, que afetam um grande leque de forças sociais dada sua natureza

¹³ O processo de terceirização no país se ampliou consideravelmente após a Reforma do Estado, a finalidade da terceirização é desenvolver uma nova reorganização da produção, buscando tornar o processo produtivo flexível e reduzir os gastos com contratação dos trabalhadores. Conforme Cunha (2013, p. 175) as formas de contratação terceirizadas só é possível pelo fato de vir juntamente com outra medida, a (des)regulamentação da legislação trabalhista. O objetivo central da política de terceirização é aumentar a produção, reduzir custo e com isso aumentar os lucros.

“social”, é preciso explicá-los em termos sociais e não psicológicos (PETRAS, 1999, p. 73-74).

Para Netto (1999), no plano das políticas sociais, o projeto do governo FHC implanta “uma espécie de pronto-socorro social”, essa política social visa atender apenas os mais necessitados, e, portanto, o governo FHC vai justificar a focalização em relação ao atendimento da classe trabalhadora utilizando um caráter único de intervenção emergencial, nada além de uma política que visa apenas atender quem está fora dos interesses do sistema.

Para Moreira e Lara (2012, p. 64) a estratégia política da focalização tem como objetivo limitar os recursos do investimento público pelo Estado e romper com o princípio de universalidade dos direitos e valorizar os programas compensatórios para o alívio (e não fim) da pobreza. A política de focalização desenvolvida pelo Estado desde a década de 90, tem seu foco em atender apenas os mais miseráveis do sistema, mas compreendemos que no sistema capitalista a classe trabalhadora em conjunto sobrevive dessas políticas sociais e não apenas os mais miseráveis, o que faz necessário a luta em prol de políticas sociais para atender toda a classe trabalhadora.

Com o aumento da pobreza nos países periféricos, houve uma preocupação em amenizar essa situação pelo sistema capitalista, que buscou retomar o movimento de alívio da pobreza. Por meio do FMI – Fundo Monetário Internacional, de forma inédita, indica-se uma possível preocupação com questões sociais, para responder às críticas desgastantes referentes à sua direção política que exigia ajustes e produzia ainda mais a miséria nos países mais pobres. A expressão dessa evidência foi o lançamento do plano do FMI, em 1999, para “Erradicar a pobreza e humanizar a globalização” (CONTERNO, 2008, p. 214). Assim, para responder as críticas referentes as políticas neoliberais, o sistema capitalista por meio dos seus representantes elabora políticas para aliviar a pobreza e superar mais uma etapa na direção da implementação das políticas neoliberais.

Segundo Fonseca (1998) as políticas sociais seguiram também as orientações do Banco Mundial que substituiu o termo igualdade de suas políticas, pelo termo equidade¹⁴. Ou seja, a troca do termo igualdade por equidade tem suas

¹⁴ A equidade não garante a igualdade dos padrões de desenvolvimento, mas assegura um mínimo necessário para que os países possam inserir-se racionalmente no modelo global, sem ameaçar o equilíbrio do sistema (FONSECA, 1998, p. 8).

razões evidentes, pois assim o Estado garante a todos a mesma oportunidade, ou seja, a equidade equipara todos os indivíduos como se não houvesse desigualdade no sistema, como se não houvesse uma divisão de classe, e que o único responsável por seu sucesso ou insucesso fosse apenas o indivíduo e não o sistema capitalista.

O princípio da equidade seguindo a lógica da igualdade de condições iniciais tem como objetivo garantir aos estudantes apenas os conteúdos mínimos necessários para que estejam em condições de inserção no mercado de trabalho. Os documentos do BM e dos Organismos Multilaterais ao tratar do termo equidade¹⁵ em seus discursos, justificam esse termo como algo em direção a igualdade de oportunidades, descaracterizando o real significado da palavra, mas garantindo que essa seja adotada pelos núcleos de educação.

A equidade não significa a igualdade de renda ou de situação de saúde ou qualquer outro efeito específico. Pelo contrário, é à busca de uma situação em que as oportunidades sejam iguais, ou seja, em que o esforço pessoal, as preferências e a iniciativa – e não as origens familiares, casta, raça ou gênero – sejam responsáveis pelas diferenças entre realizações econômicas das pessoas (BANCO MUNDIAL, 2006 b, s/n apud LIMA E RODRIGUES, 2008, p.64).

Desta maneira, a equidade proferida pelo BM e os organismos multilaterais refere-se ao reequilíbrio do sistema e não à eliminação das condições econômicas e institucionais geradoras da desigualdade e da concentração de renda. Não se tem em vista a busca da justiça social igualitária, mas o ajuste da desigualdade social, para que ela se justifique, tornando-se compatível com as novas condições de expansão do capital. Com isso, evitar-se-ia que a desigualdade e a miséria extremas comprometessem o sistema (SILVA, 2006, p. 92).

Para Coraggio (2000) a equidade busca uma conexão entre o sistema educativo e as necessidades do desenvolvimento no país. Assim, conforme orientam os documentos produzidos pelo BM, para haver equidade social os sistemas educacionais teriam que passar por uma reformulação tendo em vista atender as

¹⁵ O termo equidade advém do latim *aequitas*, *aequitatis*, que, na Língua Portuguesa, apresenta-se como substantivo feminino, significando: justiça natural, igualdade, justiça, retidão. A equidade é convencionalmente aplicada a um caso específico, deixando-a mais justa e mais humana possível, denotando, ao mesmo tempo, preocupação com a aplicação da lei e com o formato mais próximo possível do justo para as partes envolvidas, estando, tradicionalmente, a equidade ligada ao Direito Natural. (FIGUEIRA, 2010, p. 3)

exigências e apelos do mercado.

A competitividade e não a solidariedade é que é valorizada pelas políticas de responsabilização individual, o indivíduo como responsável por sua ascensão social, por garantir seu emprego e seu sustento sem intervenção das políticas desenvolvidas pelo Estado. Em razão dessa política acentuando-se a desigualdade social e a polarização entre mais ricos e mais pobres Faleiros indica que:

Este processo de culpabilização dos indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso é característico do Estado liberal, assim, “a política social, ao mesmo tempo em que estigmatiza e controla, esconde da população as relações dos problemas sentidos com o contexto global da sociedade” (FALEIROS, 2009, p. 63).

Para Vieira (2001), as políticas sociais neoliberais implantadas no Brasil, e nos demais países periféricos, representam a substituição das ideias do *Welfare State* ou Estado do Bem-Estar social. Paulatinamente o Estado de bem-estar está sendo substituído por um estado de contenção social, e diante desse novo cenário, as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado atendem somente a uma parcela da classe trabalhadora, pois de acordo com a ideologia neoliberal o Estado deixa de ser o principal responsável em fornecer políticas sociais.

Segundo Bueno (2012, p. 32), para o Banco Mundial as políticas sociais focalizadas e sujeitos preparados, podem contribuir com as demandas do mercado de trabalho nos quesitos da produtividade e do consumo. Analisamos desta forma, que conforme Bueno e Faleiros, as políticas neoliberais implementadas nas últimas décadas tem em vista formar sujeitos competitivos e eficientes para o trabalho e para o mercado financeiro, e para os sujeitos que não se enquadrarem nesse novo modo de produção, o Estado fornecerá políticas sociais de alívio da pobreza.

Faleiros (1980) acrescenta que as políticas sociais voltadas à assistência social e à força de trabalho excedente, não têm somente a função de legitimação da ordem social, mas também garantir a acumulação do capital. Desta forma, as políticas sociais públicas desenvolvidas pelo sistema capitalista, servem para legitimar as ações do Estado e manter a hegemonia entre as classes, contribuindo para garantir a sobrevivência do capitalismo.

As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns

momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 1991, p.8).

Deste modo, as “[...] relações sociais de exploração são o fundamento da sociedade capitalista. O capital se valoriza através da exploração da força de trabalho que não recebe tudo que produz” (FALEIROS, 1991, p. 33). A partir dessa reflexão, podemos entender que o desafio das políticas sociais é transformar a população excedente em força de trabalho que venha a contribuir para o lucro do sistema capitalista. Pois conforme Netto e Braz (2008, p. 231) “O capital é um sistema econômico que prefere não produzir em vez de produzir sem lucros”.

Para Vieira (1992, p. 22), “a política social é uma maneira de expressar as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção”.

De acordo com Faleiros (1991) as políticas sociais são desenvolvidas também em consonância com as exigências do capital, por meio de mecanismos de articulação política e econômica com fins de valorizar e reproduzir a força de trabalho, sanando as lutas sociais e as crises do capitalismo, ao mesmo tempo legitimar as intervenções do Estado, solidificando o discurso ideológico de que o sistema é bom e o fracasso individual.

Uma política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família. O carro-chefe dessa proposição é a renda mínima, combinada à solidariedade por meio das organizações na sociedade civil. A renda mínima não pode ter um teto alto, para não desestimular o trabalho, ou seja, há uma perversa reedição da ética do trabalho, num mundo sem trabalho para todos (BEHRING,2000, p. 16).

Deitos (2010) afirma que, as políticas sociais compreendem um conjunto de necessidades sociais e políticas estabelecidas socialmente numa determinada sociedade, em um determinado contexto histórico dentro do sistema capitalista, pois as políticas sociais expressam as condições materiais de cada momento histórico, e é essa condição material da existência que vai impulsionar os embates das forças sociais.

As políticas sociais compreendidas como a expressão das contradições inerentes ao sistema capitalista, jamais poderão ser universalizadas, pois isso significaria o caminho para o rompimento do Estado capitalista e das determinações materiais que o sustentam, as quais estão ancoradas na acumulação e reprodução capitalista. Assim, compreendemos que a política social só é possível dentro de um

sistema desigual, e que o sistema, ao implementar políticas sociais, tem como único intuito garantir a sobrevivência e permanência desse conforme a ordem social vigente.

Desta maneira, as políticas sociais podem ser entendidas como o resultado das constantes disputas entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, pois “a política social nada mais é do que uma parte da síntese possível das tensões e disputas econômicas, sociais e políticas, e, portanto, das contradições que geram” (XAVIER e DEITOS, 2006, p. 69).

A política social no neoliberalismo tem como prioridade atender somente a fração em estado de miséria da sociedade. Para isso o Estado focaliza suas ações estratégicas de intervenção no atendimento somente aos excluídos do modo de produção, aqueles que não tem condições de gerar nenhuma renda, a esses indivíduos o Estado fornece políticas sociais.

Compreendemos que a luta da classe trabalhadora é mais que necessária, pois nesse momento não lutamos para ampliar direitos, mas sim para manter direitos já adquiridos historicamente pela classe trabalhadora por meio de muita luta. Pois, o Estado vem se eximindo cada vez mais em relação as políticas sociais, ampliando sua ausência como algo necessário para superar mais uma de suas crises.

Nesse processo, a política de ajuste econômico, implementada pelas estratégias de governo para se ajustar à economia globalizada, tem provocado rebatimentos visíveis na área social, gerando baixos investimentos e redução dos gastos públicos, e o limite da falta de recursos é compensado por medidas que estimulam a participação voluntária da sociedade civil na provisão dos serviços sociais básicos (MARONEZE; LARA, 2008, p.135).

Todavia, as políticas sociais são sequelas históricas necessárias da questão social e não podem ser superadas devido à lógica de reprodução do sistema capitalista. Nesse sentido, o Estado promove a fragmentação das políticas sociais, tais como saúde, educação, seguridade, lazer, habitação e transporte (WILHELM; NOGUEIRA, 2008, p. 210).

No decorrer da realização das leituras, foi notório o destaque em relação ao papel do Estado e seu comprometimento com o sistema capitalista em fornecer e gerenciar políticas sociais que venham a atender as novas exigências do modo de produção. Notadamente, o Estado não é neutro, e como aparelho de coerção em

relação a classe trabalhadora, suas concessões ao fornecer políticas sociais para essa classe é no sentido de amenizar e conformar a classe dominada para produzir e garantir o bom caminhar do sistema mundial.

Mediante os fatos até aqui apresentados, a reflexão que fazemos é que as políticas neoliberais que vem sendo implementadas pelo Estado desde os anos 1990, são políticas de desmonte das conquistas já adquiridas por meio de lutas da classe trabalhadora. O Estado por meio dos mecanismos da desregulamentação, descentralização, flexibilização e privatização, vem retirando os direitos já conquistados da classe trabalhadora nas áreas de saúde, educação, trabalho, cultura, renda mínima, transporte, habilitação e aposentadoria. Em contrapartida o Estado reduziu os chamados gastos sociais e redirecionou tais recursos para potencializar o processo de acumulação do capital como, por exemplo, a destinação de parcela crescente do orçamento da União para o pagamento dos exorbitantes juros da dívida pública.

Atualmente, a classe trabalhadora luta para manter o mínimo de direitos já conquistados durante anos de luta, e que na atual conjuntura política, o Estado vem alargando o leque em relação ao retrocesso dessas conquistas. Enquanto o Estado avança com as políticas de ajuste fiscal, as políticas sociais legitimam as ações sociais capitalistas, como ações de controle e manutenção da ordem vigente.

As políticas sociais desenvolvidas na gestão do governo Lula seguiu a lógica das ações de ajustes fiscais desenvolvidas pelo estado desde a década de 1990, mantendo em seu discurso a ideologia neoliberal da democracia em relação aos projetos implementados. O governo Lula, seguindo a lógica neoliberal focalizou o atendimento, de modo que, os programas atendessem apenas a parcela mais carente da sociedade.

As medidas anunciadas na área de gastos sociais foram direcionadas conforme sugestão do BM, FMI, e outros atores externos, predominando sempre o interesse econômico sobre o social. O governo Lula utilizou o discurso hegemônico de que o crescimento econômico traria para o país a justiça social e uma sociedade com menos disparidades sociais.

O governo Lula direcionou sua política, conforme Barbosa (2013), no intuito de priorizar e recuperar a estabilidade monetária e fiscal, e portanto, logo no início de seu primeiro mandato, Lula adotou uma série de medidas restritivas. Assim,

depois da instabilidade macroeconômica de 2002 e do ajuste monetário e fiscal de 2003, a economia brasileira parecia ter finalmente decolado em 2004, com um crescimento provocado pelo investimento e pelas exportações (BARBOSA, 2013, p. 71).

Em entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili (2013) Luiz Inácio Lula da Silva diz: Parto do pressuposto de que chegaremos a 2016 como a quinta economia do mundo. Mas o mais importante é ter a clareza de que o objetivo maior não é o Brasil ser a quinta, ser a quarta economia do mundo. É importante que se melhore dia a dia a qualidade de vida do povo brasileiro, seja do ponto de vista dos salários, seja do ponto de vista da habitação, do ponto de vista do saneamento básico, do ponto de vista da qualidade de vida (SADER; GENTILI, 2013, p. 12).

As políticas sociais de salário mínimo e Fome Zero, foram os carros chefe do governo Lula, mas outros programas também foram elencados durante sua gestão: Bolsa-Família, Minha Casa, Minha Vida, Prouni e Fies, bolsa-escola, etc. Assim, o governo Lula teria promovido projetos como políticas sociais de democratização, que “supostamente” viriam a superar a disparidade econômica entre as classes sociais.

Segundo dados de Araújo (2013, p. 164) as taxas de crescimento da economia do norte (5,4%), do Centro-Oeste (5%) e do nordeste (4,9%) apresentaram-se mais elevadas que a média nacional (4,4%) e que as do Sudeste (4,5%) e Sul (3,4%). Esses dados apresentados pelo autor têm como fonte principal o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os dados apresentados pelo IBGE direcionou o discurso do governo Lula em afirmar que as políticas sociais e econômicas desenvolvidas durante seu governo possibilitou o país a se desenvolver, gerar novos empregos formais, e com isso concluir que durante a gestão de seu mandato os resultados em relação a economia no país foram satisfatórios.

Para Reis (2015, p. 133) a política econômica adotada pelo governo Lula, e mantida pelo governo Dilma, priorizou o pagamento das despesas da dívida pública em detrimento do financiamento de políticas sociais de caráter universal. Isso realmente não era esperado pela classe trabalhadora, que ao eleger um governo pertencente a esquerda partidária vislumbrava um governo que rompesse com as premissas do sistema capitalista e priorizasse em seus projetos os direitos sociais de forma universal.

Nesse processo de implantar projetos sociais de caráter assistencialista, o governo Lula garantiu a implementação das orientações do BM. A política estatal do

governo Lula buscou manter a hegemonia do sistema capitalista, além de responder positivamente à fração da burguesia nacional. Enquanto a classe trabalhadora garantia o grande apoio ao governo Lula, esse, contudo, teria subordinado os interesses das classes populares aos interesses das classes dominantes.

No que tange as novas formulações na área educacional, buscamos na próxima seção, compreender as mudanças em relação as políticas educacionais do Ensino Superior segundo a ideologia neoliberal.

2.4 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO SUPERIOR

O Ensino Superior¹⁶ desde que surgiu no país conforme nos relata Ristoff (2008) tem seu caráter excludente e inacessível a uma parcela da população brasileira, em especial para os jovens das classes trabalhadoras. O que se nota é que apesar das transformações que o Ensino Superior desencadeou nas últimas décadas após Lei nº 9.394/1996, persistem grandes desafios em decorrência das políticas educacionais implementadas sob orientação de organismos econômico-financeiros multilaterais.

Para Amaral (2003), em relação a política educacional brasileira, a educação superior é o setor da educação que mais recebe investimentos da União, mas que durante a gestão de FHC e de seu ministro Paulo Renato Souza quase inviabilizou o funcionamento das instituições federais ao não lhes assegurar recursos mínimos para custeio e substituição de pessoal.

Nas últimas décadas no Brasil, as políticas para o Ensino Superior passaram por diversas mudanças, as quais vem proporcionando aumento do número de vagas

¹⁶ Por meio de leitura de Martins (2002) verificamos que o Ensino Superior no Brasil teve seu surgimento em 1808 com a vinda da corte portuguesa, marcando o início da constituição do núcleo de ensino superior no Brasil. O padrão de desenvolvimento teve, como características principais, sua orientação para formação profissional e o controle do Estado sobre o sistema. Em 1808 foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Já em 1810 foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). O desenvolvimento do ensino superior no país foi lento e elitizado, até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil.

e acesso ao Ensino Superior. Conforme dados obtidos por meio do censo da educação superior dos anos 2003 e 2010, censo realizado pelo INEP, elaboramos a seguinte tabela:

Tabela 1: Evolução dos números de matrículas no Ensino Superior, por categoria administrativa, público e privado (2003-2010).

Números de matrículas no Ensino Superior

Ano	IES públicas		IES privadas		Total
2003	1.176.174	29,9 %	2.760.759	70,1 %	3.936.933
2010	1.643.298	25,8 %	4.736.001	74,2 %	6.379.299

Fontes: Elaboração da autora a partir dos Censos da Educação Superior (INEP, 2003-2010).

Por meio das informações obtidas junto ao INEP, podemos comprovar que a expansão do Ensino Superior em relação a ofertas de vagas vem crescendo principalmente através das IES privadas, pois em 2003 as IES privadas eram responsáveis por **2.760.759** das matrículas, o que corresponde a **70,1 %**, ou seja, mais da metade das matrículas realizadas em 2003 era no setor privado, ficando para o setor público apenas **29,9 %** das matrículas, o que corresponde ao total de **1.176.174**. Também analisamos que em relação aos anos de 2003 para 2010 houve uma queda do número de matrículas no setor público. Portanto, devido ao aumento de matrículas nas IES privadas, voltamos nossa atenção em verificar também se houve aumento no número de instituições privadas nesse período no país. Ao consultar os dados do INEP/MEC/DEED, obtivemos os seguintes números: em 2003 o número de IES privadas no Brasil era de 1.652, já em 2008 esse número passa para 2.016, comprovando assim nossa hipótese, de que com o aumento de matrículas da educação superior no setor privado houve também um incentivo favorável para a expansão significativa do número de IES privadas no país.

Diante dos dados apresentados acima, Caôn e Frizzon (2010) salientam que o Ensino Superior inicia um processo de privatização, justificado pela crescente reivindicação do aumento de vagas nas Universidades e pelo esgotamento dos

recursos orçamentários do Poder Público em ampliar a oferta de vagas em sua própria rede de ensino. Portanto, as políticas educacionais voltam-se mercantilização do Ensino Superior.

As gestões do governo Lula e Dilma impulsionaram significativamente a mercantilização do Ensino Superior. As políticas desenvolvidas na gestão do governo Lula priorizaram o setor privado em fornecer o Ensino Superior no país, com especial destaque para o Programa Universidade para todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) (MENDES, et al, 2015). O governo federal por meio dos programas Prouni e Fies liberou bilhões para o setor privado do Ensino Superior, o que fez com que esses programas se tornassem os principais mecanismos de favorecimento governamental para os grandes grupos financeiros da educação superior.

Pereira e Silva (2010) relatam que a partir do governo Lula (2003-2010) o Brasil passa a direcionar políticas em relação ao Ensino Superior que fomentam o acesso a esse nível de educação, pois com os programas PROUNI (Universidade para Todos) e FIES, fica claro a intenção do Estado de intervir diretamente em uma determinada perspectiva de democratização do acesso ao Ensino Superior. Com esses Programas o governo consegue ampliar os incentivos do governo Federal em relação as IES privadas, o resultado não poderia ser diferente, há um aumento significativo nos números de IES privadas no país.

Reis (2015) afirma que até há no Brasil uma expansão das universidades federais, com a criação de novos campi universitários, mas sem financiamento suficiente para garantir que as universidades federais consigam atender seus alunos com qualidade nos serviços prestados, com isso aprofunda a precarização das condições de ensino e trabalho a serem realizados pelas universidades públicas.

Para Ristoff (2008, p.42) a expansão, que não pode ser confundida com democratização, define-se pelo crescimento expressivo do sistema do Ensino Superior nas IES privadas, com índices que, no período, chegam a, aproximadamente, 120% para as instituições e as matrículas, e 180% para os cursos de graduação presencial. Compreendemos aqui que as políticas educacionais do Ensino Superior das últimas décadas são voltadas a atender aos grandes grupos educacionais, que centraram-se na expansão desse nível de ensino no país por meio do setor privado. Desta maneira, a expansão não garante uma democratização

do Ensino Superior para a classe trabalhadora, nem vislumbra garantir acesso e permanência dessa classe no Ensino Superior, por outro lado garante a expansão das IES privadas e responde aos anseios dos empresários do setor, fato esse consolidado por meio dos programas Prouni e Fies.

Com o processo de privatização, o acesso da classe trabalhadora ficou significativamente comprometido, acentuando ainda mais a desigualdade social já existente na sociedade. É interessante notar que desde a Reforma Universitária (1996), preconizada pela Lei Darcy Ribeiro (Lei nº 9.349/96) e pelas Leis nº 9.131/95 e nº 9.192/95, o Brasil se comprometeu com a democratização do Ensino Superior de modo a atender aos anseios da sociedade, a garantir uma nova relação entre público e privado e minimizar as consequências de anos de história de exclusão de grupos sociais, por este motivo o Estado deveria então apresentar uma resposta ao problema criado (CAÔN e FRIZZON,2010). E realmente apresentou, atendeu os anseios da sociedade burguesa ampliando o mercado do Ensino Superior, e ao mesmo tempo respondeu o problema criado em se comprometer com a democratização do Ensino Superior para classe trabalhadora, ou seja, criou novas vagas, mas por meio das IES privadas.

As novas vagas do Ensino Superior criadas pelo governo e ofertadas por meio das IES privadas, foram destinadas através de dois programas: FIES e PROUNI, programas esses que fazem parte das políticas educacionais para o Ensino Superior da gestão do governo Lula, os quais abordamos no próximo capítulo.

3 AS POLITICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO SUPERIOR NA GESTÃO DO GOVERNO LULA (2003 – 2010)

As políticas educacionais para o Ensino Superior na gestão do governo Lula, tornaram relevantes para esse governo, por se articularem a partir da tarefa de distribuição de renda em razão da classe mais pobre. Por meio de programas, o governo Lula buscou fomentar políticas educacionais para o Ensino Superior que atendessem aos interesses de formação da classe trabalhadora. A intencionalidade subjacente à essas políticas, nos instiga a ir além do discurso, na busca da compreensão da totalidade dessas políticas implementadas na gestão do governo Lula (2003-2010).

Os programas desenvolvidos para democratizar o Ensino Superior no país durante o Governo Lula são projetos sociais focalizados, amparados pela lógica de raciocínio do BM e dos Organismos Multilaterais. Evidentemente, a gestão do governo Lula não rompeu com o projeto neoliberal que vinha sendo desenvolvido no país pelo governo antecessor, mas reafirmou a necessidade dessas políticas para o desenvolvimento do país. Assim, o governo Lula agregou uma agenda social ao neoliberalismo, que permitiu ao governo legitimar as políticas neoliberais no país.

Os projetos elaborados pelo BM e Organismos Multilaterais para países periféricos como o Brasil, que de certa maneira já vinham sendo desenvolvidos pelo governo FHC, foram absorvidos e também desenvolvidos durante a gestão Lula. Em

suma, como pretendemos mostrar nesta pesquisa, o governo Lula mostrou ter ainda mais afinidade do que o governo anterior aos projetos neoliberais para o Ensino Superior, elencando no país o processo de privatização da educação superior.

O Ensino Superior durante a gestão do governo Lula passou por uma reforma, justificada por esse governo pela necessidade de democratizar essa política social e atender a classe menos favorecida, garantindo a essa parcela da população formação superior. Em termos gerais, o governo desenvolveu a política neoliberal de alívio à pobreza, consolidando programas como FIES e PROUNI. Esses dois programas foram vislumbrados pelo governo Lula como programas que garantiriam o acesso e formação da classe trabalhadora no país.

Nas seções seguintes, veremos como foram implantadas e implementadas as políticas dos programas FIES e PROUNI pelo governo Lula.

3.1 OS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO - PROUNI E FIES

Ao assumir o governo em 2003, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva apresentou em seu plano de governo objetivos relacionados a reforma do Ensino Superior, contudo o que se viu foi concretizar o projeto do governo FHC, onde se efetivou um projeto de educação superior que buscava romper com as fronteiras entre o público e privado, atendendo aos interesses internacionais vinculados ao campo econômico.

Partindo desse pressuposto, o Estado brasileiro desde a década de 90 vem incentivando a expansão das IES privadas na oferta do Ensino Superior, e para facilitar esse processo o Estado buscou firmar parcerias com as instituições privadas. As políticas neoliberais de descentralização do Estado direcionaram esses acordos entre o Estado e as IES privadas. De acordo com Reis (2015, p. 125), essa expansão no Ensino Superior por meio do setor privado pode ser constatada pelos incentivos do governo federal em relação aos Programa Universidade para Todos (Prouni) e o FIES (Fundo de financiamento Estudantil).

Conforme o autor, só em 2014, o valor destinado a esses programas pelo Governo Federal foi equivalente a R\$ 13,154 bilhões, isso representou 32% do total dos recursos destinados ao financiamento de todas as universidades federais que chegou ao montante de R\$ 41,077 bilhões. Se por um lado o Estado fortaleceu as

IES privadas por meio da parceria público-privado, em contraponto, o Estado tem se ausentado cada vez mais da sua responsabilidade em relação ao setor de Ensino Superior público.

Os programas de financiamento estudantil (PROUNI E FIES), tem como objetivo ofertar vagas no Ensino Superior por meio das instituições privadas para pessoas de baixa renda, elevando assim a taxa de formação de nível superior no Brasil. Os programas são resultado de uma política social neoliberal implementada pelo governo federal que vai entregar as áreas sociais rentáveis a burguesia de serviços, além de outros benefícios garantido pelo governo, transformando os serviços públicos em mercadorias. (Idem, p. 20)

Essa proposta de oferta do Ensino Superior por meio da iniciativa privada com financiamento público é a resposta do governo federal ao projeto do BM. Essas medidas respondem às necessidades do capital em crise, ao desonerar o Estado de ações no âmbito social e, concomitantemente, ampliar os espaços de valorização do capital (Reis, 2015, p. 99).

Para Scremin e Martins (2005), a privatização, implementada pelas políticas neoliberais hegemônicas, sobretudo na América Latina, vêm atingindo as “instituições” universitárias públicas de tal modo que significa o desmantelamento do Ensino Superior e sua conseqüente mercantilização. Nesse sentido, a política de restrição ao crescimento das universidades públicas e sua reestruturação voltada para a produtividade e competitividade, tem favorecido a propagação das universidades privadas por intermédio da ideia do livre mercado.

Desta maneira, o Estado ao implementar os programas FIES e PROUNI cumpriu de maneira eficiente o seu papel dentro de uma sociedade capitalista dividida em classes, onde suas políticas liberais são mecanismos utilizados para assegurar a ordem e reprodução do capital, pois, se por um lado os programas possibilitaram a entrada de pessoas de baixa renda no Ensino Superior, em contraponto, os empresários das IES privadas tiveram seus anseios atendidos, pois há uma expressiva expansão no número de faculdades privadas. Esses números foram justificados pelo aumento da procura de vagas do Ensino Superior por pessoas que visavam aderir aos programas de financiamento estudantil PROUNI e FIES.

Para Trindade (2001, p.26), “no Brasil, um sistema nacional de universidades

públicas expandiu-se e se consolidou-se tardiamente entre 1930 e 1970, mas a partir daí se observa uma expansão espetacular das instituições privadas do Ensino Superior que inverte a relação entre a matrícula pública/privada”.

A privatização pode ser constatada pelo crescimento, principalmente, das instituições privadas, com essas instituições atingindo em 2004 uma representatividade de 90% do total das instituições; 65% do total dos cursos e 70% do total das matrículas da educação superior (RISTOFF, 2008, p. 42).

Portanto, no caso das instituições de Ensino Superior privadas, a destinação de recursos públicos por meio dos programas FIES e PROUNI, elevou-se de maneira significativa alcançando o valor de R\$ 1,416 bilhões em 2003. Segundo Reis (2015), de 2003 a 2014, houve um crescimento de 880,42% dessas despesas.

A expansão da Educação Superior no Brasil “tem se dado fundamentalmente a partir do crescimento de IES privadas. Instituições que têm buscado se construir como empresas prestadoras de serviços educacionais fortemente atreladas às demandas do mercado” (RODRIGUES, 2012, p. 42).

Podemos constatar que a reforma do Ensino Superior trouxe no discurso algumas particularidades, como por exemplo, o que até então era direito do sujeito e dever do Estado, agora não mais exclusivo do Estado, passa ser denominado, numa redefinição neoliberal do público e do privado, de serviço público não-estatal (SCREMIN, L.; MARTINS, 2005, p.3).

De acordo com Trindade (2001), “investir em Educação Superior tornou-se um dos negócios mais rentáveis e, por isso, o Brasil tornou-se o grande campeão da privatização da Educação Superior na América Latina: no ranking internacional sua posição é o 7º enquanto os Estados Unidos é o 20º na matrícula no setor privado”.

Reis salienta (2015, p. 20) que no capitalismo, a produção tem como objetivo a valorização do capital e não a satisfação das necessidades sociais. Partindo desse pressuposto, buscaremos compreender qual o objetivo dos programas PROUNI e FIES implementadas pelo governo Lula durante os anos de 2003-2010, buscando subsidiar elementos que nos permitam analisar os programas e a intencionalidade dessas políticas para a sociedade brasileira.

3.2 PROUNI - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

O PROUNI foi instituído pelo governo Lula como uma política de democratização do acesso à educação superior fornecido pelas IES privadas. O objetivo do programa é conceder bolsas de estudos parciais e integrais aos estudantes cuja renda familiar se encaixe como baixa renda, e que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas; aos alunos que estudaram em colégios particulares com bolsa integral; aos alunos com necessidades especiais e aos professores da rede pública que desejam fazer um curso de licenciatura ou pedagogia, independente da renda; além de cotas para negros e indígenas.

O ProUni concede também as chamadas **bolsas Permanência**, no valor de R\$ 300,00 mensais, a estudantes detentores de bolsa integral em utilização, matriculados em cursos presenciais com no mínimo 6 (seis) semestres de duração e carga horária média superior ou igual a 6 (seis) horas diárias de aula. [...] Direciona-se a alunos carentes sem recursos para se manterem nas faculdades e destina-se a financiar sobretudo o transporte e a alimentação dos estudantes-bolsistas necessitados (ANDRÉS, 2011, p. 15).

O Programa Prouni no primeiro semestre de 2005, colocou à disposição um total de 112 mil bolsas de estudos em universidades privadas, sendo 72 mil bolsas totalmente gratuitas, o que possibilitou que o governo ampliasse em 60% a oferta do Ensino Superior gratuito em apenas um ano de vigência do programa, motivo esse comemorado pela gestão do governo Lula e também pelas IES privadas.

O PROUNI é um programa desenvolvido por meio da parceria público e privado, a qual permitiu que em vez de o governo federal criar novas vagas nas IES públicas, investisse recursos públicos nas instituições privadas de Ensino Superior. Essa lógica atende à política de controle de gastos públicos e aos objetivos de sustentabilidade da dívida (CARVALHO; LOPREATO, 2005, p.96).

Os empresários das IES privadas tiveram com a implementação do PROUNI, a volta de isenções fiscais, as quais tinham sido extinguidas durante o governo FHC. A análise referente ao PROUNI, demonstra que o governo Lula com a implantação do programa respondeu de forma positiva os interesses dos empresários do setor de Ensino Superior, regulamentado pela lei nº. 11.079/2004 Art. 1º Que instituiu, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de Ensino Superior, com ou sem fins lucrativos. Esta Lei institui normas gerais para

licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Para Reis (2015) a proposta de financiar o acesso de estudantes pobres à educação superior privada, por meio de empréstimos subsidiados, foi colocada em prática por meio do, já existente, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Em 2004, o governo Lula criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI) como forma de “democratizar” o acesso da juventude brasileira à educação superior privada.

Para Leher (2004) por meio do Prouni, o governo Federal coloca o Brasil no círculo da mercantilização da educação, sem cuidar da qualidade de formação oferecida. É a regularização da comercialização de diplomas, transformando a educação em commodity¹⁷. De acordo com Pinto (2009), para as instituições privadas, o Prouni foi um alívio financeiro, pois permitiu remunerar vagas que eram ociosas e que, por isso, já se destinavam a bolsas concedidas pelas próprias instituições. Para conhecer seu real impacto, seria necessário avaliar qual foi o aumento de bolsas oferecidas pelas instituições, considerando a situação anterior ao Prouni. Segundo documento do ANDES-SN (2005, p.13) o ProUni, simplesmente cumpre o papel de operacionalizar as Parcerias público-privadas na Educação Superior, pois estes acordos ajudam estas instituições a superarem a alta taxa de evasão nas vagas oferecidas (NASCIMENTO, 2006).

No entanto, Carvalho (2006) afirma que quanto ao caráter social, parece bastante apropriada a afirmação de Catani, Hey e Gilioli (2006), ao considerarem que o ProUni promove uma política pública de acesso, mas não de permanência e conclusão do curso, orientando-se por uma concepção assistencialista, nos moldes das recomendações do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), que oferece benefícios e não direitos aos egressos do ensino médio público.

Portanto, a política do programa Prouni “É aumentar as isenções fiscais para IES privadas que, com poucas exceções, não prestam contas de como as usam, remuneram de forma ilegal seus sócios, não têm transparência na concessão de bolsas e maquam balanços” (VALENTE; HELENE, 2004).

¹⁷ O termo designa um tipo particular de mercadoria que pode estar em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, algodão, estanho, cobre, etc. Cujo o preço é determinado pelo mercado mundial.

Atualmente, o Brasil apresenta o maior índice de privatização na América Latina e está entre os cinco países com maior índice de privatização no mundo, se considerados o número de Instituições de Ensino Superior (IES) e o percentual de matrículas (SGUISSARDI, 2006, p. 1028).

O PROUNI foi instituído a partir da medida provisória 213 de 2004, e implantado pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, durante a gestão de Tarso Genro no MEC. O Programa Universidade para todos pertence ao Ministério da Educação, criado pelo Governo Lula, que oferece bolsas de estudos em instituições de Ensino Superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

O programa regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior e altera a Lei 10.891, de 09 de julho de 2004. As IES que aderirem ao PROUNI ficam isentas de uma série de impostos e incentivos fiscais. A Reforma Universitária do governo Lula envolve uma série de discussões e propostas, sendo o Programa Universidade Para Todos (Prouni) anunciado como carro-chefe na democratização da educação superior brasileira. (CATANI, 2006, p. 124).

Para Catani (2006) O texto da MP nº 213 (13.09.2004) do Prouni adotou quase todas as propostas das IES privadas. O caput do Art. 1º previa a concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (BRASIL, 2004). Ainda não fora atendida a reivindicação de bolsas parciais de 30% ou 20%, mas a meia-bolsa (50%) já representava vitória do setor. A renda limite foi ampliada de um para 1,5 s.m.¹⁸ (bolsa integral) e criou-se o limite de 3 s. m. (bolsa parcial). Foram acrescentados alunos com necessidades especiais como destinatários e, conforme demanda do Semesp ¹⁹, aqueles que cursaram todo o ensino médio como bolsistas integrais em instituições privadas.

Para que o Programa fosse aprovado na Câmara federal, seu texto original sofreu várias mudanças, resultado do diálogo entre o governo federal e os representantes das IES privadas. Representadas por empresários, as reivindicações das IES privadas alteraram o texto original do Programa. As

¹⁸ Catani (2006) usa a sigla s.m. que significa salário mínimo.

¹⁹ **Semesp** - Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

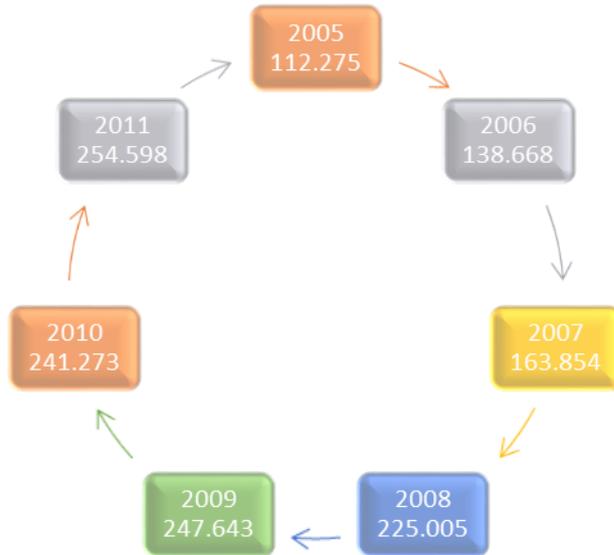
alterações solicitadas pelos empresários para o aceite do PROUNI foram: que o texto original visasse apenas bolsas integrais, e agora seriam integrais e parciais, outro ponto questionado pelos representantes das IES foi sobre a renda familiar do bolsista que no texto original priorizava famílias de um salário mínimo, para os empresários esse valor teria que ser de no mínimo um salário e meio para bolsas integrais e de três salários para bolsas parciais; os representantes das IES privadas reivindicaram também que o programa ampliasse a oferta de vagas para pessoas que cursaram como bolsista em rede privadas o ensino médio e para pessoas com necessidades especiais.

Feitas as alterações no texto original, segundo Carvalho e Lopreato (2005), os empresários manifestaram publicamente sua adesão e veicularam matérias em jornais, de apoio ao PROUNI. Portanto, as IES privadas viram neste Programa uma alternativa para diminuir as vagas ociosas, aumentar seus privilégios tributários e saírem da crise que assombrava o setor. A grosso modo o PROUNI tem cumprido sua principal característica que é beneficiar as instituições privadas²⁰.

As IES privadas que aderirem ao PROUNI serão isentas de: Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social, conforme o art. 8 da lei nº 11.096/2005. Conforme Reis (2015), a partir de 2005, o governo federal, para viabilizar o Prouni, passou a conceder benefícios tributários para as instituições privadas de educação superior que aderissem ao Programa, isso fez com que aumentasse o número de IES privadas vinculadas ao programa, concomitantemente aumentou o número de vagas ofertadas pelo Prouni.

A figura abaixo foi desenvolvido conforme dados do Ministério da Educação – **Mec**; Secretaria de Educação Superior- **SESu** e Diretoria de Pesquisas Sociais – Dipes. Nossa intenção na elaboração da figura é demonstrar o aumento significativo do número de vagas ofertadas pelo Prouni logo nos primeiros anos do programa.

²⁰ Várias instituições apresentaram de fato problemas financeiros e a inadimplência fiscal do segmento chegou, em 2006, a quase 12 bilhões de reais, conforme declaração de dirigente da nova Receita Federal do Brasil, em Audiência Pública na Câmara dos Deputados, realizada em maio de 2007.(Andrés, p.04, 2011).



Número de vagas ofertadas por ano pelo programa PROUNI.

Fonte: Mec/SEsu/Dipes

Figura: elaboração da autora.

Segundo o MEC, no primeiro ano de implementação do PROUNI, 2005, houve adesão de 1.142 das IES privadas, ou seja, 60% do total das IES privadas do país. No ano seguinte, o número de adesão subiu para 1.232, o que representava na época 61% das IES privadas.

De acordo com dados do MEC no primeiro processo seletivo do ProUni foram oferecidas 112 mil bolsas em 1.142 instituições de Ensino Superior de todo o país, e se espera que após quatro anos de sua criação, o programa ofereça 400 mil novas bolsas de estudo (BRASIL, 2007).

Desde 2005 até 2011 as vagas ofertadas pelo PROUNI tiveram um aumento significativo, passando de um total de 112.275 vagas ofertadas no ano de 2005, para um total de 254.598 vagas em 2011, ou seja, em seis anos do programa as vagas ofertadas mais que dobraram. Além do PROUNI outro programa que ganhou destaque na gestão do governo Lula foi o FIES, o qual será tratado na próxima seção.

3.3 FIES – FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

O FIES foi criado no ano de 1999²¹ com o intuito de possibilitar que estudantes sem condições financeiras de arcar com os custos de sua formação em uma instituição privada, pudessem alcançar o tão desejado diploma de Ensino Superior, por meio da concessão de financiamento. O FIES - Fundo de Financiamento Estudantil foi regulamentado pela Lei nº 10.260, de 12 julho de 2001.

Desde o seu surgimento em 1999 o FIES²² já teve várias mudanças, mas a que mais trouxe impacto é a Lei 12.202/10, que tem a finalidade de alterar suas regras de financiamento, e desta maneira facilitar a adesão do Programa pelos estudantes, ampliando o acesso dos estudantes de baixa renda as instituições de ensino privadas.

Perante as novas regras do FIES destacamos a possibilidade de o aluno poder financiar até 100% dos encargos educacionais cobrados, conforme o art. 1º da lei 12.202/10, desde que este esteja matriculado em um curso da educação profissional técnica de nível médio, ou em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva, desde que haja disponibilidade de recursos, observada a prioridade no atendimento aos alunos dos cursos de graduação. Ressaltamos, que o FIES só passou a atender alunos dos programas de mestrado e doutorado a partir do ano de 2007. A Lei 12.202/10 trouxe novas modificações para o programa FIES e estendeu o prazo para pagamento do financiamento após a conclusão do curso, onde o estudante antes tinha até duas vezes o tempo do curso para pagamento, agora o tempo para pagamento do financiamento passa a ser de até três vezes a duração do curso.

O FIES desde o ano 2005, passou a atender também alunos com bolsas parciais do PROUNI. Para que isso ocorra, foi designado períodos específicos para

²¹ O Fies regulamentado em 1999, na verdade respondeu as mudanças do programa credito educativo-PCE, aprovado em 23 de agosto de 1975 pela Presidência da República (Ernesto Beckmann Geisel, 1974 – 1979), sua implantação se deu no primeiro semestre do ano de 1976. De início o programa abrangeu apenas as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas no segundo semestre de 1976 o programa já atendia todas as Instituições de Ensino Superior do País. A institucionalização do programa ocorreu por meio da Lei 8.436, de 25 de junho de 1992, onde o programa foi denominado de CREDUC (Programa Crédito Educativo para estudantes carentes), o programa ainda teve algumas alterações antes da sua extinção em 1997. Já no ano de 1999, para substituir o programa extinto CREDUC foi criado o programa FIES, por meio de uma Medida Provisória nº 1.827, de 27/05/99, regulamentado pelas Portarias MEC nº 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99.

²² O programa FIES é regulado pela Lei Nº 10.260, de 12 de julho 2001 (e suas regulamentações como as Portarias Normativas nº 3, de 13/02/2009; nº 1, de 21/01/2010; nº 10, de 30/04/2010; e nº 1, de 14/01/2011, e alterada por sua lei modificativa mais recente, a lei nº 12.202, de 2010).

que o aluno bolsista parcial do PROUNI pudesse se inscrever para a complementar a porcentagem que o PROUNI não contemplou. Se selecionado, o aluno passa a ser atendido pelos dois programas, ao mesmo tempo.

Nessa nova fase do FIES, que se iniciou no final do ano de 2006 a taxa de juros caiu de 9% a.a, para 3,5 a 6,5% a.a, dependendo do curso, essas taxas permaneceram até o ano de 2010. Em março de 2010, o governo Lula faz uma reformulação no programa e fixa a taxa independente do curso para 3,4% a.a²³. Outra inovação da lei se refere aos formandos em cursos de medicina e de licenciaturas, os quais poderão abater 1% da dívida a cada mês trabalhado, caso optem por atuar como professores da rede pública de educação básica ou como médicos no programa Saúde da Família. A possibilidade de pagamento com trabalho vale para jornada de no mínimo 20 horas semanais. O estudante que já estiver em efetivo exercício na rede pública de educação básica ao ingressar no curso de licenciatura terá direito ao abatimento da dívida desde o início do curso, nos termos do art. 6º-B.

“Art. 6º-B. O Fies poderá abater, na forma do regulamento, mensalmente, 1,00% (um inteiro por cento) do saldo devedor consolidado, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento, dos estudantes que exercerem as seguintes profissões:

I - professor em efetivo exercício na rede pública de educação básica com jornada de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais, graduado em licenciatura;

II - médico integrante de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desse profissional, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento.

Com a Lei nº 12.202, os estudantes que escolherem ingressar em programas de residência médica credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica e em especialidades definidas pelo Ministério da Saúde como prioritárias, terão o período de carência estendido por todo o período da residência, o que antes era apenas uma carência de 18 meses após concluir o curso.

Toda essa mudança no FIES trouxe para as IES privadas um aumento de estudantes inscritos no programa, conforme dados do MEC apresentados no

²³ Essa taxa de juros se altera no ano de 2015 passando de 3,5% a.a para 6,5%, além de outras mudanças em relação ao teto. De 2010 a 2015 o FIES atendia os estudantes com renda familiar bruta de até 20 salários mínimos, isso mudou e atualmente o FIES atende estudantes com renda bruta per capita de até 3 salários mínimos.

Relatório de Gestão do FIES exercício 2012 disponível no site do Ministério da Educação, onde os dados apresentados mostram que em 2009 eram 32.654 (trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro) estudantes que aderiram ao financiamento, já em 2011 após a implementação da Lei 12.202/10 o número de estudantes subiu para 153.151 (cento e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e um).

O financiamento contempla taxas de juros fixas e financia cursos de graduação em até 100% em IES privadas, é permitido ao aluno solicitar o financiamento em qualquer período do curso durante o ano. Além disso, a taxa de juros é de 3,4% ao ano. O aluno deverá pagar a cada 3 meses o valor máximo de R\$ 150, referente de juros incidentes sobre o financiamento. A nova face do FIES trouxe também novas regras de adesão para as entidades mantenedoras, mostrando que nessa nova face o Fies tornou-se mais atrativo não somente para os estudantes, mas também para as IES privadas.

Para se inscrever nas bolsas, o aluno deverá verificar se a instituição de ensino que pretende cursar está credenciada no FIES; ter participado do Enem a partir da edição 2010 e obtido nota igual ou superior a 450 pontos e não ter zerado em redação. Outro requisito é que a família não ultrapasse renda mensal bruta per capita de até 3 salários mínimos. O aluno que for contemplado pela bolsa deverá quitar suas dívidas com os cofres públicos em até três vezes o tempo de utilização do financiamento, para isso o aluno terá após a conclusão do curso 18 meses de carência para começar a pagar o financiamento, durante esse período ele continua a pagar a cada 3 meses somente os juros. Todo o processo de adesão do Programa ocorre pela internet, tanto para IES privadas como para os estudantes.

Andrés (2011) afirma que em 2010 foram firmados 74 mil novos contratos (abaixo, portanto, da capacidade do fundo, que segundo o MEC é de 200 mil contratos). Após o atendimento prioritário aos cursos de graduação, havendo disponibilidade de recursos e autorização do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o FIES poderá financiar também alunos de cursos de mestrado e doutorado e de cursos técnicos de nível médio.

A expansão da educação superior ocorreu tanto por pressão social como pelas exigências do setor produtivo e de negócios. Com isso, por um lado, ampliou-se o número de matrículas e, por outro, o Estado repassou responsabilidades à

iniciativa privada. E esta, com sua insaciável sede de lucro, acabou por transformá-la em causa de crise, suscitando a intervenção do Estado para resolvê-la (COLLEONI, 2012, p.86).

No Brasil, a intervenção dessas agências, sobretudo a do Banco Mundial, decorreu mais da influência política junto aos governos por meio da imposição de temas prioritários, linhas de ação e de um enfoque economicista das políticas educacionais, do que dos recursos financeiros que são mobilizados para a implantação de projetos educacionais (HADDAD, 2008).

Para Coggiola (2004) as reformas universitárias em curso, com sua sequele de flexibilização e precarização do trabalho universitário (docente, de pesquisa e extensão) e de desqualificação crescente de formandos e formados, reforçam objetivamente, isto é, independentemente das intenções de seus formuladores, o processo descrito. Assim as reformas universitárias são de fato direcionadas pelo Banco Mundial, FMI, utilizando-se da ideologia neoliberal para cumprir com seu fundamento básico dentro do sistema capitalista, que é manter o sistema capitalista em uma crescente lógica destrutiva e reacionária perante a escala global, portanto é esperado pelo sistema capitalista que todos os países mantenham a direção de suas políticas embasados nesse fundamento.

Para Aguiar (2013), apesar de o governo Lula ter estruturado seu plano para o Ensino Superior com foco na ampliação da oferta da Educação Superior, cabe discutir o modelo de universidade adotado nesta expansão. A reforma do Ensino Superior na gestão do governo Lula, iniciou em 2003 com as reformas educacionais promovidas por este governo, que objetiva atender as metas do Plano Nacional de Educação - PNE²⁴ que visa atender até 2010, a pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, hoje o acesso da população ao Ensino Superior é de que apenas 10,4% tem acesso à educação superior (Brasil, 2000).

As políticas educacionais do Ensino Superior na gestão do governo Lula

²⁴ O PNE está referido no Art. 214 da Constituição Federal de 1988, que determina a sua elaboração de acordo os princípios fundamentais da educação brasileira: I) à erradicação do analfabetismo; (II) à universalização do atendimento escolar; (III) à melhoria da qualidade do ensino; (IV) à formação para o trabalho; e (V) à promoção humana, científica e tecnológica do país. Já a sua regulamentação foi determinada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, que deixou à cargo da União, em colaboração com Estados e Municípios, a incumbência de organizar o PNE, que posteriormente foi aprovado pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001, com vigência decenal. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/plano-nacional-de-educacao/historico>.

buscaram justificar como necessária e relevante para atingir metas de inserção e matrículas aos moldes dos países participantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE. Porém a implementação das mesmas parece longe de atingir tais metas, e mesmo se atingidas há questões polêmicas e problemas a serem levantados (NASCIMENTO, 2006).

No período em que o MEC esteve sob o comando de Cristóvam Buarque, a ação mais visível em relação ao Ensino Superior foi a instalação da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA) presidida pelo professor José Dias Sobrinho, da Unicamp, encarregada de “analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica de seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados” (BRASIL. INEP, 2003 apud : AMARAL, 2005, p. 5).

A reforma da educação superior brasileira teve seus princípios, fundamentos e diretrizes, traçados pelo grupo de Trabalho Interministerial, instituído em outubro de 2003, que seguiu as orientações dos organismos internacionais. Todos os demais documentos sobre o assunto, assim como os dispositivos legais já implantados, somente tiveram por objetivo consolidar o que já havia sido determinado. Neste sentido, o discurso de que no governo Lula existe mais disposição ao diálogo/negociação, para que as decisões possam caminhar por um viés mais democrático, pode ser uma falácia. Frequentemente, os pretensos diálogos e negociações só tem servido para dar um verniz democrático a decisões tomadas unilateralmente (OTRANTO, 2006a, p. 9).

Conforme Barbosa (2009, p.75), com o ajuste estrutural, as políticas educacionais passaram a ser concebidas pela lógica do mercado, exigindo da educação produtividade, eficiência e qualidade, isto é, o retorno dos investimentos aplicados. Ressaltamos aqui, que o governo Lula durante sua gestão, não rompeu em momento nenhum com as políticas neoliberais implementadas na gestão do governo FHC, mas reforçou a ideologia neoliberal, por meio das políticas de ajuste fiscal, cumpriu os acordos firmados com os organismos internacionais²⁵ e implantou

²⁵ As Organizações Internacionais ganharam expressão e criação institucional, global e política no contexto do pós-guerra mundial, com o intuito de por meio da cooperação internacional, resguardar a convivência pacífica da comunidade internacional. Essas organizações desenvolvem atividades no campo internacional e possuem autonomia sobre sua administração, possuindo orçamento próprio (MARQUEZ, 2006, p. 27-29, apud Bueno, 2014, p. 26).

as políticas sociais conforme a ideologia neoliberal desses organismos. Portanto, os contratos firmados no governo neoliberal de FHC deverão ser honrados para garantir a confiança dos mercados internacionais no novo governo (SILVA, 2002, p.5).

A partir destas considerações, na próxima seção trataremos sobre a influência dos organismos multilaterais nas políticas educacionais para o Ensino Superior implementadas durante o governo Lula (2003 – 2010).

3.4 A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR DO GOVERNO LULA

Diante do contexto da crise estrutural do sistema capitalista e do processo de reestruturação produtiva flexível, destaca-se no país, a reforma do Estado consequentemente o processo de reforma da educação superior brasileira, orientada por organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, principal disseminador dos projetos de educação no país.

As iniciativas governamentais tomadas na área da educação superior no país estão acontecendo de forma a atender a instância do setor internacional de serviços, como confirmam os embates na Organização Mundial do Comércio - OMC, que demonstram junto com o Banco Mundial - BM, um constante empenho pela educação superior no Brasil, cobrando do governo medidas que reforcem os seus interesses (NASCIMENTO, 2006).

Conforme Dourado (2002, p. 238), atuam no Brasil como importantes interlocutores multilaterais o BM, BID e a ONU, que revigoram sua atuação a partir dos anos 80 em relação ao campo educacional.

O Banco Mundial, transformou-se, nos últimos anos, no organismo com maior visibilidade no panorama educativo global, ocupando, em grande parte, o espaço tradicionalmente conferido a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a agência das Nações Unidas especializada em educação (TORRES, 2007, p. 126).

Segundo Dourado (2002), das orientações gerais do Banco Mundial é possível depreender a prescrição de políticas educacionais que induzem as reformas concernentes ao ideário neoliberal, cuja ótica de racionalização do campo educativo deveria acompanhar a lógica do campo econômico, sobretudo, a partir da adoção de programas de ajuste estrutural. Desta forma, o Banco Mundial e o FMI

trabalham em sintonia quando o assunto é receitar e direcionar as ações dos governos para a implantação e implementação de políticas educacionais para os países, conforme necessita o sistema capitalista.

Para que as políticas públicas sejam implementadas de acordo com os interesses, e da forma como pretendem as classes dominantes, que têm os seus interesses materializados em ações do Estado, uma condição necessária é o convencimento social da necessidade dessa implementação, e a criação de um consenso de que as políticas propostas são eficientes para atender às necessidades de um determinado contexto, e de que trarão benefícios para os indivíduos que colaborarem com a sua implementação (ZANARDINI, 2006, p. 7).

Os Organismos Internacionais vão buscar essa colaboração dos países e Estados, e esses por sua vez utilizarão a ideologia neoliberal para convencer a população de que o projeto em curso é em prol de todos. Assim, o Estado implementará as políticas necessárias no país para atender ao sistema capitalista, e de certa forma, com o consentimento da classe trabalhadora. Essas políticas para a educação conforme Dourado (2002), tem um caráter utilitarista que corresponde as concepções do BM, as quais fragmentam e desarticulam a luta pela democratização da educação em todos os seus níveis. O Banco Mundial junto com outros organismos internacionais buscou construir mecanismos ideológicos, que fortaleçam suas políticas em países como o Brasil, ou seja, a ideologia²⁶ novamente é o instrumento para o capital manter sob controle a classe dominada.

O Estado brasileiro desde a reforma que se iniciou no governo FHC até os dias atuais, vem implementando de forma gradativa as receitas neoliberais do sistema capitalista. Essas ações desenvolvidas pelo Estado buscam no campo da educação fornecer ao trabalhador uma qualificação supostamente adequada para a atual conjuntura.

Para Zanardini (2006) a elaboração das políticas educacionais pelo Estado tem intencionalidades específicas para a sociedade, pois visa preparar os sujeitos para responder de forma positiva os projetos e metas do sistema capitalista, permitindo assim, que o sistema consolide seu projeto social, político e econômico.

²⁶ A ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

O papel dos organismos internacionais na elaboração e difusão dos valores e concepções que constituem este projeto de dominação tem sido fundamental. As políticas promovidas por estes sujeitos políticos coletivos do capital – Grupo BM, UNESCO e, mais recentemente, a OMC – vêm orientando um conjunto de reformas econômicas e políticas realizadas nos países da periferia do capitalismo (LIMA, 2007, p. 51).

Para Borges (2010), os documentos que expressam a visão de educação superior do Banco Mundial, os quais devemos ter como objeto de pesquisa, são os seguintes: *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*²⁷ (1994) e *La educación en los países en desarrollo: peligros y promesas*²⁸ (2000), documentos que têm influenciado a formulação de políticas educativas na América Latina e orientado os governos no país em relação a educação superior. Esses documentos tem como objetivo propagar a ideologia neoliberal na área da educação superior nos países da América Latina.

Nessa perspectiva, as orientações contidas nesses documentos mostram que o Banco Mundial têm enfatizado reformas no âmbito do Ensino Superior nos seguintes aspectos: diferenciação institucional; diversificação das fontes de financiamento; redefinição do papel do Estado e as questões referentes à autonomia e à responsabilidade institucional das IES devem amparar políticas voltadas para a qualidade e equidade.

De acordo com Borges (2010), por meio do documento *La enseñanza superior*, o BM realiza um diagnóstico da crise da educação superior, e aponta que essa é uma crise mundial, mas que a gravidade se acentua nos sistemas de educação superior dos países periféricos, e que portanto, é necessário ajustes fiscais e mudança no sistema de Ensino Superior desses países.

²⁷ Conforme Chaves et al. (2015, p. 114), o documento *La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia*, publicado em 1994, pelo Banco Mundial, no qual são apresentadas as diretrizes para a reforma da educação superior, na América Latina, Ásia e Caribe. Essas diretrizes foram seguidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) na implementação da política educacional brasileira, em especial, nas reforma da educação superior.

²⁸ Borges (2010, p.371) relata que o documento *La educación en los países en desarrollo: peligros y promesas* foi redigido por Grupo Especial sobre Educação Superior e Sociedade (Task Force on Higher Education and Society), convocado pelo Banco Mundial e Unesco. Nesse documento, especialistas de treze países analisam as possibilidades da educação superior nos países em desenvolvimento, diagnosticando as dificuldades e os problemas específicos à realidade educacional desses países. No documento em referência, é discutida uma concepção de educação superior e de universidade que vai ao encontro, em muitos aspectos, à concepção trabalhada no discurso presente no documento *La enseñanza superior* (1995).

Borges (2010), constata por meio do documento *La enseñanza superior a preocupación do BM na construção de um modelo que responda especificadamente ao setor produtivo, um Ensino Superior para formar trabalhadores eficientes para o sistema capitalista, que atenda às necessidades do mercado mundial. É importante ressaltarmos, conforme Borges que (2010, p. 371):*

[...] na visão do Banco, portanto, percebe-se a presença do discurso da defesa da diminuição do papel do Estado em relação à educação superior, pois, nesse momento (década de 1990), o Banco não assume a concepção de que a educação superior é prioritária para o desenvolvimento econômico, estando centrado no enfoque da redução da pobreza através do investimento nos níveis básicos de educação. Esse enfoque é objeto de reformulações no documento posterior, construído em 'conjunto' com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), momento em que a educação superior passa a ser considerada central no contexto de uma sociedade globalizada, competitiva e baseada no conhecimento.

Ainda segundo Borges (2010), o BM ao buscar maneiras de garantir que suas ações sejam efetivadas pelos governos, buscou por meio do documento *La Enseñanza superior (1995) orientar os Estados em relação as políticas que estes devem adotar. Conforme Borges (2010), fica notória, no documento em referência, uma argumentação em defesa de um sistema de educação superior diversificado e estratificado, que busque a existência de instituições universitárias e não universitárias, mas que seus objetivos institucionais sejam bem definidos. Nesse modelo, o Estado tem como função supervisionar, avaliar e regular o sistema de educação superior (BORGES, 2010, p. 373).*

Para Sguissardi (2005, p. 193), as discussões teóricas que vem ocorrendo sobre se o conhecimento provido mediante o ensino, em especial o de nível superior, é um bem público ou privado ocupam cada vez mais espaço na elaboração documental dos organismos multilaterais financeiros (BM, BID, OMC) e educacionais (UNESCO), e também se destaca nos discursos governamentais nacionais ou multinacionais (OCDE, UE, NAFTA). Desta maneira, a reforma do Ensino Superior vem sendo desenvolvida e direcionada conforme as necessidades do sistema capitalista, onde por meio das instituições que representam os interesses do capitalismo, há uma preocupação em elaborar e direcionar as metas e organização do Ensino Superior a serem adotadas mundialmente.

No Brasil, o governo Lula durante sua gestão buscou fomentar um discurso de democratização do Ensino Superior para o país, as políticas desenvolvidas por

seus ministros²⁹ justificou algumas medidas como necessárias para a democratização do Ensino Superior. Destarte, essa justificativa serviu como alicerce para uma das medidas principais do governo Lula, que foi buscar no setor privado a ampliação de vagas para suprir a demanda na busca pela educação superior no país.

A multiplicação das instituições de Ensino Superior privadas, em especial com fins lucrativos, foi extraordinária nos anos recentes, elevando-se seu número a cerca de 90% do total. As matrículas em instituições privadas já beiram os 80%, com evidente potencial de crescimento (SGUISSARDI, 2005, p. 193).

Assim, a gestão do governo Lula representou de forma qualitativa os interesses da política neoliberal, e o Estado por meio de seu gestor cumpriu os acordos conforme as orientações e recomendações dos organismos multilaterais, ou seja, o governo brasileiro segue a vontade e o desejo do Banco Mundial para elaborar e implementar suas políticas educacionais, principalmente na área do Ensino Superior (Aguiar, 2014, p. 37). Conforme dados do INEP, um exemplo disso estaria no fato de que, ao longo deste período, surgiram 29 instituições públicas de Ensino Superior, contra 364 privadas. Além disso, a maioria dos estudantes que conclui o Ensino Superior, estaria se formando em IES privadas e não públicas.

O governo diante desses dados, foi além com as parcerias público-privadas, pois as políticas educacionais de ordem privatista alcançaram a universidade pública, as quais passariam a se expressar por meio de “vocábulos empresariais”³⁰ e quantitativos. Os projetos de acesso, como o PROUNI, FIES E PNAES, vincular-se-iam mais à lógica de alívio à pobreza, propagada pelo Banco Mundial, do que ao ideal de igualdade social, sonhado por muitos daqueles que depositaram suas esperanças no PT (AGUIAR, 2013, p. 37).

Desta forma, o governo Lula durante sua gestão além de não romper com as

²⁹ Foram ministros da Educação durante a gestão do governo Lula (Cristovam Buarque 01/2003 – 01/2004; Tarso Genro 01/2004 – 07/2005, Fernando Haddad 07/2005 – 01/2011, Sendo que Fernando Haddad permaneceu como ministro da educação por mais 1 ano no governo Dilma). Informações obtidas no site do Mec. <http://portal.mec.gov.br/institucional/galeria-de-ministros>.

³⁰ Segundo Aguiar (2013) as universidades públicas aos poucos vão sendo privatizadas, pois com a falta de recursos públicos as universidades passam a cobrar taxas de inscrição, mensalidades, tornar a educação um serviço, um produto. O setor público, dado suas dimensões bastante reduzidas e a consequente instituição de um exame seletivo de ingresso geralmente bastante competitivo e rigoroso, recebe tradicionalmente um público pequeno e academicamente mais bem preparado (AGUIAR, 2013, p. 58).

políticas neoliberais que já vinham sendo implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, alargou ainda mais o leque da política neoliberal no país. A gestão do governo Lula não cumpriu o que havia prometido para a classe trabalhadora em relação ao Ensino Superior, sua ausência ao fornecer e ampliar a educação superior foi justificada por parcerias público/privado. Consolidado nos preceitos neoliberais, o governo impulsiona a privatização da educação superior conforme a lógica do mercado.

É claro que o sistema capitalista não está preocupado com o lucro, e sim com a formação que gera esse lucro, por isso entendemos que contraditoriamente as políticas implementadas não foram as desejadas pela classe trabalhadora. O governo Lula usou argumentos ideológicos para garantir que suas ações fossem interpretadas por muitos como algo que realmente atendesse a classe trabalhadora, maquiou suas reais intenções diante dessa classe. Desta maneira, o governo Lula garantiu o apoio dos organismos internacionais para o crescimento do país, e ainda manteve os trabalhadores esperançosos por democracia.

Segundo o Banco Mundial (2001, p. 11 apud Bueno, 2012, p. 32), as reformas estruturais da economia têm lançado as bases para a estabilidade econômica. Essa estabilidade protegerá os pobres das flutuações de renda que no passado, estavam frequentemente relacionadas com esforços frustrados de estabilização. O impacto de uma retomada do crescimento na redução da pobreza será gradual, mas importante. Se houver um grande empenho no sentido de melhorar a educação, haverá também uma redução significativa da pobreza [...] especialmente se for possível melhorar a focalização dos recursos (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 11, grifos no original).

Para Reis (2015, p.21), o Estado, ao procurar garantir a acumulação do capital, vai assumindo diferentes papéis em relação à gestão, implementação e financiamento das políticas sociais. Indiferente dos gestores estatais serem de esquerda ou direita, a única ordem seguida até o momento foi a de garantir os interesses e acumulação do sistema capitalista.

Portanto, analisar o comportamento do Estado torna-se fundamental na medida em que este assumiu, nas sociedades capitalistas modernas, um papel de destaque na manutenção do próprio sistema. Compreendê-lo, no entanto, exige mais do que lançar os olhos apenas aos seus aparelhos repressivos e ideológicos, sendo necessário levarmos em conta todo o processo de construção de uma

legislação para o campo educacional. Devemos levar em conta que o papel do Estado, bem como sua concepção de educação superior, estão intimamente ligados à posição que este ocupa na divisão internacional do trabalho, e com os compromissos assumidos na transformação de suas estruturas (AGUIAR, 2013, p. 127).

A partir da leitura de Davies (2004) compreendemos que a gestão do Presidente Lula em relação a educação superior tinha como slogan a frase “Universidade para Todos”, pois o governo defendia esse projeto como sendo algo que traria a democratização para o país em relação ao Ensino Superior. Conforme Davies, o projeto do PROUNI tem como base as políticas neoliberais de focalização ao atendimento, pois visa atender somente a população mais carente; favorece a todo momento as instituições privadas ao invés de investir no setor público de educação superior e mantém a base da política receitada pelos organismos internacionais. Para Reis (2015, p. 143):

[...] nas últimas décadas do século XX, no âmbito das políticas sociais em geral e de políticas sociais específicas, como é o caso da saúde e educação, o termo focalização passa a ser amplamente utilizado em documentos de Organismos Internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Diante do exposto acima, entendemos que o governo Lula focalizou o atendimento do Ensino Superior e sancionou, em dezembro de 2004, a lei federal 10.973 (BRASIL, 2004) que dispôs a respeito dos incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica. Por meio da lei, o governo procurou regulamentar as relações entre as universidades e empresas e compatibilizar a produção científica à atividade industrial. (REIS, 2015, p. 111). As ações implementadas durante a gestão do governo Lula para o Ensino Superior seguiram a direção proposta pelos documentos elaborados pelos organismos internacionais que visam tornar a educação superior um produto comercializado, para ser vendido a população e atender aos interesses financeiros do sistema capitalista. Desta maneira, durante a gestão do governo Lula não negamos que houve um pequeno aumento das universidades públicas, mas que isso não representa a democratização do Ensino Superior no país.

Portanto, a gestão do governo Lula priorizou a educação superior como um

fator importante para o desenvolvimento do país, tendo em vista, por meio de programas educacionais, reduzir o nível de pobreza. Todavia, é preciso atentar para o fato de que a influência da ideologia neoliberal adotada pelos governos FHC e Lula não reduziu o nível de pobreza, muito menos trouxe uma real qualidade para o Ensino Superior (OTRANTO, 2000, p.48).

Segundo Otranto (2006a) a “autonomia financeira” almejada pelo Grupo Interministerial³¹ do governo Lula para o Ensino Superior, foi direcionada por meio dos documentos elaborados pelo BM, tomando como referência o documento elaborado em 1994, denominada “La enseñanza superior”. Os documentos elaborados pelo BM desde a década de 90 consideram o modelo de educação superior no Brasil caro demais para o Estado, por isso os documentos propõem uma ampla reforma do Ensino Superior no país, direcionando como principal meta “proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados” (World Bank, 1994, p. 4 apud OTRANTO, 2006a, p. 3).

Barbosa (2009) salienta que para o BM as boas políticas educacionais seriam aquelas que possibilitam que os países preparem a população para atender de forma qualitativa aos mercados mundiais. Ou seja, as boas políticas que devem ser adotadas pelos governos são aquelas que devem assegurar “competências” para potencializar a competitividade, a individualidade, confirmando assim a lógica neoliberal de que só a competência e flexibilidade do indivíduo perante o mercado de trabalho poderia garantir-lhe sucesso, daí as políticas educacionais passarem a “orientar-se para garantir a transmissão diferenciada das competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar, nos exigentes mercados de trabalho pelos poucos empregos disponíveis” (GENTILI, 1998, p.89).

³¹ A Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva iniciou oficialmente o seu curso, com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O GTI foi composto por 12 membros, sendo dois representantes de cada um dos órgãos que se seguem: Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda (OTRANTO, 2006a, p. 1).

A lógica capitalista é a lógica da produção, do lucro, da exploração do trabalhador, da competitividade, da mercantilização. Já a lógica da educação está voltada para a formação do indivíduo para garantir-lhe, dentre outras, a possibilidade de se livrar das amarras da opressão, para reconhecer as necessidades do outro, respeitar as individualidades e participar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É para atingir a esses objetivos mais gerais que deve estar voltada toda a educação brasileira (GENTILI, 1998, p.89).

Desta maneira, a educação superior sempre atendeu de maneira eficiente ao sistema capitalista, sendo de certa forma uma área “restrita” para a elite. A ideia de democracia difundida pelo discurso no governo Lula para alcance da classe trabalhadora, em relação ao Ensino Superior é melhor entendida se nos ampararmos nos escritos de Sguissardi (2000, p.15),

As necessidades do ajuste econômico e fiscal dos países em desenvolvimento, as premissas da análise econômica do tipo custo/benefício norteiam as principais diretrizes do Banco [Mundial] para a reforma dos sistemas de educação superior: priorizam-se os sinais do mercado e o saber como bem privado.

Compreendemos que os interesses econômicos nacionais e internacionais influenciaram as mudanças nas políticas educacionais do Ensino Superior das últimas décadas, onde a ênfase desse discurso se justifica ideologicamente na formação do sujeito qualificado para o mercado de trabalho. Tais mudanças vão permitir que o conhecimento propiciado pelo Ensino Superior torne-se como um investimento pessoal, uma mercadoria, que segundo a ideologia do sistema capitalista, quem tem essa mercadoria tem como vender sua mão de obra por preços melhores, e como toda mercadoria, é um bem privado. Isso fortalece a ideia de que o Estado deve se afastar da manutenção desse nível de ensino uma vez que a educação superior passa a ser considerada um serviço público não exclusivo do Estado e competitivo (CHAVES, et al. 2015, p. 113).

Para Minto (2006) a redefinição do público e do privado no plano do Ensino Superior é legitimada por meio da teoria do capital humano, onde a educação é um serviço voltado meramente para formar mão-de-obra, e como atividade não material, esse produto não pode ser separado do seu produtor.

Para implementar as recomendações do BM e dos organismos multilaterais o governo Lula fomentou políticas educacionais privatistas para a área do Ensino Superior. Trataremos dessas políticas fomentadas durante a gestão Lula na próxima seção.

3.5 A IMPLEMENTAÇÃO NO GOVERNO LULA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS ELABORADAS PELO BM E OS ORGANISMOS MULTILATERAIS PARA O ENSINO SUPERIOR

A expansão do Ensino Superior no Brasil durante a gestão do governo manteve um caráter privatista conforme as recomendações dos organismos internacionais. Com o aumento das matrículas e instituições privadas no país, o contexto para o Ensino Superior, ficou marcado pelo processo de expansão quantitativa, a opção política foi investir crescentemente em sua tendência privada/mercantil, com ênfase no discurso de que a universidade pública atende aos grupos economicamente dominantes na sociedade, e com base em políticas “focalizadas”, o governo Lula instituiu/aperfeiçoou medidas legais para transferência de recursos públicos para as instituições privadas (GUIMARÃES, 2014, p. 111).

Precisamos compreender, conforme nos apontam Chaves et al (2015), que a política de privatização do Ensino Superior no Brasil de 2003 a 2010, aconteceu conforme os anseios do setor privado que representa as IES, seguindo o modelo de políticas elaborados por meio de documentos dos Organismos Multilaterais. Em contrapartida, há por parte do governo, uma omissão em relação ao setor público do Ensino Superior. Portanto, para acentuar essa lógica privatista, o Estado tem executado uma série de mecanismos, tais como: a liberalização dos serviços educacionais, isenções tributárias, isenção da contribuição previdenciária das organizações filantrópicas, isenção do salário educação, bolsas de estudo para alunos carentes (PROUNI e FIES), e muitos outros incentivos em relação as IES privadas. Para Deitos (2005, p. 274), tal fato se configurou em estratégia articulada pelo capitalismo para administrar e orientar os países em relação as políticas educacionais do Ensino Superior que devem ser adotadas pelos governos.

O governo Lula ao sancionar a lei 10.973³² que dispôs sobre os Incentivos à Inovação e a pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo. O governo procurou regulamentar as relações entre as universidades e empresas e compatibilizar a produção científica à atividade industrial (REIS, 2015, p.111).

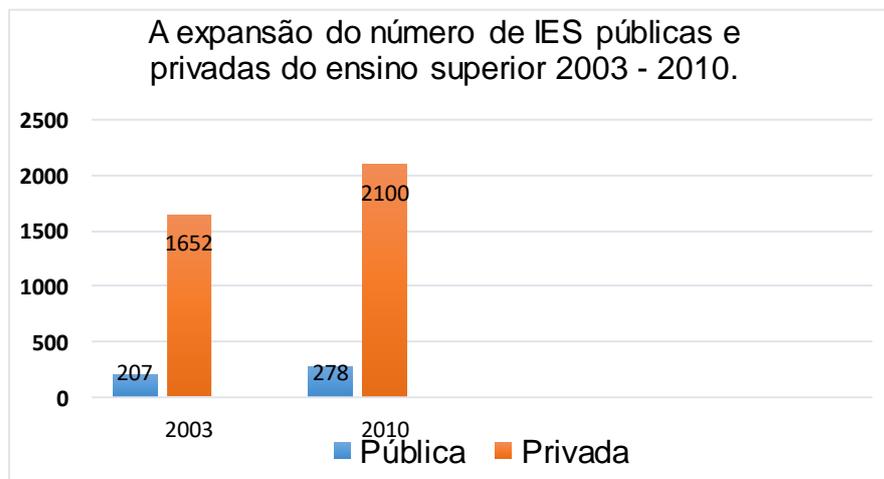
A política de expansão universitária desenvolvida durante a gestão do

³² A Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, aprovada durante a gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, é de certa forma um incentivo à participação das Instituições Científicas e Tecnológicas no processo de inovação no país. Em seu texto, o principal objetivo da lei é garantir a capacitação e aprimoramento do setor produtivo tecnológico, científico e industrial no Brasil.

governo Lula foi anunciada por esse governo como uma política democrática, uma política voltada para os interesses da classe trabalhadora em relação ao Ensino Superior, e não como uma política que atenda o mercado financeiro. Durante uma entrevista a Sader, o ex presidente diz:

Eu sinto um orgulho – e nesse caso é um orgulho muito pessoal, até um pouco de vaidade –, que é o de passar para a história como o único presidente sem diploma universitário, mas o que criou mais universidades neste país. Esse número eu dou sempre, que é um número muito exitoso e que vai ser muito difícil alguém superar: 14 universidades federais novas, 126 extensões universitárias, 214 escolas técnicas (SADER, p.13, 2013).

Chamamos a atenção aqui, que nossa pretensão não é desconsiderar que houve uma expansão das IES públicas durante a gestão do governo Lula, até porque esse fato realmente merece nossa atenção, contudo frisamos que apesar dessa expansão ter ocorrido também em IES públicas, os números são mínimos



perto da expansão das IES privadas.

Fontes: Fonte: MEC/Inep - Censo do Ensino Superior do ano de 2010.

Gráfico: elaboração da autora.

Os dados apresentados por meio da tabela acima demonstra como a expansão de IES privadas foi por vezes superior à expansão de IES públicas. Durante a gestão do governo Lula ficou notória a disparidade de crescimento das IES entre o setor público e privado.

Para Chaves et al. (2015, p.113-114), a educação de direito público e dever

do Estado está sendo transformada numa atraente mercadoria a ser negociada no mercado capitalista de serviços, nacional e internacional. Ora, sem a garantia de financiamento público para o sustento integral, as IES públicas seguiram a lógica da gestão empresarial, perdendo a frágil autonomia que ainda possuem, na medida em que a agenda da universidade será definida com base nos interesses privados.

Nesse panorama a reforma implantada no Ensino Superior segue as diretrizes dos organismos internacionais, cuja tese é a de esse sistema deve se tornar mais diversificado e flexível, objetivando uma expansão com contenção nos gastos públicos. Desse modo, a reforma foi implementada por meio de uma série de instrumentos normativos, tendo, como marco de referência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, quando o Estado assumiu papel destacado no controle e na gestão das políticas educacionais. Dentre algumas das alterações adotadas na educação superior brasileira a partir da LDB, merece destaque o art. 20 que estabelece a existência de dois tipos de instituições privadas de ensino: as lucrativas (empresariais) e não lucrativas (comunitárias; confessionais e filantrópicas). Portanto, a aprovação da LDB favoreceu não apenas a expansão das instituições ditas não lucrativas, mas também o setor empresarial que almeja o lucro e a acumulação do capital (CHAVES, ET AL. 2015, p. 101).

A relação do público e privado no Ensino Superior adquire, portanto, um novo dimensionamento, contraditório no sentido de que o governo para manter o setor privado vai investir dinheiro público, vai possibilitar a expansão das IES privadas, enquanto se justifica junto as IES públicas como um Estado que visa conter gastos principalmente em relação ao Ensino Superior.

Os setores público e privado, apresentados nessa pesquisa, não devem ser entendidos fora das condições materiais e do modo de produção do sistema capitalista. Portanto, as políticas do Ensino Superior durante a gestão Lula estão apoiada sobre o movimento desse sistema, incluindo a lógica da mercantilização, tornando o Ensino Superior mais um produto de mercado. De acordo com Minto (2006) a educação tornou-se mundialmente um negócio extremamente rentável.

Visto sob a ótica do público e do privado, as reformas do Ensino Superior nos anos 90 vêm ratificar algumas das práticas já consagradas – bem como criar novas – na educação brasileira, cujo objetivo é beneficiar ao setor privado de ensino em detrimento da rede pública, cujo panorama atual vem sendo amplamente atestado com um tom negativo. A estas práticas

denominamos aqui, genericamente, de as estratégias da privatização (MINTO, 2006, p. 239).

Destacamos aqui, que a almejada desregulamentação da economia segundo o modelo neoliberal chega na área educacional por meio do avanço do Ensino Superior como um serviço. Esse serviço é estimulado principalmente pelo poder público, sendo que a privatização e a flexibilização do Ensino Superior só se torna possível a partir da propagação do discurso de que os serviços públicos, incluindo o Ensino Superior, são ineficientes, e por isso a necessidade desses serviços serem ofertados pelas IES privadas, esse discurso também assegura o apoio de recursos públicos para a expansão dos grandes grupos financeiros/educacionais.

Para Sguissardi (2009), o Ensino Superior gerido sobre os moldes empresariais tratando a educação como uma semimercadoria, vem se alastrando tanto no discurso como nas práticas oficiais das políticas públicas de educação superior (SGUISSARDI, 2009, p. 188-9).

Ressaltarmos, que as políticas educacionais para o Ensino Superior com ênfase no mercado vêm tornando o saber como um bem privado, particular e individual, e que as reformas desse nível de ensino até o presente momento responderam apenas as exigências do sistema capitalista. Salientamos que a reforma desse nível de ensino é algo necessário, principalmente para garantir a expansão e acesso da classe trabalhadora, mas não como prioriza a lógica mercadológica, não um Ensino Superior que prioriza e norteia os interesses econômico-burgueses (SGUISSARDI, 2009).

Nesse sentido, enfatiza-se a eficiência do mercado em justificar seu objetivo privatista, garantindo a expansão das IES por meio dos benefícios oriundos dos cofres públicos em prol das instituições privadas. Salientamos que há aqui uma perfeita harmonia em relação a ideologia neoliberal de privatização, que nem sempre se apresenta de forma clara, mas como já citamos vem ganhando espaço por meio das parcerias entre o setor público e privado.

A especificidade do público e do privado deve ser apreendida em seu caráter histórico, em sua complexa relação no plano da produção e da reprodução das condições sociais da existência. Não se apreende, portanto, o público e o privado como manifestações “naturais” das sociedades humanas sob qualquer que seja a sua forma de organização social, e sim na perspectiva de uma forma específica: o modo de produção capitalista (MINTO, 2005, p. 7-8).

Assim, o mercado passa a determinar os critérios do Ensino Superior. Para Minto (2005) a ideologia neoliberal justifica a ação do mercado por meio do discurso de que o Ensino Superior é caro demais, que pesquisa científica tem custos elevados, e que, portanto, o modelo de Ensino Superior que preza pelas atividades de ensino/pesquisa/extensão é desnecessário para o país. Esse enunciado vem legitimar a reforma de um Ensino Superior voltado para atender somente as necessidades do mercado econômico.

É obvio que esse estágio em que se encontra o Ensino Superior é resultado das políticas educacionais direcionadas pelo Banco Mundial, FMI e ONU. A imposição dos organismos multilaterais vem avançando por meio da reforma do Ensino Superior, uma vez que a privatização desse setor caminha em passos largos, e o funcionamento e a gestão das IES passam a ser direcionados conforme as regras do mercado.

Se até o início dos anos 2000 predominava o financiamento pelo CNPq de projetos de demanda espontânea ou de balcão, em que os pesquisadores tinham quase total liberdade de escolha de temas e orientação, a partir dessa data verifica-se que cerca de dois terços dos projetos têm suas temáticas direcionadas por editais, ficando os pesquisadores, em sua maioria, sem liberdade de pesquisa (KATO, 2013, apud SGUISSARDI, 2013, p. 951).

Para Aguiar (2013) não há dúvidas de que a mercantilização e a privatização se aprofundou durante a gestão do governo Lula, mas não podemos ignorar que de certo modo houve também uma ampliação ao acesso, ao contemplar populações historicamente não atendidas.

Já para Minto (2005, p. 205) o “crescimento em termos absolutos que, na lógica de muitos economistas e tecnocratas, é sempre “melhor que a estagnação”, não pode ser tomado como critério único e inquestionável de análise das mudanças no Ensino Superior”. Portanto, não seria algo a se comemorar a ampliação do acesso do Ensino Superior, mas sim tentar reverter essas políticas quantitativas para políticas qualitativas de educação, pois se de um lado o mercado vê o Ensino Superior apenas como responsável pela formação de mão de obra adequada para o trabalho, por outro lado a classe trabalhadora almeja um ensino que vá além da formação para o mercado de trabalho, uma formação científica e política.

Segundo dados disponibilizados por Sguissardi (2013) no ano de 2010 há no país um total de 2.398 IES, deste total de IES o que nos chama a atenção é que

77,8% são IES particulares ou privado/mercantis. Diante desse quadro de expansão, o mercado se torna cada vez mais atrativo para os empresários, o que desencadeia uma vasta competição no país. Portanto, para Sguissardi (2008, p. 1007):

O que também explica essa efervescência no mercado educacional é, por um lado, a liberdade de atuação de capitais nacionais e estrangeiros permitida pela legislação hoje em vigor e, por outro, a ausência de qualquer limite à participação estrangeira nas mantenedoras ou empresas educacionais.

Nos elucida Dias Sobrinho (2010) que nos últimos anos o Ensino Superior no país ganha espaço como mercadoria, e sendo essa uma mercadoria, não há lógica em ser democrática, portanto, só consegue acesso a essa mercadoria quem conseguir comprar. Até porque entendemos que como mercadoria a educação passa a ter compromisso com a formação de profissionais para atender unicamente ao mercado, ficando portanto distante da educação como um bem público com real comprometimento na formação intelectual da sociedade.

Conforme destaca Dias Sobrinho (2003) a definição das políticas educacionais é feita no exterior, e definida não soberanamente pelos governos democraticamente eleitos, mas sim pelo jogo do comércio, restringindo-se ainda mais a soberania dos países em desenvolvimento. A partir desse pressuposto, compreendemos que embora a gestão do governo Lula tenha enfrentado alguns dos principais temas em relação ao Ensino Superior por meio de debates e tentado diferenciar sua gestão do governo anterior, esse por sua vez não foi longe das políticas de focalização, privatização, mercantilização e equidade, não rompeu com as amarras dos acordos internacionais e de empresários do setor privado.

Para Reis (2015) Esperava-se que o governo Lula revertesse a política econômica adotada pelo governo anterior e priorizasse as ações que concretizassem os direitos sociais, previstos na chamada Constituição Cidadã por meio da ampliação significativa de investimentos nas áreas sociais (REIS, 2015, p.137).

Conforme Reis (2015) o governo Lula durante sua gestão aderiu as recomendações dos organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial e FMI, apoiando os empresários do setor privado de educação, realizando transferências de recursos públicos em prol da expansão do Ensino Superior por meio das IES privadas, justificando suas ações como políticas democráticas que

visam oportunizar a classe trabalhadora a obtenção do tão sonhado certificado. Assim, o governo Lula ampliou os negócios dos grandes grupos educacionais do Ensino Superior garantindo a esses seus lucros.

Reis (2015) esclarece que durante o governo Lula também houve expansão das universidades federais, mas que essas por sua vez não receberam recursos financeiros suficientes para ampliar o acesso com qualidade. Pois, a prioridade da política econômica na gestão do governo Lula foi a manutenção do ajuste fiscal em prol de garantir o pagamento da dívida pública do país com seus credores e implementar políticas sociais de caráter focalizado.

Segundo Pinto (2009) só no ano de 2008 as despesas com o serviço da dívida pública consumiram 31% do total do orçamento federal executado, o que representa quase R\$ 282 bilhões, mas esse índice pode ser maior, pois se considerarmos as despesas com refinanciamento da dívida pública, esse índice passa a 47% do total do orçamento federal (FATORELLI, 2013).

O governo Lula ancorou seus projetos para o Ensino Superior conforme a ideologia neoliberal, conforme já anunciava durante sua campanha eleitoral. Para Otranto (2006a) os fundamentos da Reforma da Educação Superior do Governo Lula estão ligados diretamente aos anseios do sistema capitalista, sendo regulado e defendido pelos Organismos Internacionais e pelos empresários nacionais. Os pontos fundamentais dessa Reforma do Ensino Superior da gestão do governo Lula foram elaborados principalmente pelo Grupo de Trabalho Interministerial, que por meio da proposta elaborada direcionou as medidas legais a serem implantadas e implementadas no país, amparados pelas propostas elaboradas por Organismos Multilaterais.

[...]a política de desmonte das universidades públicas está inserida em um projeto maior, que não é específica de determinados governos, mas sim das elites dominantes que controlam o Estado brasileiro e que estão associados a grupos capitalistas mundiais. As políticas de desmonte dos serviços públicos, no Brasil, com consequências para as condições de ensino, pesquisa e extensão das universidades, estão em estreita relação com as necessidades desses grupos (LÊDA, 2006, p. 11).

Amaral (2004) nos elucida que essa política adotada durante a gestão do governo Lula traz a contradição do discurso assumido anteriormente por esse governo em relação ao Ensino Superior, que propagava metas de priorizar a

expansão e oferta de vagas, principalmente no setor público, tornar o Ensino Superior público e de qualidade ao alcance e acesso da classe trabalhadora.

O Grupo de Trabalho Interministerial³³ – GTI apresentou em seu relatório uma série de medidas que o governo Lula adotou para o Ensino Superior, mas cabe ressaltar que esse relatório elaborado pelo GTI está de acordo com o interesse do mercado financeiro e por isso as metas adotadas durante a gestão do governo Lula foram ao encontro dos anseios do mercado. Para Leher (2004) no percurso da última década há uma conexão da educação com o mercado, convertendo a educação em um mercado.

Diante dos fatos apresentados o relatório elaborado pelo GTI traz pontos de uma crise em relação ao Ensino Superior nas universidades públicas, e que para superar essa crise é necessário garantir legalmente que as universidades possam administrar recursos em relação aos seus gastos, ou seja, é preciso dar autonomia as universidades públicas. Esse discurso sem dúvida seria sedutor para as instituições públicas se não fossemos analisar qual o sentido real da autonomia adotada no relatório do GTI. Porém, ao analisar o documento percebemos que a autonomia propagada tem como objetivo central a autonomia financeira³⁴ das instituições públicas do Ensino Superior, ficando o governo livre de manter financeiramente essas instituições.

Todas as metas elaboradas pelo GTI em seu relatório estão em concordância com as políticas do BM e dos organismos multilaterais em relação ao Ensino Superior, um ensino que tem a preocupação amparada na perspectiva neoliberal de formar o sujeito para fortalecer o mercado de trabalho; a competitividade; produtividade e a economia.

Nessa perspectiva o governo Lula com a reforma do Ensino Superior explicitou uma das maiores exigências do sistema capitalista que é a necessidade

³³ Segundo Otranto (2006a) foi o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que iniciou a reforma do ensino superior do governo Lula. Instituído pelo decreto de 20 de outubro de 2003. O GTI ficou encarregado de analisar e apresentar um plano de ação em relação a situação da educação superior brasileiro, seu texto final foi apresentado em dezembro de 2003.

³⁴ Reis (2003) nos elucida que a concepção de autonomia financeira está ligada ao fato de que cada universidade deva buscar suas formas e fontes de financiamento para os programas de atividades, desobrigando o Estado do financiamento integral das IES públicas. Em contrapartida, o que as universidades visam é a autonomia de gestão financeira, onde o Estado garante os recursos financeiros necessários para as universidades, mas caberia à essas instituições direcionar, conforme seus projetos, os recursos recebidos, conforme rege o Art. 207 da CF - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

crescente de trabalhadores aptos a realizar trabalho que garanta uma maior acumulação de lucros, e portanto quanto mais preparado e competitivo for o sujeito, maior é o resultado do capitalismo. Segundo Minto (2005) ampliar a reprodução e garantir a mão de obra necessária nesse processo é a prioridade das políticas desenvolvidas na área da Ensino Superior das últimas décadas, principalmente no campo da ciência e da tecnologia.

Assim, o Ensino Superior vem tornando-se um produto para ser adquirido, mas um produto sem qualidade real, pois não tem como prioridade a formação intelectual do sujeito, conseqüentemente relativiza a qualidade desse ensino nas instituições públicas e expande a rede privada de ensino. Assim, o BM (1996) traz em sua estratégia político-ideológica que sujeitos bem preparados podem fazer o país se desenvolver economicamente, desse modo investir em capital humano é necessário.

Para Chaves e Amaral (2015, p. 102) essa política de privatização adotada no Brasil coloca o país com a segunda maior privatização desse nível de ensino no conjunto de 15 países da América Latina, com 73% dos estudantes matriculados em IES privadas (dados de 2012). O Brasil como os demais países periféricos está subordinado às condições e direcionamentos do interesse do capital internacional, que visa manter essa relação de dependência dos países periféricos por meio de acordos políticos econômicos que vão ao encontro da relação credores/devedores.

Desta maneira, o governo Lula durante sua gestão manteve o país na condição de dependente por sua dívida interna e externa, e sua gestão cumpriu os acordos em relação aos seus credores e respondeu de forma qualitativa ao implementar medidas privatistas para o Ensino Superior.

[...] as múltiplas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de “programas focalizados de combate à pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil [...] (IAMAMOTO, 2008, p. 126).

É relevante destacar que a política de focalização conforme Pierro (2001, p.325) implica o rompimento do princípio da universalidade dos direitos e conduz à segmentação das políticas sociais, que assumem progressivamente a configuração de programas compensatórios destinados a mitigar a pobreza. Portanto o governo

Lula seguiu o Art. 208³⁵ da Constituição Federal e implantou uma política de focalização do Ensino Superior, mantendo uma política de que o acesso ao Ensino Superior depende da capacidade de cada sujeito, e que cabe ao Estado atender apenas a parcela mais pobre da sociedade que não pagar por esse serviço.

Evidenciamos que a política de focalização consolida e imobiliza a desigualdade, além de acenar para o fim de projetos efetivos de combate à pobreza e de construção de um sistema amplo de proteção social. De certa forma, os programas de focalização são sempre bem vistos pelos governos, pois ao focalizar o atendimento, o Estado gasta menos, e assim cumpre uma das suas metas, justificando suas ações como consequência de um Estado que não tem recursos suficientes para investir.

A focalização do Ensino Superior não foge da política assistencialista, que visa apenas amenizar as aparências. Para Reis (2015) as iniciativas adotadas pelo governo Lula pautadas pela mercantilização e pela focalização, foram em direção oposta ao padrão de proteção social, de caráter público e universal, previsto na Constituição Federal de 1988.

Destaca Reis (2015) que a crescente destinação de recursos públicos às IES privadas e a política de focalização do acesso, são políticas conforme a ideologia neoliberal, mas contraditórias ao desejo da classe trabalhadora, que luta diante do sistema por democratização do acesso ao Ensino Superior por meio de universidades públicas.

É claro, que sabemos que essa utopia da classe trabalhadora em relação ao Ensino Superior anda na contramão das políticas de privatização, focalização e expansão, adotadas na gestão do governo Lula. Para Rizzotto (2009), os projetos de focalização tem como objetivo explícito controlar a miséria, e portanto, os organismos multilaterais ao financiar esses projetos tem como objetivo manter sobre controle a expansão desse grupo de pessoas.

Desse modo, ao analisarmos as políticas educacionais elaboradas pela gestão do governo Lula para o Ensino Superior, partimos da premissa de que só

³⁵ Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, já conforme o inciso V – o acesso aos níveis mais elevados do ensino, pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Concluímos conforme o art. 208 e inciso V que o Ensino Superior público não é obrigatório, pois está fora da faixa etária obrigatória.

podemos compreender as políticas educacionais desenvolvidas no país até os dias atuais, se tivermos como base a totalidade das condições históricas produzidas até o momento.

Conclui-se que o governo Lula ao implementar as orientações do BM e dos organismos multilaterais no Ensino Superior brasileiro, acirrou o caráter elitista desse nível de ensino, uma vez que as diretrizes defendidas pelo BM e organismos multilaterais se efetivaram no desenvolvimento de programas que alastram para o fim da gratuidade do Ensino Superior, para o atendimento focalizado, que vem sendo atender apenas a parcela mais pobre da sociedade por meio das parcerias público-privado nesse nível de ensino.

Todos esses ajustes realizados durante a gestão do governo Lula, justificam-se pela ideologia neoliberal de que o Estado brasileiro não tem recursos públicos suficientes para manter o Ensino Superior, e que para haver uma expansão qualitativa do Ensino Superior no país de forma democrática seria necessário a inclusão de novas fontes de financiamento.

No capítulo seguinte, pretendemos realizar a análise dos pesquisadores em relação as políticas educacionais no Ensino Superior elaboradas na gestão do governo Lula (2003-2010) a partir das seguintes categorias: expansão, privatização e democratização.

4 ANÁLISE DOS PESQUISADORES EM RELAÇÃO AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO SUPERIOR ELABORADAS NA GESTÃO DO GOVERNO LULA (2003-2010)

Neste capítulo nos propomos a realizar análise das pesquisas produzidas em relação as políticas educacionais para o Ensino Superior durante a gestão do governo Lula 2003 - 2010. Nosso capítulo está organizado em duas seções. Na primeira seção apresentaremos as pesquisas selecionadas para realizar o estado da arte; na segunda seção elencamos as categorias: Expansão, privatização e democratização do Ensino Superior na gestão do governo Lula, procuramos ser rigorosos em relação aos apontamentos feitos pelos autores em suas pesquisas, ao mesmo tempo buscamos dialogar com as análises dos autores em relação ao objeto de estudo.

Ressaltamos que esse capítulo está organizado em duas seções, as quais nos fornecem elementos teóricos necessários para nossa análise e reflexão em relação ao objeto de pesquisa. Possibilitando assim, a realização do Estado da Arte das políticas educacionais do Ensino Superior elaboradas na gestão do governo Lula (2003-2010).

4.1 APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS SELECIONADAS PARA REALIZAÇÃO DO ESTADO DA ARTE

Ao iniciar nossa busca pelas produções em relação ao nosso objeto de pesquisa, deparamo-nos com uma imensa quantidade de produções disponíveis. Analisamos em primeiro momento quais os trabalhos que respondiam positivamente ao recorte temporal e temático. Os trabalhos selecionados para a realização dessa pesquisa são artigos, livros, dissertações e teses, tendo em vista compreender qual a intencionalidade das políticas educacionais implementadas durante a gestão do governo Lula para o Ensino Superior.

A tabela a seguir mostra os trabalhos selecionados para a realização da pesquisa. Inicialmente selecionamos um total de 38 trabalhos, mas durante a leitura prévia do material elencamos 17 pesquisas.

Autor	Titulo	Fonte
CARVALHO, Cristina Helena Almeida de.	Política para a educação superior no governo Lula expansão e financiamento.	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014. Disponível: http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82397
CATANI, Afrânio Mendes ; HEY, Ana Paula e GILIOLI, Renato de Sousa Porto.	PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?	Educar, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006. Editora UFPR
COLLARES, Cecília; XAVIER, Gelta Ramos; LIMA, Kátia;	O contexto da contra-reforma.	Livreto. A contra-reforma da Educação Superior: uma análise do Andes-sn das principais iniciativas do governo Lula da Silva.

GRANEMANN; Sara; BOAVENTURA, Tomás de Aquino S.		Brasília, agosto, 2004, p. 10-22.
COLLEONI, Cristini.	A Educação Superior no contexto do Prouni.	Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – UNIOESTE, Cascavel-PR, 2012.
DIAS SOBRINHO, José.	Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão.	Educ. Soc. , Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010 Disponível em < http://www.cedes.unicamp.br >
GUIMARÃES, André Rodrigues.	Trabalho docente universitário: participação dos professores na materialização da contrarreforma da educação superior na UFPA.	Tese Belém-PA 2013
LIMA, Katia Regina Souza.	A Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito público não-estatal.	NEVES, Lucia Maria Wanderley...et al. Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.
MANCEBO, Deise.	“Universidade para todos”: a privatização em questão.	<i>Pro-Posições</i> , 15(3), 2004, p.75-90.

MANCEBO, Deise; LÉDA, Denise Bessa	A privatização da educação superior no Brasil: impasses e desafios das políticas educacionais no estado neoliberal.	IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais..., São Luís: 2005. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/a-privatizacao-da-educacao-superior-no-brasil-impasses-e-desafios-das-politicas-educacionais-n.pdf >.
NASCIMENTO, Sandra Taverado.	Políticas de reforma do Ensino Superior brasileiro: governo de Luís Inácio Lula da Silva, período 2002/2006.	https://revista.ufrb.br/index.php/textosedebates/article/viewFile/1150/937
NOMERIANO, Aline Soares; MOURA, Severina Mártir Lessa de e DAVANÇO, Sandra Regina.	Expansão do Ensino Superior no governo Lula da Silva: ProUni, REUNI e interiorização das IFES.	Texto apresentado no VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristovão – SE. 20 a 22 de setembro de 2012.
OTRANTO, Celia Regina.	A reforma da educação superior do governo Lula da Silva: da inspiração à implantação.	Texto publicado no livro “Reforma Universitária: dimensões e perspectivas”, organizado por João dos Reis Silva Jr, João Ferreira de Oliveira e Deise Mancebo. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2006b, p. 43-58.
PAULA, Maria Fátima de.	Reforma da Educação Superior do Governo Lula: as políticas de democratização do acesso em foco.	RAES – Revista Argentina de Educación Superior/ Año 1 / Número 1 / Noviembre 2009. P. 152-172. Disponível: http://posgrado.uncoma.edu.ar/images/sampledata/Documentos/Reforma_da_Educacao_Superior_do_Governo_Lula.pdf
PINTO, José Marcelino de Rezende	O financiamento da educação no governo Lula.	RBPAAE – v.25, n.2, p. 323-340, mai./ago. 2009.

REIS, Luiz Fernando.	Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014).	Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015.
SGUISSARDI, Valdemar.	Regulação estatal e desafios da expansão.	Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, p. 943-960, jul.-set. 2013 Disponível em http://www.cedes.unicamp.br
SGUISSARDI, Valdemar.	Modelo de expansão da educação superior no brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária.	Educ. Soc. , Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.
TRÓPIA, Patrícia Vieira.	A Política para o Ensino Superior do Governo Lula: uma análise crítica.	Cadernos da Pedagogia – Ano I – Vol. 2- agosto a dezembro de 2007.

A leitura dos trabalhos selecionados nos possibilitou elencar as seguintes categorias para análise: expansão, privatização e democratização. Essas categorias foram observadas como ponto de análise de quase todos os autores, que ao realizar suas pesquisas, traziam as três categorias como algo intrínseco as políticas desenvolvidas para o Ensino Superior durante a gestão do governo Lula. Portanto, foi durante a leitura dos trabalhos que as categorias trazidas como ponto de análise nas pesquisas selecionadas se tornaram nosso eixo central na compreensão de quais foram as políticas implementadas pelo governo Lula para o Ensino Superior.

As categorias evidenciadas pelas pesquisas selecionadas serão tratadas na próxima seção desse capítulo.

4.2 EXPANSÃO, PRIVATIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA GESTÃO DO GOVERNO LULA

Aqui realizamos a pesquisa tipo “estado da arte”, portanto, dialogamos com os trabalhos selecionados procurando manter um olhar crítico sobre os textos. Conforme Duarte (2006, p.94) “a formação do intelectual crítico não dispensa o auxílio de uma teoria crítica. Não existe nenhum tipo de pensamento crítico em abstrato, isto é, desprovido de conteúdo”.

Nossa busca pelo Estado da Arte, tem como base inicial as pesquisas desenvolvidas por Sguissardi (2009) que ao tratar da expansão da educação superior privada no Brasil chama a atenção para a multiplicação de instituições de natureza privado-mercantil, que visam fundamentalmente o lucro na oferta do Ensino Superior. Para o autor há também uma crescente “privatização/mercantilização” da universidade pública brasileira, que por meio da política neoliberal vem ampliando o espaço privado no atendimento do Ensino Superior.

Para Sguissardi (2008, p.1000, grifo nosso) existe, entretanto, um fenômeno relativamente recente no modelo de expansão da educação superior no Brasil, que é o da sua acelerada **mercadorização**, assim, a educação se torna uma mercadoria conforme prioriza a política do Banco Mundial.

Isso se comprova segundo dados apresentados pelo autor na citação a seguir:

“ em 2006, o número de IES no país tinha saltado para 2.270, dos quais então somente 248 ou 11% eram públicas; 439 ou 19% eram privadas; e 1.583 ou 70% eram particulares ou privado/mercantis. O que isto significou em percentuais de crescimento? No total, o aumento foi de 107%; no montante das públicas, 29,2%; no das privadas, 16%; e no das particulares ou privado/mercantis, 200%.(SGUISSARDI, 2008, p.1001-1002).

A manter-se nos próximos quatro anos – 2007-2010 – o ritmo médio de crescimento das matrículas verificado nos últimos sete anos, a distribuição percentual das matrículas no país seria, em 2010, próxima do que segue: IES públicas = 20%; IES privadas = 30%; e IES particulares ou privado-comerciais = 50%. (SGUISSARDI, 2008, p.1003).

Conforme Sguissardi (2008) não se pode analisar um modelo de expansão da educação superior, sem se questionar sobre a questão da regulação. E que esta, portanto, precisa ser entendida no âmbito de um Estado que carrega necessariamente as marcas das contradições da sociedade e do modo de produção capitalista. E, diante dos fatos, conforme já denunciou Marx, o Estado moderno não é uma entidade acima dos interesses das classes, mas, sim, uma construção social, que representa o espaço de contradição entre os interesses públicos e privados ou privado/mercantis.

Para Sguissardi a educação passa a ser uma mercadoria valiosa para o mercado, e que tem gerado lucros que chamam a atenção de investidores, portanto, a educação é vendida como mercadoria, sendo um objeto de lucro e acumulação. Portanto a privatização do Ensino Superior para Sguissardi (2008) vem se expandindo desenfreadamente por meio das IES privadas, pelo viés mercantil para responder os anseios do capital.

Nessa mesma perspectiva, Dias Sobrinho afirma que (2010) o princípio da educação deve ser entendido como um bem público, direito social para todos e dever do Estado. Assim, o autor rechaça a ideia de educação como mercadoria e todos os processos mercantilistas que vêm ganhando força e amplitude nas últimas décadas (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1224).

Para o autor uma perspectiva de educação como mercadoria jamais pode ser entendida como democrática, pois terá acesso a ela apenas quem puder pagar por essa mercadoria. Desta forma, a educação ficaria cada vez mais distante da classe trabalhadora, principalmente em um país como o Brasil, onde a maioria da população pertence à esta classe. Dias Sobrinho (2010) relata que a educação-mercadoria tem compromisso com o lucro do empresário que a vende, enquanto a educação-bem público tem compromisso com a sociedade, e portanto, com a qualidade na formação do sujeito.

Em sua análise Dias Sobrinho (2010) salienta que as transformações radicais na educação superior não se separam das mudanças estruturais da sociedade, e que, portanto, a democratização ao acesso do Ensino Superior não pode ser compreendida com a expansão do número de vagas principalmente em IES privadas. Segundo o autor (2010, p. 1242) as instituições privadas, salvo as exceções conhecidas, se dedicam mais à absorção de matrículas e ao ensino em cursos de graduação, com foco na preparação de mão de obra para os empregos mais demandados pelo mercado. Portanto, a privatização do Ensino Superior acentua a desigualdade social nessa área, comprometendo o acesso das pessoas de baixa renda a esse nível de ensino.

Evidencia Dias Sobrinho (2010) que as instituições públicas por ser referência em pesquisa e ensino se tornam os destinos preferenciais dos jovens de maior renda, conseqüentemente os jovens de baixa renda e beneficiários de políticas públicas de expansão de matrículas, acabam ingressando em instituições privadas

que tem como foco apenas o ensino, deixando a pesquisa e iniciação científica de lado. Assim, a implementação de políticas públicas focalizadas e emergenciais não deve ser entendida como democratização do Ensino Superior. Acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de “democratização”. Porém, a expansão quantitativa é só uma das faces da questão dessa “democratização” (DIAS SOBRINHO, 2010 p. 1226, grifo do autor).

Esse autor nos esclarece que as universidades públicas vem sofrendo ataques por meio das políticas desencadeadas pelos organismos internacionais e implementadas pelos governos, que trazem o discurso de que universidades que tem seu modelo apoiado no tripé ensino-pesquisa-extensão, geram custos altíssimos para o país e portanto não é um modelo apropriado para ser mantido. A diversificação institucional vem a calhar ao modelo de educação superior proposto, tanto ao que concerne a facilitar a ampliação ao atendimento à demanda, quanto a expandir as instituições privadas (DIAS SOBRINHO, 2008).

Portanto, o governo Lula ao focalizar o atendimento, legitimou a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribuiu para a manutenção da estratificação social existente (CATANI, HEY E GILIOLI, 2006, p. 136).

Segundo ainda apontamentos dos autores (2006) as ações do governo Lula para a educação superior foram apresentadas como colaboradoras de uma política de democratização do Ensino Superior no Brasil, que atenderiam as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº. 10.172 de janeiro de 2001. A estratégia política do PNE para o Ensino Superior traz como uma das suas metas ofertar o Ensino Superior para no mínimo 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos até 2010, destacando assim a relevância do setor privado para atender e cumprir tal meta.

Diante deste contexto, Catani, Hey e Gilioli (2006) salientam que a democratização e expansão almejada pelo Prouni foram conduzidas por uma política de baixo custo para o governo, pois na medida em que atende a população de baixa renda também atende aos desejos do setor privado, ou seja, garante às IES privadas que aderirem ao programa a isenção de impostos. Assim o governo caminha em direção a criação de vagas em relação ao Ensino Superior, conforme o

PNE, tendo como objetivo o cumprimento da meta de elevar o índice de jovens entre 18 e 24 anos na educação superior para 30% até o ano de 2010, promovendo a ocupação do alto número de vagas ociosas na educação superior privada.

Para Otranto (2006b) a reforma da educação superior do governo Lula iniciou por meio do decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, que ficou encarregado de realizar a análise da situação da educação superior no país e a partir dessa análise elaborar um plano de reestruturação, desenvolvimento e democratização do Ensino Superior e das instituições federais.

Otranto (2006b, p. 43) ressalta que a ênfase na quantidade em detrimento da qualidade e no ensino de graduação, em contraposição ao de pós-graduação, e às atividades de pesquisa e extensão, nos remete a uma concepção de universidade centrada somente no ensino. Portanto, a autora relata que conforme o GTI, a universidade pública mesmo que ampliasse seus recursos não teria condições de aumentar as vagas e ampliar o acesso em curto e médio prazo, e que portanto, a educação a distância seria um dos melhores caminhos para ampliar o atendimento do Ensino Superior.

O discurso da educação a distância no atendimento ao Ensino Superior é defendido pelo governo Lula. Acrescenta a autora que o governo buscou cumprir como meta até 2007 a ampliação de 600 mil vagas e para que isso ocorresse o governo adotou políticas e projetos que garantissem o avanço da modalidade de educação a distância no país. Destarte, a educação a distância se tornou uma das estratégias principais do governo para atingir tal meta. Pois o governo visava conseguir responder por 500 mil vagas por meio da EaD, sobrando apenas 100 mil vagas para serem atendidas em cursos presenciais (Otranto, 2006b, p.44).

A autora (2006b) afirma que as ações do governo Lula abriram definitivamente o mercado da educação a distância às multinacionais e aos governos que exportam serviços, atendendo as exigências da OMC que lucra com os serviços educacionais, e que vê a educação como uma mercadoria. Por isso a OMC e seus membros, mais a ORUS³⁶ vem realizando pressão para a adoção de suas políticas pelos países periféricos, tudo sendo patrocinado pelo BM, que tem

³⁶ ORUS: “Observatório Internacional das Reformas Universitárias”, uma ONG francesa, dirigida por Edgard Morin, que atuou de forma decisiva, junto ao governo Lula da Silva, na definição das diretrizes da Reforma Universitária (Otranto, 2006b, p. 45).

como principal objetivo “adequar a educação brasileira às novas tecnologias e demandas do mercado” (OTRANTO, 2006b, p. 45).

O Banco Mundial associa de forma bastante explícita o conceito de autonomia universitária à lógica empresarial. A partir de análises que privilegiam a quantidade da clientela; o custo/benefício do sistema; diferenciação institucional; a necessidade do Estado retirar-se quase por completo da administração e manutenção do Ensino Superior, o incentivo à privatização; a obediência estrita às demandas de mercado; a diversificação de fontes de recursos; o interesse privado em lugar do público sobre o ensino, justificando dessa forma o ensino pago, o BM reivindica maior autonomia para as instituições públicas (OTRANTO, 2000, p. 40 apud OTRANTO, 2006b, p. 45).

Partindo desse pressuposto, Otranto (2006b) diz que a Reforma da Educação Superior do Governo Lula regulamentou os propósitos defendidos pelos Organismos Internacionais em relação ao Ensino Superior. Os fundamentos defendidos pelos Organismos Internacionais, nortearam em sua maior parte a elaboração do documento pelo GTI. Documento esse que direcionou as medidas legais que foram sendo implantadas pela Reforma da Educação Superior na gestão Lula, das quais se destacam PROUNI, SINAES, Lei de Inovação Tecnológica, as Parceiras Público-Privadas, o decreto que normatiza a Educação a Distância, além das medidas já adotadas para a Educação Profissional. Para a autora (2006b) o governo Lula seguiu a sugestão do BM e da UNESCO ao renovar o acordo da dívida pública do país, e paulatinamente cumpriu com as orientações desses organismos, que condicionaram a redução da dívida pública à reforma sistêmica do Ensino Superior.

Otranto (2006b) defende que a Educação Superior brasileira precisa de uma reforma, mas que seja realmente democrática, pública e que atenda aos anseios do país, com diálogo aberto com os segmentos organizados da sociedade. E que a Educação Superior precisa ser vista como política pública de Estado e não de governo, compreendendo que o financiamento da educação superior não é um gasto, mas sim um investimento para a sociedade.

Para Pinto (2009) não tem como negar que ocorreram avanços, principalmente no último ano do primeiro mandato do governo Lula, e que as políticas implementadas pelo governo Lula em relação ao Ensino Superior trouxe sensível melhora nas condições de custeio e investimentos das IFES (Instituições Federais de Educação Superior) (PINTO, 2009, p. 325).

Cabe destacar que para Pinto (2009), só o Prouni lançado pelo governo Lula tem o peso de uma reforma universitária completa, pois para o autor o programa

além de priorizar o setor privado na oferta do Ensino Superior para a classe trabalhadora, permite ao Estado investir cada vez menos nas instituições públicas do Ensino Superior. Portanto, para o autor a reforma universitária desenvolvida durante a gestão do governo Lula representa um retrocesso na ampliação do acesso a esse nível de ensino para a classe popular e de baixa renda, pois de certa forma reduz as perspectivas de alcance da classe popular e de baixa renda ao Ensino Superior em instituições públicas.

Diante disso, Pinto (2009) coloca que apesar de ser apoiado por alguns movimentos populares que buscam a democratização do acesso à educação superior, o PROUNI se dá exclusivamente na rede privada de ensino, e que isso não representa nenhuma política democrática de acesso e permanência.

Em relação ao PDE³⁷ Pinto (2009, p.328) afirma que uma das grandes marcas do governo Lula para o Ensino Superior na transição do primeiro para o segundo mandato de Lula, foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Para o autor, o PDE esvazia o Estado de seu dever em garantir o direito à educação, e afirma que esse plano e suas metas tem sua lógica centrada na focalização e na premiação, perdendo de vista o que deveria ser a meta principal que é a ampliação dos gastos com educação para democratizar o acesso, assegurar a permanência e criar padrões mínimos de qualidade.

Na análise de Trópia (2007) o governo Lula foi de suma importância para difundir a ideologia neoliberal no país. Neste processo, alguns temas serviram como uma espécie de termômetro para o Ministério da Educação, tais como: a redução do papel do Estado a agente avaliador e regulador do Ensino Superior, o aumento da participação da sociedade – leia-se mercado (TRÓPIA, 2007. p. 4).

Para a autora, as medidas afirmativas e a política adotada pelo governo Lula buscaram compensar o elitismo do Ensino Superior por meio das parcerias público/privada, utilizando recursos públicos para investir nas IES particulares, flexibilizando o sistema de Ensino Superior. Há uma contradição nesse processo,

³⁷ O PDE foi lançado em 24 de abril de 2007, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na gestão do então ministro da Educação Fernando Haddad (PT), Educação sistêmica, ordenação territorial e desenvolvimento são princípios do PDE. Como resultado, o plano busca o enlace entre Educação, território e desenvolvimento. Como propósitos, qualidade, equidade e potencialidade. O plano se estrutura em cinco eixos principais: Educação Básica; Educação Superior; Educação Profissional, alfabetização e diversidade (MEC, 2007).

pois ao priorizar a oferta do Ensino Superior por meio das parcerias público/privada o governo na verdade acirra o elitismo do Ensino Superior.

Assim, para Trópia o SINAES³⁸ representa na verdade uma política que visa:

Privatizar o sistema federal de Ensino Superior; restringir a autonomia das universidades públicas, deixando a essas apenas à liberdade de captar recursos financeiros; e garantir a total autonomia das IES privadas; condicionar o repasse dos recursos ao desempenho; cortar recursos, transferir aposentados e pensionistas da folha de pagamento das universidades para o Tesouro Nacional e captar recursos na iniciativa privada por meio das Fundações (daí as Parcerias Público-Privadas); abertura para o capital internacional (TRÓPIA, 2007, p. 4-5).

Segundo nos relata Trópia (2007), a reforma do Ensino Superior e as ações governamentais da gestão Lula, buscou atender as reivindicações do mercado, o que possibilitou a abertura do Ensino Superior para o mercado internacional, garantiu políticas que vieram à salvar as IES privadas, reestruturando o modelo de universidade pública no país, modelo esse que viria ao encontro da redução dos gastos públicos com esse nível de ensino. Desta forma, Trópia (2007, p.5) coloca que o governo Lula descartou os instrumentos políticos que teriam um caráter mais democrático.

O Ensino Superior ofertado nesse molde visa apenas atender o mercado de trabalho e a empregabilidade, significativamente isso representou um retrocesso em termos científicos e culturais para a educação e cultura brasileira, aumentando a dependência cultural e científica do País relativamente aos países centrais (TRÓPIA, 2007, p.8).

Para a autora, as medidas do governo Lula para o Ensino Superior significaram o desmonte do modelo de universidade pública, o qual vem sendo substituído por diversos outros modelos de formação superior. Esse desmonte incorpora o discurso de que ensino, pesquisa e extensão são caros para o país e que não trazem retorno para o mercado de trabalho, e que, portanto, é necessário um novo modelo de graduação, mais barato e a curto prazo, destacam-se, assim,

³⁸ O SINAES – Instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com o objetivo de conduzir o processo de avaliação da educação superior e definir as regras para autorização de IES e de cursos, o SINAES reforçaria o papel do Estado como regulador do sistema. O seu objetivo oculto é ajustar a educação superior brasileira às exigências de avaliação inseridas nos documentos emanados dos organismos internacionais, de forte cunho quantitativo e competitivo. Supostamente um indutor do aumento da qualidade de cursos e fiscalizador das instituições particulares, o SINAES serviria, na realidade, para coagir as IES a se adequarem ao modelo que está sendo implantado (TRÓPIA, 2007, p. 6).

modelos de graduação profissionalizante, técnica e generalista. O governo ao adotar essas políticas conforme prezam o sistema capitalista e a divisão internacional do trabalho, está ocupando o lugar de consumidor imposto por organismos internacionais aos países periféricos e não de produtor de ciência e tecnologia.

Trópia (2007) esclarece que o governo Lula seguiu duas principais linhas ideológicas para legitimar suas propostas para o Ensino Superior, uma suposta falência e elitismo do atual modelo de universidade pública e a necessidade de uma democratização do acesso ao Ensino Superior. Por meio destas duas linhas, procurou-se legitimar todas as ações implementadas para o Ensino Superior.

A autora considera que a reforma universitária foi direcionada pela nova burguesia de serviços. Burguesia de serviços que vem crescendo desde a década de 90 com a política neoliberal de redução de gastos sociais e de privatização, assumindo, portanto, funções sociais relegadas pelo Estado. Segundo Trópia (2007) outro segmento da burguesia nacional interessado na reforma universitária é a burguesia industrial, mas essa por sua vez não aceita a privatização total da educação superior, e de certo modo, vem pressionando o governo nacional e estadual pela manutenção das universidades públicas de excelência, o intuito dessa burguesia industrial é a produção de Ciência e Tecnologia para o país como uma forma de atender aos seus interesses imediatos – ou seja a universidade deve produzir ciência e tecnologia para atender o setor de produção, e assim, pressionar o governo a fornecer incentivos para ampliar estes tipos de pesquisas.

Evidentemente, o apoio das frações da burguesia e das classes médias à política para o Ensino Superior do governo Lula é um apoio interessado. Ou seja, de certo modo a política focalizada, privatista do governo Lula vem respondendo aos interesses e ambição dessas frações. Para Trópia (2007):

O neoliberalismo tem se utilizado, de forma habilidosa, de algumas históricas bandeiras da esquerda para lograr seus interesses. Ao aludir aos privilégios do Ensino Superior brasileiro e propor, como forma de confronto a estes privilégios, políticas que estimulam a expansão do ensino privado, a “privatização branca” do ensino público, o estreitamento entre universidade e empresa, o governo Lula não enfrenta as reais causas da existência de um histórico sistema elitista e utilitarista. Mais do que isto, este governo estimula o ressentimento de classe e, ao fazê-lo, sela um quadro de dominação ideológica burguesa complexo e politicamente eficaz (TRÓPIA, 2007, p. 18).

Trópia (2007) ao analisar os interesses políticos e ideológicos subjacentes da política para o Ensino Superior do governo Lula, afirma que a proposta da reforma do Ensino Superior desta gestão tem como aliados a classe burguesa; financeira; burguesia de serviço e também a burguesia industrial. E que apesar dos conflitos de interesse, durante esse processo a classe média e setores populares também apoiaram a reforma, ficando como opositores a essa proposta apenas o movimento estudantil e a Coordenação Nacional de Lutas e setores organizados do funcionalismo público federal e estadual (associações docentes), setores esses que lutam no plano teórico e político para não se alargar as políticas de desmonte da universidade pública. Para a autora, ainda que esses setores sejam minoria, o trabalho desenvolvido por eles tem sido de suma importância na busca de denunciar o caráter regressivo da reforma do Ensino Superior do governo Lula e de tentar mobilizar pessoas para a luta contra o processo de privatização do Ensino Superior no país.

Em relação a reforma do Ensino Superior do governo Lula, Carvalho (2014) faz uma análise da política educacional no que tange à expansão e ao financiamento à educação superior nos dois mandatos desse governo, buscando compreender quais os eixos condutores dessa reforma. Para Carvalho (2014, p. 2015) o ponto de partida do governo Lula foi diagnosticar que a taxa de escolaridade líquida da educação superior era muito baixa e distante de cumprir a meta de 30% proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010).

Desta maneira, a política de expansão extensiva e intensiva do governo Lula tinha por objetivo reduzir as distâncias geográficas e as desigualdades da educação superior em termos regionais. Salienta Carvalho (2014) que o governo Lula viabilizou ações que permitiram abrir novos campi das universidades federais no interior dos estados, conforme os projetos de expansão pactuados com MEC por intermédio do programa Prouni. Assim, para amenizar a desigualdades regionais criaram-se novas universidades federais em cidades de interior. Já em relação a iniciativa privada, essa preocupação não ocorreu, pois necessariamente a redistribuição espacial dessas instituições já se alastrou nas regiões Norte e Nordeste. Vale destacar que o poder indutor do segmento federal foi limitado diante do diminuto tamanho de sua rede quando comparado ao segmento privado (CARVALHO, 2014, p. 223).

Para a autora, a política educacional de expansão do Ensino Superior do governo Lula, gerenciou suas ações em detrimento do aumento das matrículas nos cursos noturnos. Embora o governo mostrasse preocupação em relação a ociosidade existente no segmento federal, concentrava suas ações em aumentar as vagas noturnas nos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), acreditando ser essa a medida mais adequada para garantir o acesso e permanência, sobretudo, do aluno trabalhador no Ensino Superior.

No entanto, as políticas afirmativas do governo Lula para o Ensino Superior se concretizaram nas instituições privadas. Apesar das iniciativas do governo em prol da redução da desigualdade em termos étnico-raciais, que se configuraram em políticas públicas por meio do segmento privado, o obstáculo ao acesso ao nível superior ainda permaneceu no horizonte como desafio a ser superado (CARVALHO, 2014, p. 229).

Para Carvalho (2014) os pilares da política pública para à educação superior no que tange a expansão e acesso, devem ser associados ao equacionamento do financiamento educacional. O governo Lula durante seu mandato recuperou a capacidade de investimento do segmento federal para o Ensino Superior, que por sua vez, direcionou tais recursos às IES privadas, dessa maneira, o que se tem é a continuidade à renúncia fiscal vigente desde a Reforma Universitária de 1968 (CARVALHO, 2014, p. 234).

Salienta a autora, que o governo Lula desde o início de seu mandato veio negociando com as representantes das IES privadas, no sentido de atender as reivindicações dessas instituições que buscavam auxílio em relação ao alto grau de inadimplência, desistência e evasão. Os problemas elencados pelas IES privadas foram resolvidos pelo governo Lula por meio da criação do Prouni, pois o programa tem como objetivos, reduzir taxa de evasão escolar do Ensino Superior da rede privada, e ao mesmo tempo, auxiliar financeiramente estas IES. As IES privadas por sua vez teriam que cumprir a legislação que determina que entidades filantrópicas destinem 20% da receita em gratuidade, em troca de bolsas de estudos, feito isso, as IES privadas teriam o direito à isenção fiscal do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e de três contribuições: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e

Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (CARVALHO, 2014, p. 234).

É importante frisar que há transferência de recursos do segmento público ao privado, à medida que a arrecadação do IRPJ faz parte da composição das receitas vinculadas, o que, todavia, não é verdadeiro para as contribuições, cujo impacto não interfere nas verbas vinculadas, mas afeta, por suposto, a arrecadação previdenciária. A isenção do imposto sobre a renda concedida a um número elevado de IES pode levar a queda substantiva no valor do fundo constitucional dedicado à manutenção e ao desenvolvimento do ensino público federal e também estadual e municipal, por meio do Fundo de Participações de Estados (FPE) e do Fundo de Participações de Municípios (FPM), já reduzido pela incidência da Desvinculação das Receitas da União (DRU) (CARVALHO, 2014, p.239).

A análise feita pela autora é que o financiamento da educação superior no governo Lula se caracterizou em particular pelos programas Prouni e FIES, mas que a centralidade da política do governo Lula em relação ao financiamento estudantil, ficou mesmo por conta do Prouni. Durante o governo Lula, as IES privadas com fins lucrativos comemoraram a implantação do Prouni, que aliou renúncia fiscal e desoneração tributária, essas medidas até então eram restritas as IES sem fins lucrativos. Para a autora, o Prouni deu suporte aos mecanismos governamentais que visavam a expansão da educação superior, a marca do governo Lula foi ampliar a abrangência e a diversidade dos instrumentos financeiros, de modo a contemplar os interesses do segmento federal e particular, tanto da comunidade acadêmica das IFES como dos donos dos estabelecimentos particulares (CARVALHO, 2014, p. 243).

Carvalho (2014, p. 243) relata que os problemas do Ensino Superior persistem no governo Lula, pois esses dilemas são oriundos da singularidade brasileira na qual a desigualdade social é uma marca indelével. E que para haver realmente a expansão do Ensino Superior no país, o desafio é interromper um processo que criou raiz e se naturalizou na cultura e na sociedade brasileira de que as diferenças profundas de escolaridade no Brasil são na verdade um produto inerente ao mundo capitalista. Para a autora, não é isso, mas que para superar esse desafio tem que haver uma transformação significativa no sentido de equacionar as desigualdades sociais, espaciais e étnico/raciais (CARVALHO, 2014, 243).

Já Rodrigues (2013) aponta que a expansão da educação superior no Brasil tem seu processo intensificado pela iniciativa privada durante a década de 90, conforme a lógica mercantil. Para o autor, esse processo é na verdade a

contrarreforma da educação superior, embasada pela ideologia neoliberal que busca tornar a educação superior uma mercadoria valiosa para o capital. Conforme pesquisa do autor em 2011, das 2.365 Instituições registradas, apenas 12% estavam no setor público e 88% eram IES privadas (284 e 2.081 Instituições, respectivamente) (RODRIGUES, 2013, p. 141).

Para o autor o crescente número de IES privadas no país, ganhou maior proporção na região Norte. A análise realizada pelo autor traz dados do período de 1997 a 2011. Esses dados evidenciam o crescimento de IES privadas na região Norte que chegou em 2011 com 347,1% e no Pará os números são de 267%. Em relação aos dados apresentados Rodrigues (2013) evidencia que o crescimento e expansão do Ensino Superior no país se deu principalmente por meio do setor privado. Apesar disso, houve também no período o crescimento no número de IES públicas no país, fato esse que de certo modo não deixa de ser significativo, pois na região Norte o número de IES públicas passou de 12 para 27 Instituições, atingindo um crescimento de 125%. Para o autor, a expansão que ocorre de IES na Região Norte e no Estado sustentou-se na expansão do mercado educacional (RODRIGUES, 2013, p. 142).

Rodrigues (2013) considera que a expansão da educação superior principalmente em regiões e Estados periféricos não é ao acaso, mas sim o objetivo central aos interesses mercantis desse processo, que visa a redução dos custos em relação a manutenção das IES públicas e ao mesmo tempo, ampliar a clientela desse nível de ensino no setor privado, por isso a expansão de instituições não universitárias seria o modelo apropriado para a atual conjuntura. Essas recomendações partem do Banco Mundial, que traz como necessário para o país a diversificação e ampliação do atendimento educacional, oferecendo “educação terciária” de acordo com as capacidades, especialmente financeiras, dos indivíduos (RODRIGUES, 2013, p. 145).

Segundo análise de Rodrigues (2013) se por um lado o número de matrículas em cursos de graduação aumentou exorbitantemente, esse crescimento se deu principalmente no setor privado do Ensino Superior, ao contrário do setor público, que viu suas matrículas reduzirem ao ponto de chegar no ano de 2011 com apenas 26,3%, acrescenta o autor que a expansão das matrículas se deu sobre o viés privado/mercantil.

Ainda segundo o autor, a expansão das matrículas no Ensino Superior, conforme prioriza a política do BM, nos coloca outro fator, que é o papel assumido pela Educação à Distância (EaD). Regulamentando o art. 80 da LDB, o Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, estabelece os atuais parâmetros para essa modalidade de ensino, incluindo a sua oferta em nível superior (RODRIGUES, 2013, p. 147). No encontro dos interesses do Banco Mundial e do sistema capitalista, essa política de expansão do Ensino Superior mantém e acentua as desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

Assim, a análise de dados apresentados por Rodrigues (2013, p.158) traz para o debate que a política de expansão do Ensino Superior se sustenta na limitação do que seja o trabalho docente nesse nível de ensino, com sua crescente precarização, intensificação e exigência por maior produtividade, e que portanto, o processo de expansão segue o modelo privado/mercantil.

Para Rodrigues (2013, p.114):

No caso específico da educação superior, esse processo perpassa também pela ampliação da privatização deste nível educacional. Nas últimas duas décadas, vivenciamos, nesse nível de ensino, o alargamento do espaço mercantil expresso na proliferação de matrículas/instituições privadas, com finalidades lucrativas, e no incentivo/adoção de princípios/práticas típicos da empresa capitalista, incluindo a cobrança por serviços prestados, nas instituições públicas (RODRIGUES, 2013, p. 114).

Esse autor compreende que a industrialização de países periféricos como o Brasil, foi paulatinamente desenvolvida pelas orientações das políticas neoliberais oriundas do BM, pois o BM juntamente com outros organismos internacionais assumiu a função de direcionar as políticas de ajuste estrutural dos Estados periféricos, possibilitando a esses países realizarem a reestruturação e abertura de suas economias. Com isso o BM almeja garantir que esses países cumpram com o pagamento da dívida pública e invistam cada vez menos em políticas sociais. Partindo desse pressuposto, o autor conclui que a expansão em relação ao Ensino Superior ocorreu no sentido de redefinir os objetivos formativos e atender a crescente necessidade das instituições educacionais às necessidades do capital.

Paula (2009) diz que a educação superior no país sofreu fortes influências das políticas neoliberais, dos organismos internacionais (FMI, BM, OMC, etc) diante do processo de globalização desencadeado nos anos 90. Diante dos apontamentos acima, a autora coloca que a educação superior entra na fase do comércio dos

serviços educacionais. Ou seja, a educação superior deixou de ser vista como dever de Estado e direito do cidadão, sendo concebida como mercadoria, e perdendo, com isto, o seu caráter eminentemente público (PAULA, 2009, p. 155).

Segundo análise de Paula (2009) é nesse cenário que as parcerias público-privadas se intensificam, e que conseqüentemente, há um esvaziamento dos recursos do Estado no sentido de garantir o financiamento das instituições públicas de educação superior, fato que colaborou para a expansão de instituições privadas de Ensino Superior, além da privatização interna desencadeada nas instituições públicas. Ressalta a autora que o sistema de educação superior brasileiro era, a época de sua pesquisa, um dos mais elitistas da América Latina e do mundo, pois 73% das matrículas estão no setor privado e apenas 27% no setor público (PAULA, 2009, p. 157).

Conforme indica Paula (2009), a reforma da educação superior no governo Lula se desenvolveu por meio do projeto de Lei n. 7.200/2006. Para a autora esse projeto veio possibilitar aos indígenas, estudantes do ensino médio e afrodescendentes, o ingresso nas IES públicas federais, ou seja, a lei de certo modo possibilitou a entrada de pessoas pertencentes a classe trabalhadora em universidades públicas. As ações afirmativas do governo tem sido focadas na política de cotas para ingresso dos estudantes nas instituições de Ensino Superior (PAULA, 2009, p.160).

Para a autora as propostas de reforma da educação superior do Governo Lula alcançaram avanços em relação a democratização e acesso desse nível de ensino, mas que apesar desses avanços, há limites que precisam ainda ser superados na busca da inclusão na educação superior.

Paula (2009) diz que não se pode confundir democratização do acesso com inclusão social, por isso a análise da autora indica que o Prouni faz esse discurso que preza pela democratização do acesso mas no fundo é apenas inclusão social, além de que o programa desencadeou no país um profundo processo de privatismo do Ensino Superior. E que, portanto, o Prouni serve como recuperação financeira das instituições privadas por meio de renúncia fiscal. Além disso, a autora coloca que o Prouni desenvolvido pelo governo Lula não oportuniza os alunos a realizarem pesquisa e extensão, pois os cursos ofertados por meio do programa são

pertencentes a faculdades privadas, que na grande maioria não desenvolvem pesquisas.

A democratização do acesso à educação superior torna-se ainda mais urgente num país que possui uma das piores distribuições de renda do planeta. Nesse sentido, o acesso e a permanência no Ensino Superior representam possibilidades de melhores postos no mercado de trabalho e de ascensão social. Além disto, uma formação superior sólida, voltada para a cidadania participativa, é instrumento fundamental para a formação de massa crítica qualificada, indispensável para o alcance de desenvolvimento humano sustentável, com **equidade**³⁹ e justiça social (PAULA, 2009, p. 169 , grifo nosso).

Partindo dessa perspectiva, a autora analisa que o governo Lula marcou sua gestão com pontos positivos em relação a preocupação do acesso e democratização por meio da expansão da rede pública de educação superior, o que inclui a criação de novas universidades federais, a ampliação das existentes e uma política de interiorização, favorecendo o acesso às instituições públicas (PAULA, 2009, p. 170). Assim, conclui a autora que só buscando maior equidade em relação aos resultados, poderemos falar em políticas de democratização e inclusão social dos estudantes na educação superior, do contrário o que teremos é um arremedo de democracia que amplia o acesso, mas não garante a permanência (PAULA, 2009, p. 171).

Já para Mancebo (2008) o processo de privatização das instituições públicas, conforme orientam os organismos internacionais tem seu processo marcado pela Lei nº10.973/2004, denominada de Inovação Tecnológica, pois segundo a autora essa lei vai permitir a abertura e transferência de tecnologias das universidades em prol das empresas, a participação de órgãos públicos de pesquisa nos lucros provenientes da transferência de tecnologias para o setor privado. Portanto, essa lei vem atender as necessidades do capital, e formalizar a Parceria Público-Privada, permitindo a atuação do setor mercantil no campo público.

A análise de Mancebo (2008) aponta que do governo FHC até o governo Lula, as políticas desenvolvidas em relação a educação superior é um alargamento do processo de privatização desse nível de educação. Durante o governo Lula essas ações vieram por meio das seguintes medidas: Criação do Programa Prouni; expansão do financiamento estudantil – FIES; novas instituições privadas de Ensino

³⁹ Ao contrário da autora, não acreditamos que equidade faça parte de um sistema democrático, para nós a equidade é o que torna o processo mais desumano, pois desconsidera as diferenças existentes entre os sujeitos.

Superior; estímulo à EaD; além de outras medidas. Essas políticas tinham como intuito atender a meta do PNE de ofertar educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos (MANCEBO, 2008).

Segundo Mancebo (2008, p.63) esse consenso de privatização prevalece entre os governos nacionais e regionais, organismos financeiros multilaterais e grandes conglomerados e corporações econômicas transnacionais. Porque na realidade, todos esses envolvidos tem objetivos em relação a expansão do Ensino Superior, pois diante da conjuntura atual do sistema a formação tornou-se mercadoria, e como mercadoria tem seu valor que conseqüentemente tem lucros.

O quadro atual no Brasil, conforme dados do Censo da Educação Superior de 2004, avaliza tal análise: das 2.013 instituições de educação superior brasileiras, 88,87% (1.789) são do setor privado e 11,13%, do público. Em síntese, o setor privado responsabiliza-se por 70,8% das matrículas da educação superior existentes no País (MANCEBO, 2008, p.64).

Deste modo, chama nossa atenção a análise da autora, para o fato de que apesar da educação superior ser um negócio rentável e garantido para o setor privado, esse por sua vez, não investe na qualidade. Portanto, para Mancebo (2008, p.64) a expansão por meio do setor privado, ao contrário de ser incentivada, necessita ser controlada, pois a tendência nesse molde de Ensino Superior é acirrar ainda mais a discriminação e negar o acesso a esse nível de ensino a classe trabalhadora.

Para a autora, não há nem o que questionar sobre a necessidade da expansão do acesso à educação superior, pois segundo dados coletados por ela, o Inep durante o Censo da Educação Superior do ano de 2004, trouxe informações que nos alertam para a questão do acesso ao Ensino Superior, dados que mostram (que as matrículas na educação superior de estudantes da faixa etária de 18 a 24 anos) está em 10,4%, conforme último Censo da Educação Superior (Inep, 2004) (MANCEBO, 2008, p. 60).

A autora compreende que Programas como o Prouni servem para acirrar ainda mais a desigualdade de oportunidades entre as classes, pois o programa atende a classe trabalhadora por meio do setor privado, por meio de instituições academicamente mais fracas, ficando as universidades públicas consideradas academicamente superiores para aqueles que obtém êxito nos vestibulares. Assim, a autora afirma que para resolver a questão do acesso no Ensino Superior, é

necessário um debate mais profundo e minucioso, e que, de certa maneira, as medidas legais do governo Lula têm sido medidas imediatistas e pragmáticas.

Portanto, Mancebo (2008, p.65) chama a atenção para a Reforma da Educação Superior em curso no Brasil (Projeto de Lei nº 7.200/2006) do governo Lula, que não foge do imediatismo pragmático. Segundo perspectiva da autora, há por meio do Prouni a compra de vagas na iniciativa privada, em contrapartida não há investimento econômico nas universidades federais, conseqüentemente se tem a expansão do acesso ao Ensino Superior, mas com sérios riscos de perdas irreparáveis na qualidade da formação desses sujeitos. Sem falar no incentivo de promover a expansão do Ensino Superior por educação a distância, por isso a criação da UAB – Universidade Aberta do Brasil⁴⁰.

Outro ponto questionado por Mancebo (2008) é em relação a flexibilização do Ensino Superior, pois é necessário compreender em que condições vem sendo ofertados os cursos desse nível de ensino. Para garantir essa flexibilização o Projeto de Lei nº 7.200/2006 contribuiu significativamente, acirrou a desigualdade educacional no país e fragmentou a formação superior, o que se analisa é que esses projetos não prezam por uma qualidade na formação do sujeito.

Mancebo (2008) analisa que é preciso cautela em relação a expansão do Ensino Superior no país, pois essa política de expansão se justifica pelo contexto histórico da globalização econômica, que justifica essa expansão como necessária para responder ao modo de produção, mas que não podemos ser ingênuos e comprar o discurso neoliberal, pois não é a formação em nível superior que irá garantir emprego a todos dentro do sistema capitalista. Pior ainda, é vender a ilusão de que o conserto das “distorções” possa ocorrer com o oferecimento de uma educação de baixa qualidade acadêmico-crítica (MANCEBO, 2008, p. 67).

Partindo desse pressuposto, a autora coloca, que a expansão da educação

⁴⁰ O Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB: I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública; V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

superior caminha na contramão em relação ao avanço da igualdade de acesso, pois não há no país medidas que venham a fortalecer o setor público em fornecer educação superior de qualidade, em contrapartida, as medidas que incentivam o setor privado vem se alargando cada vez mais. Assim, Mancebo (2008) salienta que o processo pelo qual passa a educação superior no momento, é consequência das exigências do mercado, do modelo privatista ou de adaptação aos mecanismos neoliberais de destruição da esfera pública, subordinação ao mercado, o que inclui a entronização da organização privada como modelo e mudança drástica de sua cultura interna (MANCEBO, 2008, p.67).

Nascimento (2007) pondera que o projeto de educação superior do governo Lula veio reforçar e ampliar as políticas desenvolvidas para esse nível de ensino em relação ao governo anterior, são políticas que priorizam romper com as barreiras entre o setor público e privado, e atender aos interesses econômicos internacionais. Para obter êxito no projeto, a autora afirma que as políticas de equidade foram reforçadas, políticas essas que cobram uma adequação em relação a formação superior no país, essas orientações seguidas pelo governo Lula são oriundas do BM, que diz haver no país um excesso de gastos públicos com o Ensino Superior.

A análise da autora é de que a Reforma do Ensino Superior avançou por meio de um projeto do qual os educadores brasileiros não fizeram parte, projeto esse que vem sendo implementado de forma fragmentada pelo governo. Diante desses fatos, Nascimento (2007) ressalta que as decisões e estratégias do governo para a Educação superior no Brasil, está pautada nos interesses do setor internacional e nacional de serviços, ficando o OMC e BM no encalce do governo, para que implementem suas medidas e reforcem os seus interesses (NASCIMENTO, 2007, p. 5).

A autora destaca em sua análise que o governo Lula promoveu políticas de reforma do Ensino Superior, visando atender metas do Plano Nacional de Educação - PNE (2000) que tem em sua proposta atender até 2010, a pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, pois, hoje somente 10,4% tem acesso a esse nível de educação. (NASCIMENTO, 2007, p. 5). E que diante dessa reforma, o governo Lula espera que as metas do PNE correspondam aos moldes elaborados pelo OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Segundo Nascimento (2007) ao criar o ProUni, o governo Lula incentivou o Ensino Superior em instituições privadas, utilizou o programa como pertencente à uma política democrática que possibilitaria a classe de baixa renda acesso ao Ensino Superior, para efetivar e garantir a adesão das instituições privadas ao programa, o governo Lula realizou debates com os representantes dessas instituições e respondeu positivamente aos anseios do setor privado, portanto, o governo Lula oferece as instituições privadas a suspensão de alguns tributos (NASCIMENTO, 2007, p. 6).

Para a pesquisadora no ano de 2006, o total de bolsas concedidas pelo governo Lula por meio do Prouni, seriam suficientes para investir nas universidades federais, na contratação de novos professores, e nos cursos ofertados no período noturno em instituições públicas, mas o que se viu foi o governo investir cada vez mais recursos no Prouni e nas parcerias público-privado.

Estamos então diante do principal questionamento sobre a privatização da Universidade, que não é só sobre pagamento de mensalidade ou de taxas, é sobre a ideia de a Universidade se voltar para os interesses privados e a privatização do conhecimento (NASCIMENTO, 2007, p. 14).

Para Nascimento (2007) a principal preocupação é em relação a qualidade desses cursos ofertados, preocupação essa que não se mostrou na gestão do governo Lula.

Partindo dessa perspectiva, a autora coloca que o governo deixou de lado as políticas voltadas para uma formação superior de qualidade, que contemplassem ensino, pesquisa e extensão. Isso ocorre principalmente quando o governo prioriza o atendimento do Ensino Superior por meio de instituições privadas e não públicas. Nascimento relata que as parcerias entre o setor público e o setor privado foram implementadas por meio do projeto de Lei n. 2546/03:

As Parcerias Público-Privadas, modalidade de contratação em que os entes públicos e as organizações privadas, mediante o compartilhamento de riscos e com financiamento obtido pelo setor privado, assumem a realização de serviços ou empreendimentos públicos como sistema de contratação pelo Poder Público ante a falta de disponibilidade de recursos financeiros e aproveitamento da eficiência de gestão do setor privado (NASCIMENTO, 2007, p. 13).

De acordo com dados apresentados por Nascimento (2007, p.14) a principal dificuldade não prevista no PL n. 2546/03 são as decisões que não fazem parte dos

domínios de responsabilidade governamental, como as decisões de investimentos, que ficarão por conta dos investidores privados. Essa parceria tem gerado lucros para o setor privado, e gerou para o governo o papel de investidor, pagador.

Essa política adotada pelo governo Lula seguiu a ideologia neoliberal e as proposições do BM para o Ensino Superior, que tem como objetivo a privatização da universidade pública, submetendo o conhecimento as leis do mercado financeiro. Nascimento (2007) conclui que o governo Lula durante seu primeiro mandato seguiu os caminhos do governo anterior, no processo de defender os interesses do mercado, e dos organismos multilaterais. O governo Lula implementou no país políticas para a educação superior em consonância com os interesses do FMI e do BM, disseminando por meio dessas políticas a ideia de que o desenvolvimento econômico e superação da pobreza podem ser resolvidos por meio da educação, o fato é que a educação até colabora para a compreensão dos problemas do país, mas ela não é solução para esses problemas, a questão é estrutural.

Conforme Collares et al. (2004) o governo Lula da Silva implementou a segunda geração de reformas neoliberais no país, regulamentando assim os desmontes iniciados pelo governo FHC. O governo Lula desenvolveu políticas para o país, conforme as necessidades do sistema capitalista e visou a inserção do Brasil no cenário da economia mundial. Para efetivar a inserção do país na economia mundial, o governo Lula implementou políticas focalizadas, que tem como função amenizar o quadro da pobreza no país. Esse projeto do governo tem como intuito investir minimamente na área social e priorizar o pagamento da dívida pública. O Governo Lula destinou, no período de janeiro a outubro de 2003, R\$ 86,151 bilhões ao pagamento das dívidas externa e interna (COLLARES et al, 2004, p. 14).

Diante do exposto, Collares et al. (2004, p. 14) diz que a contra-reforma universitária é parte ativa e componente da segunda geração de reformas estruturais desenvolvida no país pelo governo Lula. E que as políticas implementadas no governo Lula para o Ensino Superior, tem como foco justificar o repasse de verbas públicas em prol do setor privado, discurso esse adotado anteriormente pelo governo de FHC e ampliado na gestão do governo Lula. A contra-reforma da educação superior está pautada em elementos que buscam a diversificação das IES e garantir paulatinamente o desmonte da universidade pública.

Collares et al. (2014) salientam que em relação as fontes de financiamento da

educação superior, a contra-reforma do governo Lula elaborou algumas leis e projetos que garantiam repasses de recursos públicos ao setor privado, por exemplo: os programas Prouni e FIES, a Lei de Inovação Tecnológica e o projeto que efetiva a parceria público-privada (PPP), todos esses projetos elaborados durante a gestão do governo Lula foram direcionados pelos interesses dos organismos internacionais. Os autores chamam atenção que os interesses dos organismos internacionais correspondem à defesa dos interesses do capital, e que portanto, os organismos internacionais elaboram projetos para serem implementados pelos países, principalmente países periféricos como o Brasil para responder de forma eficiente aos interesses do capital.

Para Collares et al. (2004) os projetos desenvolvidos pelo governo Lula em relação a educação superior, visaram tornar a educação um negócio, sendo assim, os projetos desenvolvidos na educação superior tinham base em privatizar e sucatear as instituições públicas, ao mesmo tempo, garantir que as instituições privadas se perpetuem quantitativamente, e que ideologia pregada pelo BM e FMI para o Ensino Superior tivesse êxito no país.

Do genérico à pretensão de chegar ao universal, as perspectivas são as de misturar os elementos de projetos progressistas como: educação como bem público e direito básico, transformação, participação, equidade e oportunidade, solidariedade a termos que claramente fazem sentido quando referidos à realidade das ações de subordinação aos organismos internacionais. Como que refletidas no espelho, ações de subordinação também são exigidas da parte das reitorias, pró-reitorias, coordenações, professores – freqüentemente **consumidores** de projetos e prescrições que em muito se distanciam dos debates promovidos nas associações acadêmico-científicas, no interior dos cursos e unidades, entre professores e estudantes (COLLARES et al. , 2004, p. 18, grifo nosso).

Para os autores, a análise em relação a reforma da educação superior do governo Lula não é positiva, pois eles consideram que essa reforma não foi nada democrática, pelo contrário, tornou a educação superior um serviço, favoreceu os interesses dos empresários do setor privado, incentivou a privatização das IES públicas, tornou a educação superior lucrativa para empresários nacionais e internacionais. Portanto, conforme Collares et al. (2004, p. 22) o governo Lula divergiu da concepção de educação defendida historicamente por professores, estudantes e técnicos-administrativos: a educação pública e gratuita como direito de todos e dever do Estado. Desta maneira, a reforma desenvolvida durante a gestão

do governo Lula passou distante dessa concepção.

Lima (2004) faz uma análise da proposta do governo Lula para a educação superior, no sentido de compreender os eixos principais do projeto desenvolvido por esse governo no cenário da mundialização financeira. Diante desse cenário, a autora coloca que as inovações tecnológicas tem sido a base material fundamental que permite o funcionamento e intensificação da mundialização financeira, além de ser utilizada como uma forma de garantir a democratização da educação no país. Segundo ainda Lima (2004) o governo Lula durante sua campanha eleitoral apresentou um projeto de desenvolvimento para o país conforme os direcionamentos da ideologia neoliberal, priorizando o cumprimento do pagamento da dívida pública e dos acordos firmados com os organismos internacionais.

Em suma, Lima (2004) afirma que as políticas desenvolvidas pela gestão do governo Lula buscaram garantir as reformas estruturais almejada pelos organismos multilaterais (previdência, fiscal, tributária, trabalhista, sindical); autonomia do Banco Central e implementação de políticas sociais focalizadas no “alívio à pobreza” (LIMA, 2004, p. 4). Concomitantemente, a gestão do governo Lula efetivou logo no início de seu mandato o projeto de políticas neoliberais e permitiu ao governo destinar R\$86 bilhões ao pagamento da dívida pública e apenas R\$ 46 bilhões para as políticas sociais.

Em relação a Reforma da Educação Superior do Governo Lula, o projeto apresentado mantinha um viés de “democratização”, discurso esse adotado para distorcer e esconder a estratégia central do projeto, que é viabilizar a privatização das instituições públicas de Ensino Superior. Segundo Lima (2004) isso demonstra a retomada mascarada do conceito de público não-estatal elaborada durante a Reforma do Estado nos anos 90, pelo ministro Bresser Pereira juntamente com o presidente FHC.

Para Lima (2004) a reforma da educação superior durante o governo Lula foi embasada por meio do documento elaborado pelo GT interministerial⁴¹ intitulado Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira (LIMA, 2004, p. 5). Esse documento

⁴¹ Este GT foi composto por representação da Casa Civil, da Secretaria Geral da Presidência da República, do Ministério da Educação, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Ciência e Tecnologia (Brasil, GT Interministerial, 2003).

elaborado para o Ensino Superior, defende a diversificação das fontes de financiamento da educação superior pública, e garante o respaldo necessário para o governo retirar verbas do setor público e injetar recursos no setor privado.

Para Lima (2004) a lógica da parceria público-privado é implementar políticas de ciência e tecnologia. Para tornar isso possível o governo Lula integrou empresas e universidades, aprovando em março de 2004 na Câmara dos Deputados o projeto que trata das Parcerias Público-Privado que em seu artigo 2º assim define:

Art.2 º Para os fins desta Lei, o contrato de Parceria Público-Privada é instrumento firmado entre o Poder Público e entes Privados, destinado a estabelecer vínculo obrigacional entre as partes para implantação ou gestão de serviços e atividades de interesse público, em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao ente privado (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2004, apud, LIMA, 2004, p. 8).

Para a autora, dois pontos são cruciais para compreendermos a Lei de Inovação Tecnológica durante a gestão do governo Lula, o primeiro diz respeito a abertura para que professores e pesquisadores de IES públicas atuem em parceria com o setor privado e o segundo ponto é sobre o próprio conceito de Tecnologia. Lima (2004) esclarece que a política desenvolvida nos últimos anos no Brasil, tem função de mercantilização, uma vez que sua principal característica é a relação entre “empresas educacionais” e os “consumidores destes serviços”, não pode então, ser apreendida como um elemento isolado, pelo contrário, se insere num movimento mais amplo do capital em busca de novos mercados de exploração lucrativa (LIMA, 2004, p. 10).

Na análise de Lima (2004, p. 12) estas parcerias viabilizam a venda de modelos pedagógicos, a comercialização de programas de ensino, de formação e treinamento de professores objetivando a consolidação de um campo ideológico e político que legitime e reproduza a lógica dominante. Todas essas ações se movem no sentido de transformar a educação em um serviço público mas não gratuito, direcionando o processo de educação e formação pelo setor privado, além de buscar padronizar os conhecimentos e flexibilizar os currículos.

Além dessas políticas para a educação superior, conforme Lima (2004) o governo investe na expansão das universidades corporativas, que tem função de ofertar a formação e requalificação para trabalhadores. Esses cursos acontecem no próprio local de trabalho do trabalhador, e tem como meta desenvolver

conhecimentos segundo os interesses das empresas que as oferta. Para Lima (2004) outra evidencia do mercado educativo, é o processo da EaD no país.

Assim, Lima (2004, p. 13) afirma que a direção política da reforma da educação superior proposta pelo Governo Lula, é na verdade um re-lançamento das propostas privatizantes que o BM, o FMI, a OMC e o governo neoliberal de FHC apresentaram ao longo da década de 1990. Portanto, pensar a Reforma da educação superior na gestão do governo Lula como política de democratização é segundo Lima (2004) cair na estratégia governamental. Para a autora, o que se faz necessário a todos nós é pensar a política da educação superior de forma crítica, que possibilite a todos ver os desmontes e a destruição da educação brasileira, defender por meio da luta o direito da educação pública e gratuita, como direito de todos e dever do Estado.

Segundo contribuição de Colleoni (2012) a Reforma da Educação Superior na gestão do governo Lula, tem seu início com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). Para a autora o documento indica que a reforma em curso no Ensino Superior é necessária devido à crise fiscal do Estado, e conseqüentemente, a expansão do Ensino Superior privado da gestão passada deixou problemas que agora precisavam ser resolvidos pela gestão do governo Lula. Esses problemas salienta Colleoni (2012) tem relação com a inadimplência gerada por falta de pagamento dos alunos, aliado a falta de qualidade dos cursos ofertados nessas instituições.

Assim, para Colleoni (2012) o GTI desenvolveu um projeto para ser implementado pelo governo Lula durante sua gestão que visava sanar problemas na Educação Superior e ainda possibilitar o aumento no acesso a esse nível de ensino, esse projeto se embasou na proposta e orientações do BM. Desta maneira, a Educação a Distância é uma das formas elencadas e defendida pelo GTI. Essa modalidade permitiria ao governo segundo o grupo expandir a educação superior no país, além de abrir as portas do Ensino Superior para o mercado estrangeiro, consolidando o projeto das políticas neoliberais que vem sendo desenvolvidas no país desde os anos 1990.

A reforma do Ensino Superior durante o governo Lula priorizou projetos como o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, por meio das avaliações o governo justificava suas ações em relação a reforma iniciada para o

Ensino Superior no país. Uma das justificativas geradas pelo SINAES segundo Colleoni (2012, p. 91) foi que as universidades públicas não têm condições de suprirem a demanda e afirma que o índice de vagas ociosas em tais instituições é praticamente nulo.

Com a intenção de cumprir uma das metas propostas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)²⁵ e as promessas de democratização do acesso à educação superior, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva criou, a partir da medida provisória 213 de 2004, o Prouni, instituído pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007 (COLLEONI, 2012, p. 92).

Portanto, Colleoni (2012) coloca que durante a gestão do governo Lula, a expansão do Ensino Superior e o discurso de permitir o acesso da classe trabalhadora a esse nível de ensino, permitiu ao governo criar programas como o Prouni, que tem como base em suas propostas, a isenção de impostos (IRPJ, CSLL, COFINS e PIS) para as empresas privadas que aderissem ao programa. Colleoni (2012) esclarece que as mudanças do Ensino Superior iniciadas no governo de FHC e intensificadas no governo Lula se apresenta no cenário brasileiro como políticas de cunho participativo, democrático e descentralizado.

Para Colleoni (2012) o governo Lula ao integrar os programas FIES e Prouni visou conter o desenvolvimento de programas de pós-graduação que aliavam ensino, pesquisa e extensão e ao mesmo tempo responder aos anseios do setor privado do Ensino Superior. Portanto, para a autora a formação que se busca no país é uma formação que não rompe com os princípios do sistema capitalista. A autora traz a concordância de que a ampliação do acesso do Ensino Superior deve ocorrer por meio do aumento das vagas em instituições públicas e não privadas.

Mas, conforme análise de Colleoni (2012) a expansão do Ensino Superior ocorreu também por EaD, e que um dos fatores que contribuiu para isso foi a instituição da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Na justificativa do MEC, a necessidade de aligeirar a formação de profissionais incentivou os novos formatos de cursos de graduação. (COLLEONI, 2012, p. 104). Diante desse quadro, a autora coloca que é visível a diferença entre a quantidade de matrículas do setor privado em relação ao setor público do Ensino Superior, isso demonstra que a finalidade e objetivo geral das políticas neoliberais vem sendo executada pelos governos no

país, demonstrando que o Ensino Superior público não é prioridade. Pois para Colleoni (2012) a finalidade central da ampliação do acesso ao Ensino Superior no país ocorre de maneira a atender as reivindicações do BM, em detrimento da mudança do modo de produção capitalista, conseqüentemente na formação do trabalhador.

Para Nomeriano; Moura e Davanço (2012), as políticas desenvolvidas para o Ensino Superior desde os anos 90, seguem as diretrizes propostas pelo BM, que desenvolve para os países periféricos um projeto que prioriza a expansão do Ensino Superior por meio do setor privado e por conseqüência a privatização do setor público. Para os autores a partir do avanço das políticas neoliberais no país, o que se presencia é que os projetos desenvolvidos pelos governos vieram nessa mesma direção, ou seja, se embasaram nas ideologias neoliberais e o Ensino Superior como outros setores sociais, começou a serem visto como serviço que pode ser vendido.

Segundo os autores, os projetos desenvolvidos para o Ensino Superior seguem o discurso implementado pelo BM, de que os recursos públicos são mal gerenciados, há muito gasto com a assistência ao estudante, e que o modelo ensino, pesquisa e extensão é caro demais para o país, e portanto desnecessária. Segundo análise dos autores, o BM prioriza para o país um Ensino Superior ofertado pelo setor privado e nos moldes do EaD. Portanto, segundo os autores o referido tripé da educação superior assegurado pela Constituição Federal de 1988, é visto pelo BM e os elaboradores dessas propostas como um modelo oneroso e improdutivo (NOMERIANO; MOURA E DAVANÇO, 2012, p. 4).

Conforme os autores, a reforma do Ensino Superior durante a gestão do governo Lula, não mediu esforços para implementar no país uma reforma que satisfizesse os interesses da burguesia de serviços, visando contemplar o aumento do lucro dessa classe. Isso se deu plenamente em relação ao governo Lula, pois o governo disponibilizou a partir das reivindicações mais recursos públicos para o setor privado do Ensino Superior. Para Nomeriano; Moura e Davanço (2012, p. 4) por trás de uma enorme campanha publicitária e da retórica da democratização do acesso à educação superior, se esconde, na verdade, um plano de privatização gradual das IES públicas e de vantagens aos empresários do ensino privado.

Segundo relata os autores, o governo Lula para desenvolver o projeto da

reforma do Ensino Superior, se apropriou de um conjunto de reivindicações sociais como: expansão do acesso ao Ensino Superior pela classe trabalhadora, maior assistência estudantil, um sistema de avaliação que busca garantir maior qualidade do Ensino Superior. Porém conforme os autores, o governo Lula converteu esses apontamentos conforme os interesses do capital financeiro, aliou-se a classes dominantes do setor e firmou as Parcerias Público-Privada.

Para Nomeriano; Moura e Davanço (2012) a reforma do governo Lula é na verdade uma contrarreforma universitária, na qual utilizou os programas Prouni e Reuni como políticas públicas democráticas de acesso ao ensino. Os dois programas foram implementados pelo governo Lula no intuito de garantir a expansão do acesso ao Ensino Superior, tendo em vista que a intencionalidade real do Prouni para o governo Lula era contribuir para o salvamento das instituições privadas e com o REUNI, o objetivo do governo era segundo análise dos autores expandir o acesso ao Ensino Superior público com baixo custo.

Diante das políticas implementadas para o Ensino Superior da gestão do governo Lula, salienta Nomeriano; Moura e Davanço (2012) o programa Prouni deixa de arrecadar verbas, verbas essas que seriam bem vindas para aumentar o atendimento do Ensino Superior no setor público. Ou seja, o governo Lula deixou de investir no setor público e em contrapartida investiu no setor privado. O que temos é a prática que se viu consolidada ao longo de todas as iniciativas do governo Lula no campo da educação: confusão entre o público e o privado e a própria privatização do setor público (NOMERIANO; MOURA E DAVANÇO, 2012, p. 8).

Para os autores, outro programa que serve de análise das políticas do governo Lula é o REUNI, o programa tem como meta a elevação gradual da taxa de conclusão dos cursos e combater a evasão do Ensino Superior do setor público, o investimento proposto pelo governo é baixo e não supre as necessidades existentes das IES públicas. Segundo Nomeriano; Moura e Davanço (2012, p. 8), o REUNI tem como objetivos a redução de custo por aluno; reestruturação acadêmica e pedagógica; combate à evasão; ampliação da oferta; aumento das cotas para negros e carentes; etc. Mas todos condicionados a metas de resultado por meio do sistema de avaliação do MEC.

A análise dos autores em relação ao programa REUNI, não foge da lógica do ProUni, pois os dois programas tem propostas em concordância em relação a

privatização e precarização do Ensino Superior, do ensino que visa garantir o tripé: ensino, pesquisa e extensão. O REUNI busca aparentemente uma expansão do Ensino Superior via setor público, mas isso fica descaracterizado mediante análise dos autores que traz que o intuito mesmo do programa é gastar menos para certificar um maior número de alunos, sem levar em conta a qualidade do ensino.

Assim, conforme os autores estudados, o governo Lula se utilizou do apelo da classe trabalhadora para realizar uma reforma no Ensino Superior, que mais se constituiu como uma contrarreforma que tem como finalidade a diminuição de recursos com a educação superior, principalmente com as universidades públicas e expansão dos interesses do capital. Segundo os autores isso se tornou possível, pois o governo implementou de forma estratégica uma série de mecanismos de mediação, mecanismos esses que neutralizaram o processo de mobilização das massas, como por exemplo os movimentos estudantis.

Desse modo, o governo Lula durante sua gestão implementou projetos que deixou a universidade pública ainda mais precarizada, acentuou a proposta do ensino sobre pesquisa e extensão, além de trazer mecanismos que vem tornando possível a privatização aos poucos das universidades públicas, já em contrapartida o Ensino Superior privado recebeu do governo Lula políticas de fortalecimento, o que possibilitou a expansão gigantesca do setor privado na oferta do Ensino Superior.

Reis (2015, p. 132) afirma que as políticas sociais adotadas pelos governos Lula e Dilma, foram em direção oposta as políticas previstas na Constituição Federal de 1988. Para o autor o caráter das políticas implementadas por esses governos está pautado na focalização e mercantilização, buscando desonerar o Estado de suas obrigações em garantir o financiamento das políticas sociais no país. Ressalta o autor que o Estado ao fazer isso, abre espaço para o setor privado comercializar serviços, assim o setor privado de olho em quem pode pagar, oferta serviços como: saúde, educação, etc.

Segundo Reis (2015) o Estado ao desonerar seus recursos das obrigações em relação ao setor público, vai investir esses recursos principalmente para o pagamento de juros da dívida pública. Não era isso que almejava a classe trabalhadora ao eleger um presidente de esquerda, na verdade o que se almejava era a reversão do quadro da política econômica e social desenvolvida pelo governo anterior. O governo Lula deu continuidade, em determinados aspectos, às políticas

que vinham sendo colocadas em prática pelo governo de Fernando Henrique (REIS, 2015, p. 137).

A definição de Reis é que o governo Lula, foi o governo que priorizou o cumprimento de contratos e seguiu fielmente as orientações dos organismos internacionais, entre os quais destaca o autor o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Nessa perspectiva, Reis (2015) pontua que o governo Lula desenvolveu políticas sociais focalizadas, privatistas e nada democrática, pois sua prioridade central é honrar o pagamento da dívida pública do Brasil.

Conforme o autor, as universidades públicas, de acordo com o Ministério da Fazenda, seriam um dos bens e serviços que beneficiam os não pobres. Portanto, o discurso adotado pelo governo é que a educação superior é um serviço, e que como todo serviço precisa ser vendido e não sustentado pelo Estado. Para Reis (2015) o projeto de financiar o acesso de estudantes da classe trabalhadora à educação superior privada por meio de recursos públicos é algo que vem sendo desenvolvido desde o governo de FHC.

De acordo com Reis (2015) o governo Lula reformulou o FIES em 2007, para possibilitar ao Estado maior repasse de recursos públicos as IES privadas, pois segundo orientações do Ministério da Fazenda, caberia ao setor privado a oferta do Ensino Superior para atender a classe menos favorecida, a classe mais pobre da população. Diante disso, Reis (2015, p.186) salienta que o acesso dos estudantes pobres ao Ensino Superior seria viabilizado pela oferta de crédito subsidiado para que os mesmos pudessem pagar por tal acesso. Para perpetuar essa proposta o governo contou com os programas FIES e Prouni, deu amparo ao setor privado de educação superior, viabilizou mecanismos legais que permitiram ao governo abrir mãos de alguns impostos e contribuições em prol das IES privadas.

Os números relativos aos recursos destinados ao Fies e Prouni revelam que os recursos efetivamente destinados pelo orçamento da União seguiram as orientações do Ministério da Fazenda. Tais orientações prescreviam que o governo federal deveria —apoiar o acesso dos mais pobres à educação superior privada, eufemismo utilizado para esconder o apoio do governo federal ao crescimento do setor privado. Essa medida representa mais um elemento de continuidade dos governos Lula e Dilma, em relação ao governo anterior (REIS, 2015, p. 188).

Para Reis (2015) o Ensino Superior durante a gestão do governo Lula até teve um aumento de recursos, mas que isso não representa a expansão do Ensino Superior

pelo setor público. Para o autor o governo Lula mesmo tendo criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), vigente no período de 2008 a 2012, não alterou o crescimento dos recursos destinados ao custeio (ODC), precarizada.

Conforme análise de Reis (2015) o governo Lula manteve em sua política a prioridade do pagamento da dívida pública e isso trouxe consequências reais para as políticas sociais no país, principalmente em relação a saúde e educação. Em relação a educação superior o governo adotou uma política que priorizou a expansão da educação superior por meio do setor privado, focalizou o atendimento e iniciou um processo de mercantilização do Ensino Superior no país, os projetos desenvolvidos pelo governos Lula e Dilma foram sustentados como sendo política de cunho democrático.

Para Reis (2015, p. 204) os recursos destinados ao setor privado, cresceram 6 vezes mais que os recursos destinados às universidades federais. Assim, o autor esclarece que conforme levantamento de dados durante sua pesquisa, foi possível a compreensão de que a política desenvolvida pelos governos Lula e Dilma em relação ao Ensino Superior foi conduzida conforme os anseios dos empresários do setor e guiadas pelos direcionamentos do BM e FMI, o que possibilitou uma crescente mercantilização da educação superior. Reis (2015) coloca que os governos Dilma e Lula transformaram um direito em uma mercadoria, e portanto, como mercadoria pode ser comercializada.

O autor chama a atenção, para o fato de que durante o governo Lula houve um aumento dos recursos destinados às universidades federais. Em 2003, os recursos destinados às universidades federais representavam 42,90%, do Gasto Federal Total em Educação (Orçamento Total sob Supervisão do MEC) e, em 2014, passaram a representar 38,47%, uma redução de 10,33% (REIS, 2015, p. 205). Ainda conforme o autor, ocorre nesse período um fato que agrava a situação do Ensino Superior no país, a expansão de universidades federais, o que de certa forma, poderia ser comemorado, se torna na verdade um processo possível para a precarização dessas IES, pois criar novas universidades federais demanda de uma ampliação de recursos por parte do governo federal, fato esse que não ocorreu. Esse processo de expansão das universidades federais em 2007 conforme Reis (2015) necessitava de um amparo financeiro por parte do governo Lula, entretanto a expansão não foi acompanhada de recursos financeiros para manter o

funcionamento e a qualidade dessas instituições, colocando em risco a qualidade do ensino/pesquisa e extensão ofertados nessas instituições.

A democratização do acesso da juventude brasileira à universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, socialmente referenciada, converte-se cada vez mais num sonho distante (REIS, 2015, p. 217). Seguindo ainda a análise de Reis (2015) apesar da população pertencente a classe trabalhadora acreditar que a eleição do governo Lula romperia com as políticas neoliberais desenvolvidas durante a gestão do presidente FHC, isso não se findou, pelo contrário, o que se viu foi a intensificação das políticas neoliberais no país.

Reis (2015) discute em sua análise que a prioridade da política econômica dos governos Lula e Dilma teve como foco a manutenção do ajuste fiscal, reformas que contemplasse o pagamento da dívida pública e a oferta de políticas sociais de maneira focalizada. Portanto, para o autor em decorrência da política social adotada pelos governos Lula e Dilma, o gasto social com o financiamento das universidades não foi prioridade.

Na compreensão de Reis (2015) o governo federal tem de certa maneira realizado no país políticas que visam ampliar a valorização do capital, uma das estratégias tem sido o repasse de recursos públicos para grandes grupos educacionais, além de elencar a privatização como forma de garantir ao capital maior lucro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo central compreender as políticas do Ensino Superior implementadas durante a gestão do governo Lula 2003-2010, buscando analisar a intencionalidade das ações desenvolvidas pelo governo Lula em relação a esse nível de ensino. Para realizar nossa pesquisa optamos por utilizar a metodologia Estado da Arte, conforme embasamento teórico na autora Romanosvoski, seguindo o método materialismo histórico dialético.

Partindo desse pressuposto, nossa pesquisa primou primeiramente por compreender historicamente a produção das políticas educacionais do Ensino Superior no Brasil a partir da década de 90. Nosso percurso de trabalho inicia com análise de como ocorreu no país a reforma do Estado brasileiro na década de 90, mais precisamente no ano de 1995, conduzida pelo Ministro Bresser-Pereira do governo FHC.

A reforma do Estado no país, era uma exigência mundial do capitalismo, que encontrava-se em sua fase denominada por alguns teóricos como Capitalismo Contemporâneo. Diante dessa nova reestruturação do capitalismo no final dos anos 70, o sistema capitalista lança um conjunto de ajustes estruturais a serem desenvolvidos mundialmente, esses ajustes tem como base a ideologia neoliberal, que preza tornar o Estado ainda mais forte e eficiente para reorganizar a economia mundial e o modo de produção. Portanto, a reforma dos Estados nos diferentes

países, mas principalmente nos países periféricos era necessária e pertinente para que o capitalismo alcançasse seus objetivos, se tornando ainda mais forte e soberano.

Evidenciamos, portanto, que a reforma estatal iniciada no país nos anos 90 teve como direção a ideologia neoliberal, que trouxe uma nova face para o Estado Brasileiro, uma face menos “amigável” em relação a conceder políticas sociais para o trabalhador. As consequências da reforma estatal foram principalmente no sentido de eximir o Estado de suas funções financeira e social perante a classe trabalhadora, por meio da descentralização das políticas públicas, o Estado repassou para os sujeitos a responsabilidade de garantir acesso as políticas sociais (saúde, educação, moradia, segurança, etc).

Destacamos, que o Estado a partir da reforma estatal nos anos 90, assumiu de vez a função de gerenciador das relações sociais, consequentemente da reorganização do modo de produção no país, adaptou políticas conforme a necessidade de acumulação do sistema capitalista.

Diante deste contexto, as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado Brasileiro tomam como referências a ideologia neoliberal dos documentos elaborados por seus colaboradores como BM, FMI e outros organismos, priorizando a focalização do atendimento em relação as necessidades básicas da população. Assim, o Estado gerenciador prioriza os desejos do sistema capitalista e lança um verdadeiro contra ataques aos direitos constitucionais, pois a constituição de 1988 seria um obstáculo que precisa ser superado para que o sistema capitalista avance no país.

As políticas sociais elaboradas a partir dessa nova conjuntura do Estado trazem consigo projetos de focalização e assistencialismo, o Estado implanta e implementa políticas sociais apenas para uma parcela de miseráveis da sociedade, pois seguindo a ordem neoliberal o Estado nesse momento, deveria atender apenas a quem não pode adquirir e pagar por saúde, educação, segurança, etc.

Essa nova reorganização da política e dos projetos do Estado Brasileiro vai ser direcionada principalmente em relação a educação no país, indiferente dos níveis educacionais, o objetivo do Estado nesse momento é utilizar o discurso de que para o país avançar a educação em todos os níveis de ensino é necessária e precisa de projetos que garantam a formação de um sujeito globalizado, flexível,

competitivo e preparado para o novo modelo de produção.

O Ensino Superior no Brasil vem desde a década de 90 passando por reformas, o que nos despertou o interesse de compreender se durante a gestão do governo Lula esse rompeu ou deu continuidade as reformas iniciadas do governo FHC. Para alcançar nosso objetivo de pesquisa e realizar nossa análise optamos por realizar um Estado da Arte, ou seja fomos em busca das pesquisas já realizadas sobre a gestão do governo Lula para o Ensino Superior durante seus dois mandatos (2003-2010). A princípio tivemos durante nossa busca um acervo extenso de trabalhos, e diante disso buscamos realizar cuidadosamente uma seleção, visando garantir qualidade e rigor teórico durante nossa análise.

Durante a leitura das pesquisas selecionadas, nosso objeto de pesquisa foi se tornando claro e ao mesmo tempo complexo, pois constatamos que as políticas desenvolvidas pelo governo FHC para o Ensino Superior durante seu governo seguiram os moldes e orientações dos organismos multilaterais, modelo esse de Ensino Superior que tem a lógica privatista e mercadológica como ideal. Nossa hipótese inicial de pesquisa era que durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu governo desenvolveu projetos e implementou políticas democráticas para o Ensino Superior, possibilitando o acesso da classe trabalhadora a esse nível de ensino, essa hipótese durante nossa análise foi negada. Ao analisar dados concretos trazidos pelos autores sobre a política do governo Lula, observamos que sua gestão foi para o Ensino Superior ainda mais eficiente em relação a implementar as recomendações do BM, FMI e dos empresários do setor privado.

Com a eleição do presidente Lula, em 2002, grande parte da população brasileira esperava a reversão das políticas econômica e social adotadas no governo que o antecederia. Entretanto, o governo Lula deu continuidade, em grande medida, às políticas que vinham sendo implementadas pelo governo de Fernando Henrique. (REIS, 2015, p. 102).

O governo Lula, desde a sua primeira gestão buscou realizar reformas no Ensino Superior que concedessem privilégios e benefícios principalmente para as IES privadas no país. Apesar do governo trabalhar constantemente com o discurso de que suas ações e projetos do Ensino Superior eram prioridade para atender a classe trabalhadora e tornar esse nível de ensino menos elitista, o que se teve é a contradição entre o discurso do governo Lula e as políticas implementadas. A

democracia almejada pela classe trabalhadora no acesso à esse nível de ensino veio por meio de ações afirmativas, projetos focalizados e investimento no setor privado ao invés do setor público de Ensino Superior.

O governo Lula procurou regulamentar as relações entre as universidades e empresas e compatibilizar a produção científica à atividade industrial. As políticas educacionais do Ensino Superior implementadas durante a gestão do governo Lula centrou suas ações na expansão das IES privadas, atendendo dessa maneira ao mercado e aos interesses do capital.

Nossa afirmação vai na direção de que o governo Lula durante sua gestão além de não romper com as políticas neoliberais que já vinham sendo implementadas pelo governo FHC, alargou ainda mais o leque da política neoliberal no país. Assim, durante a gestão de Lula foram desenvolvidas políticas focalizadas de acesso ao Ensino Superior por meio de transferência de recursos públicos para as instituições privadas, fator regulamentado pelo governo por meio de medidas legais. Com as medidas legais implementadas pelo governo Lula a mercantilização e a privatização do Ensino Superior se intensificou no país, possibilitando assim o sucesso da parceria público privado.

Programas como o Prouni e FIES foram essenciais para efetivar a política do governo no país, pois esses programas serviram como um alívio financeiro para o setor privado do Ensino Superior, pois permitiu a esses setores recuperar a estabilidade financeira e preencher vagas ociosas. Além do Prouni e FIES algumas leis como: a Lei nº 10.973/2004, que incentiva a Inovação Tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica; SINAES Lei nº 10.861/2004; a Parceria Público-Privada – PPP Lei nº 11.079/2004, o decreto que normatiza a Educação a Distância e cria a Universidade Aberta do Brasil – UAB decreto nº 5.800/2006, além das medidas já adotadas para a Educação Profissional.

A expansão do Ensino Superior no país vem atender tanto as reivindicações sociais como aos interesses do mercado educacional e do capital financeiro internacional, pois o governo Lula na tentativa de conciliar os interesses das classes, priorizou como todos os outros governos a classe dominante, e manteve uma política de mercantilização do Ensino Superior no país, ficando distante do anseios da classe trabalhadora, que desejava uma reforma do Ensino Superior no sentido de construir uma educação pública, gratuita, de possível acesso a todos e de qualidade.

A classe trabalhadora esperava do governo Lula uma ruptura das políticas neoliberais que vinham sendo desenvolvidas no país, uma revogação de projetos voltados para o assistencialismo, focalização, privatização e mercantilização das políticas sociais. Em relação ao Ensino Superior, apesar da expansão ter permitido a classe trabalhadora um acesso a esse nível de ensino, se deu de maneira focalizada e privatista, contando apenas com programas superficiais em relação as IES públicas como o programa REUNI decreto nº 6.096/2007, que visa reestruturar as IES públicas sem aumento de repasse de recursos. Mediante sintonia com os organismos internacionais o governo Lula manteve uma estratégia de priorizar recursos para pagamento da dívida pública do país, sua gestão priorizou a manutenção dos ajustes fiscais desencadeados no país desde os anos 90, o que fez com que as políticas sociais tornassem cada vez mais focadas em atender apenas os mais pobres, encurtou os recursos financeiros que deveriam fornecer políticas sociais para a população e alargou os recursos financeiros repassados para o pagamento da dívida pública do país e para os grandes grupos educacionais.

Pertinentemente, o governo Lula priorizou uma política econômica no país que assegurasse a efetivação dos projetos neoliberais. Em face das posições defendidas pelas pesquisas por nós analisadas, concluímos que a prioridade da gestão do governo Lula para o Ensino Superior, foi promover a expansão desse nível de ensino via setor privado, tendo como principais atores dessa expansão os programas PROUNI e FIES. Deste modo, o governo Lula manteve o direcionamento do BM, FMI e UNESCO em seus projetos de democratização e acesso do Ensino Superior, que priorizam a oferta do Ensino Superior por meio do setor privado, tornando desta forma o ensino uma mercadoria, sufocando as universidades públicas com a falta de recursos financeiros, fato esse que vem justificando a privatização do setor público em ofertar o Ensino Superior, desmontando o tripé necessário das IES públicas para a construção do conhecimento de qualidade na formação da classe trabalhadora.

Assim, uma determinada democratização do Ensino Superior foi consolidada por uma expansão significativa de aumento de vagas nas IES privadas. O governo Lula alegando que para responder a crescente demanda de acesso ao Ensino Superior precisava contar com o setor privado, investiu recursos públicos e firmou

acordos com os empresários, garantiu incentivos e isenção de impostos. Diante desses fatos nossa análise é de que não houve uma real democratização do Ensino Superior durante a gestão do governo Lula 2003-2010, até porque entendemos que para haver política democrática no país, esse precisa romper com a lógica do capital. Entendemos que a expansão do Ensino Superior por meio do setor privado, não corresponde a uma real política de acesso conforme almeja a classe trabalhadora, mas tem garantido as empresas educacionais responder as demandas do mercado financeiro, pois a privatização do Ensino Superior no Brasil é considerada um dos negócios mais rentáveis financeiramente.

Nossa hipótese inicial da pesquisa é que durante a gestão do governo Lula foram desenvolvidos projetos democráticos para o Ensino Superior, possibilitando o acesso da classe trabalhadora a esse nível de ensino, hipótese essa que não se confirmou. Porém conclui-se que: ocorreu uma expansão privada da educação superior financiada com recursos públicos que potencializou a lucratividade dos grandes grupos financeiros educacionais sob a justificativa de democratização do acesso dos pobres à educação superior. Segundo Reis, et al (2017) as despesas com o Fies e o Prouni foram elevadas de R\$ 1,565 bilhão, em 2003, para R\$ 19,570 bilhões, em 2016, estatística essa que nos mostra um expressivo aumento no repasse de recursos públicos para o setor privado do Ensino Superior.

Salientamos que os dados referentes a essa pesquisa não se esgotam aqui, sendo pertinente avançar na análise de como o Ensino Superior está sendo direcionado pelo sistema capitalista na formação do trabalhador, qual a intencionalidade das políticas educacionais ao investir recursos públicos no setor privado para garantir o acesso do trabalhador a educação superior e analisar qual a função da universidade pública em um contexto de reestruturação do modo de produção capitalista a partir dos anos 90.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. **Ampliação e diversificação de acesso no Ensino Superior: a formação do sistema de massa no setor privado (1995-2010)** / Vilma Aguiar. – Campinas, SP. Tese de Doutorado, 2013.

AMARAL, Nelson Cardoso. **A reforma da educação superior do governo Lula: autonomia relativa e financiamento**. Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, 30 (1): p. 11-35, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/download/1284/133>

AMARAL, Nelson Cardoso. **Evolução do custo do aluno das IFES: eficiência?** Avaliação, Campinas, v. 9, n. 2, p. 115-126, 2004. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1272>

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: Estado X mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

ANDES. **A contra-reforma da educação superior: uma análise do andes-sn das principais iniciativas do governo de Lula da Silva**. Livreto, agosto de 2004.

ANDRÉS, Aparecida. **Financiamento estudantil no Ensino Superior**. Estudo de março de 2011. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca <http://bd.camara.gov.br>

BARBOSA, Carlos Soares. **A participação da sociedade civil na qualificação profissional de jovens: uma análise sobre o programa nacional de estímulo ao primeiro emprego**. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro 2009.

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine. **Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania**. In: Capacitação em serviço social e política social, módulo 3. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo, Editora Xamã, 1999.

BORGES, Maria Creusa de Araújo. **A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina**. RBPAE – v.26, n.2, p.367-375, mai./ago. 2010.

BRANDÃO, et al. **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Dois Pontos, 1986.

BRASIL. **Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 2001. (Alterada pela Lei n. 11.552, de 19 de novembro de 2007, sua alteração mais recente é a lei nº 12.202, de 2010.

BRASIL. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília, DF: MARE, 1995.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Lei no. 10.973, de 02 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre os Incentivos à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: MEC, 1995.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. p.123.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

BUENO, Cristiane Aparecida Ribeiro. **As proposições do Banco Mundial para as políticas de educação infantil no Brasil (1990-2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Cascavel, PR: UNIOESTE, 2012.

CAÔN, Giovana Fonseca; FRIZZO, Heloisa Cristina Figueiredo. **Acesso, Equidade E Permanência No Ensino Superior: desafios para o processo de democratização da educação no Brasil**. 2010. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.../Giovana_e_Heloisa.pdf

CARVALHO, Cristina H. A. LOPREATO, Francisco L. C. **Finanças públicas, renúncia fiscal e o Prouni no governo Lula Impulso**, Piracicaba, v. 16, n. 40, p. 93-104, maio-ago. 2005.

CARVALHO, Cristina H. A.. **Política para a educação superior no governo Lula expansão e financiamento**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014.

CARVALHO, Cristina H. A. **O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno o acesso ao Ensino Superior**. Educação & Sociedade, 27(96), pp.979-1000, 2006.

CATANI, A.M.; HEY, A.P. & GILIOLI, R.S.P. **ProUni: Democratização do acesso às instituições de Ensino Superior?** Educar em Revista, 28(6), p.125-140, 2006.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. **A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 51, n. 37, p. 95-120, jan./abr. 2015.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **O público e o privado na educação superior brasileira: a privatização da universidade pública**. In: SILVA, Maria Abádia da; SILVA, Ronalda Barreto (org.). A ideia de universidade: rumos e desafios. Brasília: Liber Livros, p. 67-90, 2006.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governo Lula: da esperança à realidade**. São Paulo: Xamã, 2004.

COLLARES, Cecília, et al. **O contexto da contra-reforma**. Livro. A contra-reforma da Educação Superior: uma análise do Andes-sn das principais iniciativas do governo Lula da Silva. Brasília, agosto, 2014, p. 10-14.

COLLEONI, Cristini. **A educação superior no contexto do PROUNI**. Dissertação (Mestrado em Educação). Cascavel, PR: UNIOESTE, 2012.

CONTERNO, Solange de Fátima Reis. **O Banco Mundial e a atualização da retórica da satisfação das necessidades humanas básicas expressas nas áreas de educação e saúde nos anos de 1990**. 2008, p. 205 – 236. In: Educação, políticas sociais e Estado no Brasil/organização de Ireni Marilene Zago Figueiredo, Isaura Monica Souza Zanardini, Roberto Antonio Deitos. Cascavel: EDUNIOESTE; Curitiba: Fundação Araucária, 2008. 308p.

DAVIES, Nicholas. **O governo Lula e a educação: a deserção do Estado continua?** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 245-252, abr. 2004.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. 2009, p. 7-9. In: Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 2 / Marília Pontes Sposito, coordenação. – Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009.

DEITOS, Roberto Antonio. **O capital financeiro e a educação no Brasil** / Roberto Antonio Deitos. Tese (Doutorado) Campinas, SP: [s.n.], 2005.

DEITOS, Roberto A. **Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos**. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 32, n. 2, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão**. Educ. Soc. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010.

DOURADOS, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos**. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252.

EFFGEN, Deliane Paula e VIRIATO, Edaguimar. **Estado e Sociedade: aproximações iniciais, 2008**. (1º Simpósio Nacional de Educação - XX Semana de Pedagogia: 11,12 e13 de Novembro de 2008. Unioeste – Cascavel/PR).

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1ª ed. São Paulo: editora: Centauro, 2002.

ENS, Romilda Teodora; ANDRÉ, Marli Dalmazo Afonso de. **A formação de professores nas dissertações e teses da área de educação no Brasil: um estudo comparativo**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E TRABALHO: Representações Sociais, Competências e Trajetórias Profissionais. Aveiro, 2005. Anais... Aveiro: Ed. Universidade de Aveiro, 2005.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais**. São Paulo: Cortez, 1980.

FALEIROS, Vicente de P. **As funções da política social no capitalismo**. In: FALEIROS, V. P. A política social do Estado capitalista. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

FALEIROS, Vicente de P. **Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger**. In Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 1, outubro de 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FATORELLI, Maria Lucia. **Auditoria Cidadã da Dívida Pública: Experiências e Métodos**./ Maria Lucia Fatorelli org. Brasília: Inove Editora, 2013.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional**. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Org.). Política educacional: impasses e alternativas. São Paulo: 2 ed. Cortez, 1998.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educação & Sociedade, Campinas, v.24 n.82, abr. 2003.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e Welfare State: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, RJ, v. 40 n. 2, p. 201-236, março/abril de 2006.

GUIMARÃES, André Rodrigues. **Trabalho docente universitário: participação dos professores na materialização da contrarreforma da educação superior na UFPA**. Belém, 2014.

HADDAD, Fernando. **O plano de desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: Ministério da Educação, Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) 2008.

IAMAMOTO, Marilda villela. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil**. Revista Em Pauta, nº21, 2008, p. 116 – 139.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Censo da educação superior: 2010** – resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

KAPLAN, Leonardo. **Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação ambiental no Brasil**/Leonardo Kaplan. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

LAURELL, Asa Cristina. **Avançando em direção ao passado**. In: _____ (Org). Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.151-178.

LÊDA, Denise Bessa. **Trabalho docente no Ensino Superior sob o contexto das relações sociais capitalistas**. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29ª, 2006, Caxambu. Anais... Caxambu: 2006.

LEHER, Roberto. **Reforma Universitária do governo Lula: retorno do protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais**. 6 fev., 2004.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. – São Paulo, Expressão Popular, 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3. ed. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1985.

LIMA, Katia Regina Souza. **A Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito público não-estatal**. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley...et al. Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

LIMA, Kátia Souza. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Kátia Souza. **Reforma da Educação Superior do Governo Lula e Educação a Distância: Democratização ou Subordinação das Instituições de Ensino Superior à Ordem do Capital?** REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 27., 2004.

LOMBARDI. Fabiano. **Sociedade, Estado e Políticas Sociais: algumas interpretações teóricas**. Revista Educere e Educare Vol. 5 nº 9 jan/jun 2010. p. 21-48.

LOPREATO, Francisco Luiz C. **“Finanças Públicas, PPP e Universidade”**. In: Caderno Adunicamp. Campinas, fev., 2005, p. 6-10.

MANCIBO, Deise. **“Universidade para todos”**: a privatização em questão. Pro-Posições, 15(3), 2004, p.75-90.

MANCIBO, Deise; LÉDA, Denise Bessa. **A privatização da educação superior no Brasil: impasses e desafios das políticas educacionais no estado neoliberal**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais..., São Luís: 2005.

MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti; LARA, Angela Mara de Barros. **A saúde do professor: reflexões sobre a reforma do estado, o mundo do trabalho e a reforma da educação a partir da década de 1990**. v.7, n. 3 2008, p. 404-411. In: Mudança no capitalismo contemporâneo e Estado: as questões educacionais/Organização de Liliam Faria Porto Borges e Roberto Antonio Deitos. Cascavel: EDUNIOESTE: 2012. p. 129 – 146.

MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti; LARA, Ângela Mara de Barros. **A política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de Estado**. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 9. Anais... Curitiba: Champagnat, 2009. p. 3279-3293.

MARTINS, Carlos Benedito. **Uma reforma necessária**. Educação & Sociedade, 27(96), p.1001-1020. 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, Priscila Caroline; et al. **“Pátria Educadora”**: O impacto da crise econômica brasileira contemporânea no desenvolvimento das políticas públicas de democratização do acesso ao Ensino Superior. V Colóquio Internacional – A Universidade e modos de produção do conhecimento – Para que desenvolvimentos?. Montes Claros: MG, 2015. artigo

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do Ensino Superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Editora Autores Associados, Campinas – SP, 2006.

MINTO, Lalo Watanabe. **O público e o privado nas reformas do Ensino Superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90**. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP, Educação, 2005.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Políticas públicas para a Educação Infantil no Brasil (1990-2001)**/ Jani Alves da Silva Moreira, Angela Mara de Barros Lara; prefácio – Olinda Evangelista. Maringá: Eduem, 2012.

NASCIMENTO, Sandra Tavera do. **Políticas de reforma do Ensino Superior brasileiro: governo de Luís Inácio Lula da Silva, período 2002/2006**. Revista Textos & Debates/Universidade Federal de Roraima, Centro de Ciências Humanas - n.12, Editora UFRR, CCH, 2007, p. 14-31.

NETTO JOSÉ. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 01. Brasília: CEAD, 1999.

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**/ José Paulo Netto e Marcelo Braz. 4ª.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. In: Serviço Social e Sociedade nº. 50, São Paulo, Cortez, 1996.

NOMERIANO, Aline Soares; MOURA, Severina Mátyr Lessa de; DAVANÇO, Sandra Regina. **Expansão do ensino superior no governo Lula da Silva: ProUni, Reuni e interiorização das IFES**. São Cristovão, setembro de 2012. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_13/PDF/11.pdf

OTRANTO, Celia Regina. **Desvendando a política da educação superior do governo Lula**. Universidade & Sociedade, XVI(38), 2006a, p.18-29.

OTRANTO, Celia Regina. **A reforma da educação superior do governo Lula da Silva: da inspiração à implantação**. In: 'Reforma Universitária: dimensões e perspectivas. Organizado por João dos Reis Silva Jr, João Ferreira de Oliveira e Deise Mancebo. Campinas, SP. Editora Alínea, 2006b, p. 1-19.

OTRANTO, Celia Regina. **A Globalização e a Educação Superior Brasileira**. In: Souza, Donaldoello de; Ferreira, Rodolfo (Orgs.). Bacharel ou Professor? O processo de reestruturação dos cursos de formação de professores no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet, 2000, p. 41-53.

PAULA, M.F., 2009. **Reforma da educação superior do Governo Lula: as políticas de democratização do acesso em foco**. Revista Argentina de Educacion Superior, 1(1), p.152-172.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da administração pública burocrática à gerencial**. Revista do Serviço Social, jan/abr. 1996.

PEREIRA, Thiago Ingrassia e SILVA Luís Fernando Santos Corrêa da. **As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: expansão ou democratização?**. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.2, 2010, p. 10-31..

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PIERRO, Maria Clara Di. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.2, p. 321-337, jul./dez. 2001.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O financiamento da educação no governo Lula**. RBPAE – v.25, n.2, p. 323-340, mai./ago. 2009.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Tradução de Rita Lima. 2ª edição, Rio de Janeiro, Graal, 1985.

REIS, Luiz Fernando. **Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)**. Rio de Janeiro, 2015.

REIS, Luiz Fernando. **Políticas do governo Lerner (1995 – 2002) para a educação superior no Paraná: A “concessão da autonomia plena” às IEES como instrumento para a implementação da reforma privatista recomendada pelo Banco Mundial**. In: Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná / Organização de Francis Mary Guimarães Nogueira, Maria Lucia Frizon Rizzotto. Cascavel: Edunioeste, 2003, p. 119-149.

RISTOFF, Dilvo. **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização**. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília (Orgs.). Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP, 2008. p. 39-50.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. **Focalização em saúde**. In: Dicionário da educação profissional em saúde. Pereira, Isabel Brasil; Lima, Júlio Cesar França (orgs.). 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz. EPSJV, 2009.

RODRIGUES, José dos Santos. **A universidade brasileira rumo à nova América: pós-modernismo, shopping Center e educação superior**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em educação**. Revista Diálogo Educacional, vol. 6, núm. 19, 2006, p. 37-50.

SADER, Emir. **O necessário, o possível e o impossível: Luiz Inácio Lula da Silva entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili.** p. 9 – 29. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma / Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

SAMPAIO, Helena. **O Ensino Superior no Brasil: o setor privado.** São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000.

SCREMIN, L.; MARTINS, P. P. **O processo de mercantilização da Educação Superior.** Revista da UFG, Vol. 7, No. 2, dezembro, 2005. Disponível em: <https://www.proec.ufg.br>

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 43(2):347- 369, 2009.

SGUISSARDI, V. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária.** Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

SGUISSARDI, V. **Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior.** Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, p. 943-960, jul.-set. 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. (Org.). **Educação superior: velhos e novos desafios.** São Paulo: Xamã, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. **Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: Precária trajetória e incerto futuro.** Educação & Sociedade, 27(96), pp.1021-1056, 2006.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente.** São Paulo: Cortez, 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil.** Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 90, p. 191-222, Jan./Abr. 2005. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br>.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. **O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução.** XVIII REDOR: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do estado.** São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao povo brasileiro.** 2002.

SIROTA, Régine. **“Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar”.** Cadernos de Pesquisa. n.112. março, 2001.

SLONGO, I. I. P. **A produção acadêmica em Ensino de Biologia.** (Tese de Doutorado). Florianópolis, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca: **Alfabetização / Organização.** Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.

TAVARES, Kássia. **Consenso de Washington 2011.** <https://www.politicaeconomica.com/2011/10/os-efeitos-do-consenso-de-washington-na.html>

TAVARES, Maria de C, FIORI, José L. **Desajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TORRES Maria Rosa. **Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial.** In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 125-193.

TRINDADE, Hélgio. **As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra” na América latina.** In: GENTILI, Pablo (Org), et al. **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária.** São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-44.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **A Política para o Ensino Superior do Governo Lula: uma análise crítica.** Cadernos da Pedagogia – Ano I – Vol. 2- agosto a dezembro de 2007.

VALENTE, Ivan; HELENE, Otaviano. **O Prouni e os muitos enganos.** Folha de São Paulo. “Tendências/Debates”. 11 dez/2011.

VIEIRA. E. **Democracia e política social.** São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA. E. **Estado e política social na década de 90.** In: NOGUEIRA, F. M. G. (Org.). Estado e políticas sociais no Brasil. Cascavel: Edunioeste, 2001.

XAVIER, Maria Elizabete S. P.; DEITOS, Roberto A. **Estado e Política Educacional no Brasil.** In: DEITOS, R. A.; RODRIGUES, R. M. (Org.). Estado, desenvolvimento, 17 democracia e políticas sociais. Cascavel: Edunioeste, 2006. Cascavel, Edunioeste, 2006, p.67-71.

ZANARDINI, Isaura Monica Souza. **A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira/** Isaura Monica Souza Zanardini. Campinas: SP, 2006.

ZANARDINI, Isaura Monica Souza. **A reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da Pós-Modernidade.** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 1, 227-244, jan./jun. 2007.

ZOIA, Getânia Fátima. **A reforma do Estado e suas implicações para a gestão escolar: um estudo na rede pública municipal de ensino de Cascavel – PR (2004-2012).** Dissertação (Mestrado em Educação). Cascavel, PR: UNIOESTE, 2014.